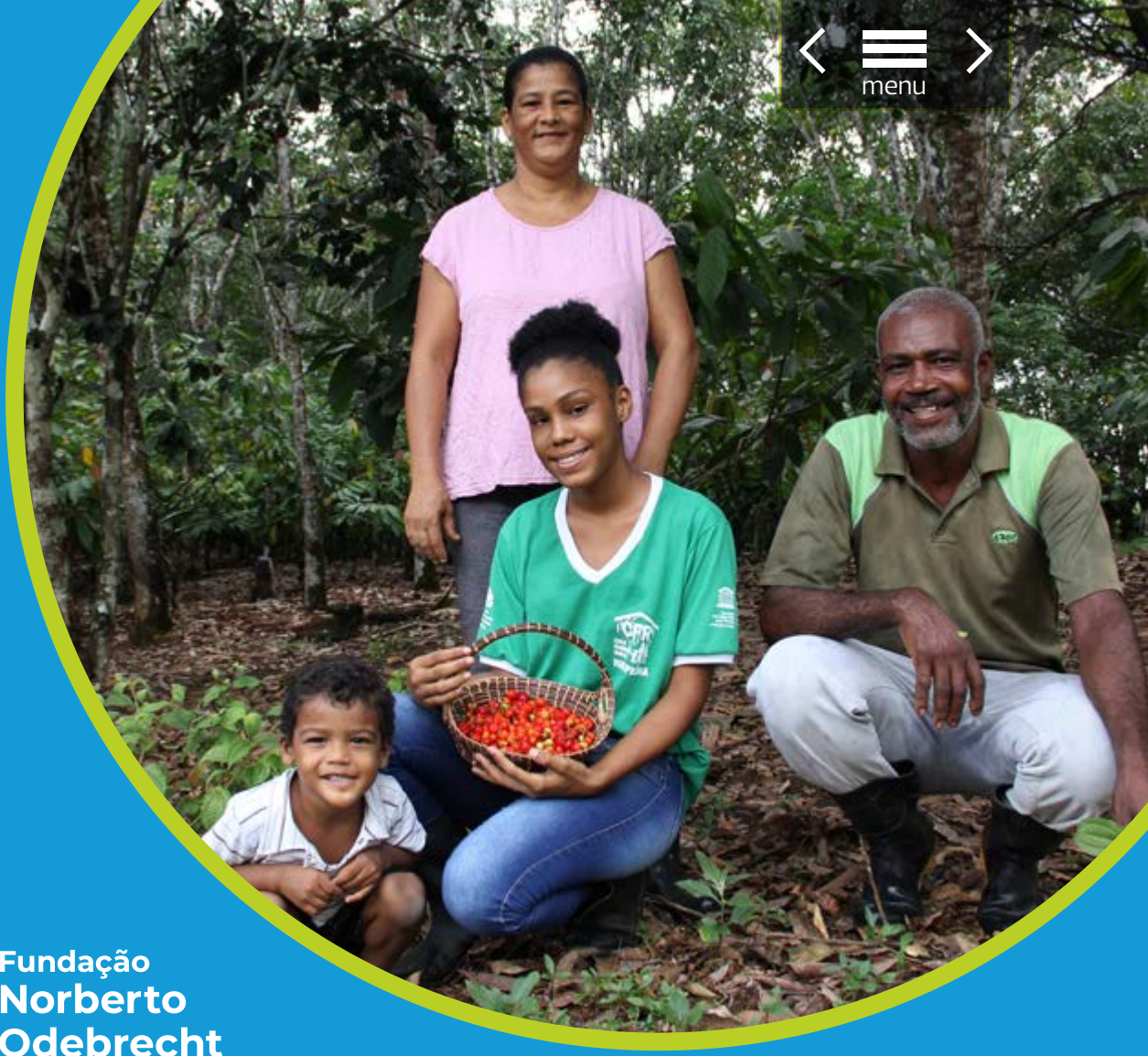


Fundação
Norberto
Odebrecht

Como implementar o PDCIS

Tecnologia Social da Fundação Norberto Odebrecht

Sistematização de um modelo para implementação de um programa social de desenvolvimento sustentável baseado numa experiência com impactos comprovados.

menu

Fundação Norberto Odebrecht

Como implementar o PDCIS

Tecnologia Social da Fundação Norberto Odebrecht

Sistematização de um modelo para implementação de um programa social de desenvolvimento sustentável baseado numa experiência com impactos comprovados.

Versão atualizada

Salvador

2020

Fundação Norberto Odebrecht

Conselho de Curadores (2020)
Ruy Lemos Sampaio (Presidente)
Cláudio Pádua (Vice-Presidente)
João Pinheiro Nogueira Batista
José Mauro Carneiro da Cunha
Luciano Guidolin
Nir Lander
Roberto Faldini

Executivos
Fabio Wanderley - Superintendente
Cristiane Nascimento — Sustentabilidade, Parcerias e Comunicação
José Ernesto Gonzalez — Organização e Governança

Expediente
Área de Sustentabilidade e Comunicação da Fundação Norberto Odebrecht

Cristiane Nascimento - Direção
Louise Franco - Coordenação
Marcus Valadão - Design e diagramação
Camila Giuliani, Cristiane Nascimento e Debora Rezende - Produção de conteúdo
Denise Plácido - Apoio

Imagens
Acervos: Fundação Norberto Odebrecht, Casa Familiar Agroflorestal, Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves, Casa Familiar Rural de Igrapiúna e Organização de Conservação da Terra.
Fotógrafos: Bruna Castelo Branco, Camila Giuliani, Debora Rezende, Hilso Vasques Junior, Marcus Valadão e Pedro Paulo Queiroz.
Banco de imagens: Freepick

Revisão e Assessoria Técnica
Sergio Leão — Fronteira Sustentável

Revisão Editorial
Flávia Rosa e Susane Barros (Editora da Universidade Federal da Bahia — EDUFBA)

Revisão Linguística (Português)
Gilcia Beckel

Fundação Norberto Odebrecht.
Como implementar o PDCIS : Tecnologia Social da Fundação Norberto Odebrecht : Sistematização de um modelo para implementação de um programa social de desenvolvimento sustentável baseado numa experiência com impactos comprovados./ Fundação Norberto Odebrecht. — Salvador : Fundação Norberto Odebrecht, 2020.
391 p.

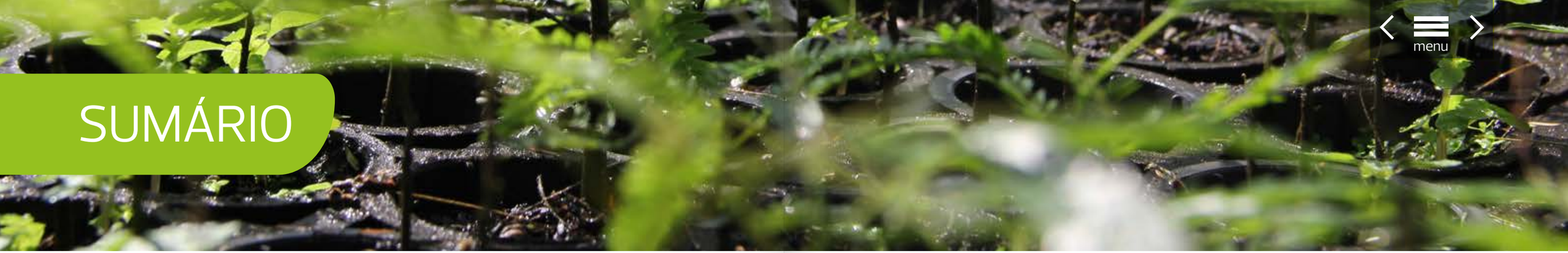
ISBN 978-65-88794-00-5

1. Fundação Norberto Odebrecht - História. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Desenvolvimento rural. 3. Mobilidade social — Bahia. 4. Programa. I. Título.

CDD 361.7

Elaborada por Sandra Batista de Jesus CRB-5/1914

menu



SUMÁRIO

6 Apresentação

8 Guia de Leitura

10 A Fundação Norberto Odebrecht

12 Sobre a Fundação Norberto Odebrecht
14 Legado de Norberto Odebrecht
16 Linha do Tempo
20 Estratégia de Atuação
20 Promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável
22 Programa Social – PDCIS
24 Instituições Parceiras
32 Conexão com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
35 Avaliação de Impactos

38 Conceitos Importantes

40 Tecnologia Empresarial Odebrecht
46 Protagonismo Juvenil
49 Sustentabilidade e Desenvolvimento Territorial Sustentável
52 Governança Participativa

56 Programático PDCIS
Módulo de Gestão

58 Ética, Integridade e Transparência
60 Programa de Conformidade
62 Seminário de Ética, Integridade e Transparência
64 Processo de *Due Diligence*

68 Planejamento e Prestação de Contas
70 Ciclo de Planejamento
74 Programa de Auditoria

78 Mobilização de Recursos
80 Mobilização de Recursos
84 Tributo ao Futuro

88 Programático PDCIS
Módulo Frentes de Atuação

90 Educação para o Desenvolvimento Sustentável
92 Formação Técnica de Jovens
98 Gestão de Propriedade Rural
102 Seminário Rural
106 Dia de Campo

108 Desenvolvimento Econômico
110 Projeto Educativo-Produtivo
114 Gestão de Organização Socioprodutiva
118 Certificação Orgânica Participativa
122 Educação Financeira

126 Conservação Ambiental
128 Planejamento Integrado da Propriedade
132 Saneamento Ambiental em Quintais Produtivos
138 Projeto de Carbono
144 Pagamento por Serviço Ecossistêmico
148 Restauração Florestal
152 Implantação de Práticas Agroecológicas
156 Implantação de Sistema Agroflorestal

160 Inovação e Tecnologia
162 Implantação de Unidades Demonstrativas
166 Parceria com Instituição de Pesquisa

168 Coesão e Mobilização Social
170 Criação e Regularização de Organizações Socioprodutivas
174 Ação Multiplicadora

178 Cidadania e Governança
180 Regularização de Propriedade Rural
184 Atuação Feminina no Campo

188 Referências

204 Glossário

213 Créditos

Apresentação

A Fundação Norberto Odebrecht (FNO), em mais de 50 anos, sempre teve nas pessoas a sua razão de ser. Com uma atuação pautada na crença no ser humano e em seu potencial de se desenvolver, nossa instituição contribuiu e contribui para que milhares de famílias possam transformar suas realidades.

Em nossa base está o pioneirismo de Norberto Odebrecht, que idealizou a Fundação, em 1965, motivado pelo propósito de construir um futuro mais sustentável para as gerações seguintes, e que teve no desejo das comunidades, e seus anseios por mudanças, a força que impulsionou toda a concepção do trabalho. Pioneirismo que, ainda hoje, é essencial para nossa atuação.

Inspirados pelos ensinamentos de um visionário, nos fortalecemos a cada dia para que possamos seguir em frente. Mobilizamos assim, de forma contínua, diversos apoiadores à nossa causa, como membros de instituições privadas, do poder público e representantes da sociedade civil que, por meio de uma Governança Participativa, acreditam no Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS) junto conosco e contribuem para que os objetivos do Programa sejam alcançados.

Em 2018, decidimos fazer uma avaliação dos impactos resultantes da aplicação de nossa tecnologia social, utilizando metodologia científica, para demonstrar e avaliar as transformações ocorridas nas vidas de famílias após 17 anos de trabalhos que envolveram e atingiram dezenas de milhares de pessoas.

Encontramos resultados expressivos que confirmaram a certeza de nossa missão, e nos surpreenderam pelo alcance e pelo significado transformador possibilitado pela emancipação de pessoas e comunidades, sobretudo frente à realidade das carências ainda existentes no Baixo Sul da Bahia. A expressão desses resultados revelou-nos a possibilidade e a oportunidade de que nosso modelo poderia contribuir na orientação de políticas públicas e ser expandido para outros contextos e realidades, ampliando o alcance e os benefícios a mais pessoas em outras regiões. Para isso, precisávamos reunir, de forma estruturada, todo o conhecimento e aprendizado acumulados ao longo da nossa experiência, e tornar o PDCIS um modelo replicável em módulos passíveis de serem adaptados a distintas realidades.

Dessa forma, em 2019, iniciamos o trabalho de sistematização da nossa tecnologia social, concluído em 2020, com esta publicação. Foram oito meses para o desenvolvimento do documento, que foi coordenado pela equipe da FNO e contou também com a participação de aproximadamente 20 profissionais como engenheiros agrônomos, pedagogos, administradores, contadores, jornalistas e zootecnistas envolvidos na realização do Programa e que dedicaram tempo e presença à construção deste trabalho. Contamos ainda com a ajuda de consultores externos que nos assessoraram nas revisões técnicas, de português e editorial, formando assim um grande time com um único propósito, aos quais agradeço imensamente pelo comprometimento, empenho e dedicação nessa jornada.

As ações foram coordenadas a partir de um amplo planejamento que abarcou todas as frentes de execução do trabalho, com mais de 300 documentos e referências pesquisados e 60 horas de entrevistas gravadas com pessoas estratégicas e de conhecimento sobre as práticas do Programa. Mesmo com as adequações necessárias aos protocolos preventivos da pandemia da Covid-19, mantivemos inalterados os compromissos de qualidade e de prazos.

Este trabalho tem a ambiciosa tarefa de sintetizar o conhecimento, as práticas e os aprendizados de décadas de trabalho que ora apresentamos como a *Sistematização do PDCIS*. Nosso objetivo é poder levar o PDCIS a cada vez mais pessoas e suas comunidades, e também demonstrar, com esse lançamento no ano do centenário de nascimento de nosso fundador, que seu legado permanece vivo e transformador.

Esta publicação se destina a gestores públicos a quem disponibilizamos nossa tecnologia social de resultados comprovados e às empresas privadas e suas lideranças como um modelo que pode ser replicado e ajustado a outros contextos além daquele em nosso campo de atuação, o Baixo Sul da Bahia. Queremos também atender a investidores e a empreendedores sociais, servindo-lhes com a disponibilidade da tecnologia social e com a possibilidade de apoiá-los na replicação contextualizada de nosso modelo.

O futuro transformador está a nosso alcance e nos juntamos a todos aqueles que, como Norberto Odebrecht, decidem e partem para construir uma sociedade mais harmônica, responsável e com igualdade de oportunidades para todos.

Boa leitura!

Fabio Wanderley dos Anjos
Superintendente da Fundação Norberto Odebrecht

Guia de Leitura

Seja bem-vindo à *Sistematização do PDCIS!*

Para facilitar a leitura e entendimento, a publicação está dividida em dois blocos principais – a parte conceitual, na qual é possível conhecer a história da Fundação Norberto Odebrecht e as bases teóricas que norteiam sua atuação; e o Programático PDCIS, que apresenta 28 Práticas do Programa e suas respectivas etapas para implantação.

A parte conceitual está dividida em capítulos que trazem a história da Fundação Norberto Odebrecht, o contexto de formação do seu Programa Social, o PDCIS, a forma como a instituição promove o desenvolvimento territorial sustentável ao transformar em práticas formulações importantes sobre conceitos como Protagonismo Juvenil, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO).

O Programático PDCIS está subdividido nos blocos de Gestão e Frentes de Atuação, que, por sua vez são compostos por práticas, conforme o diagrama na página seguinte.

Cada Prática é composta por:

- Introdução, descrevendo o contexto que levou à sua concepção;
- Painel relacionando a Prática aos ODS;
- Fluxograma com as etapas necessárias;
- Informações importantes para implantação, como equipe envolvida e tempo estimado;
- Histórias de beneficiários que vivenciaram as Práticas descritas;
- Curiosidades e pontos de atenção descritos nos boxes "Vale saber!" e "É possível adaptar esse modelo!"; e
- Ao final da publicação, na *página 188*, é possível conhecer as principais referências que embasaram o conteúdo. E, na *página 207*, está disponível glossário com os principais termos e siglas utilizados em cada Prática.

As Práticas podem usar referências a conceitos e outros temas abordados na parte conceitual, ou indicar leituras complementares para melhorar seu entendimento acerca do PDCIS.

A Fundação Norberto Odebrecht

Conceitos Importantes

Programático PDCIS

Módulo Gestão

- *Ética, Integridade e Transparência*
- *Planejamento e Prestação de Contas*
- *Mobilização de Recursos*

Módulo Frentes de Atuação

- *Educação para o Desenvolvimento Sustentável*
- *Desenvolvimento Econômico*
- *Conservação Ambiental*
- *Inovação e Tecnologia*
- *Coesão e Mobilização Social*
- *Cidadania e Governança*

Como usar esse documento:

- Navegue página a página
- menu — Retorne ao sumário
- Clique para acessar
- Conheça os beneficiários nas fotos
- Consulte nosso Glossário

Conheça os beneficiários nas fotos

A Fundação Norberto Odebrecht

Sobre a Fundação Norberto Odebrecht

Legado de Norberto Odebrecht

Linha do Tempo

Estratégia de Atuação

Clique para acessar

Sobre a Fundação Norberto Odebrecht

Uma das mais antigas fundações empresariais do país, com mais de 50 anos de história, a Fundação Norberto Odebrecht é uma instituição privada, sem fins lucrativos, que se desafia a tornar real o sonho de seu fundador, Norberto Odebrecht, expandindo seu trabalho para beneficiar ainda mais pessoas, territórios e realidades. Sua atuação, mesmo tendo mudado de foco ao longo dos anos, sempre teve como cerne o desenvolvimento do ser humano, com a finalidade de contribuir para o equacionamento de problemas originários da estrutura social e econômica brasileira e ajudar a construir uma sociedade mais responsável, harmônica, solidária e com igualdade de oportunidades para todos.

A Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), filosofia de vida pautada na educação e no trabalho, é definida como base norteadora da Fundação, que considera o jovem como principal agente de transformação do contexto de zona rural, ambiente em que vive juntamente com sua família e comunidades em seu entorno. Uma escolha definida em 1988 e consolidada por meio da missão de Educar para Vida, pelo Trabalho, para Valores e Superação de Limites, promovendo o protagonismo juvenil. Assim, o jovem é estimulado a reconhecer e a desenvolver seu potencial, aprendendo a conviver em grupo de forma sinérgica, realizando-se pelo trabalho e pela superação de seus desafios, acessando e interagindo com novas realidades.

Para promover o desenvolvimento territorial sustentável, a Fundação criou e coordena, desde 2003, o Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS), cujo objetivo é a transformação das condições de vida das pessoas do Baixo Sul da Bahia, nos âmbitos social, econômico e ambiental. A região foi escolhida por apresentar baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e outros indicadores de carências sociais que, à época de criação do Programa, já sofria com o êxodo rural e com a falta de perspectivas do jovem para continuidade de sua educação e vida profissional.

A realidade da região vem sendo modificada desde então com ações voltadas à educação para o desenvolvimento sustentável, com incentivo à vocação agrícola local, que alavanca o crescimento econômico com inclusão social e conservação ambiental.

O PDCIS atua com base no modelo de Governança Participativa, o qual possibilita unir objetivos e ações entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil, em especial as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) – entidades privadas com participação social para iniciativas de interesse púbico. A relação da Fundação com tais entidades, como se verá mais adiante, está amparada legalmente por um *Acordo de Parceria e Cooperação Técnica e Financeira* denominado Pacto de Governança.

À Fundação Norberto Odebrecht concerne o papel de transferir tecnologia e apoiar na mobilização de recursos junto às OSCs; de garantir aos investidores sociais que as instituições parceiras na realização do PDCIS estejam alinhadas com as melhores práticas de governança e conformidade, com efetividade na prestação de contas, processos e controles internos, comunicação adequada, responsabilidade e disciplina; equidade e autonomia; segurança empresarial; e de apresentar à sociedade civil, aos investidores sociais e demais partes interessadas os resultados conquistados pelo Programa.

Às instituições parceiras da Fundação cabe fazer: a implementação de ações de interesse comum; a promoção da educação para o desenvolvimento econômico e sustentável; a realização de ações que visem a redução das desigualdades sociais, a inclusão social e a conservação do meio ambiente; o estímulo à organização e mobilização social e institucional em torno do PDCIS; e o compromisso em assegurar o retorno em resultados por meio de relatórios de prestação de contas, sempre em cotejo às metas pactuadas em seus respectivos planejamentos.

Legado de Norberto Odebrecht

Grandes legados começam a partir de sonhos e de inquietações. No que concerne à Fundação Norberto Odebrecht, tudo começou com o sonho de um empresário à frente do seu tempo: Norberto Odebrecht. Filho de Emílio e Hertha Odebrecht, nasceu Norberto em 9 de outubro de 1920. Imbuído dos valores da ética, da disciplina, valorização da natureza, do respeito e da confiança ensinados e incorporados ao longo de sua trajetória familiar, trabalhou nas oficinas da empresa do pai, a Emílio Odebrecht & Cia, e entrou para o curso de Engenharia da Escola Politécnica de Salvador em, 1938, na capital baiana.

No terceiro ano da faculdade, assumiu a empresa do pai, a qual passava por dificuldades em decorrência da crise econômica originada no cenário da Segunda Guerra Mundial. Em 1944, após um ano de formado, buscou saldar todas as dívidas e fundou a Construtora Norberto Odebrecht (CNO), que cresceu, se diversificou e se internacionalizou, sendo a origem da formação do Grupo Novonor. Para ele, o desenvolvimento do ser humano se dava a partir da geração de oportunidades. Com esse pensamento em mente, o engenheiro dedicou-se à atuação social de diversas formas ao longo de sua vida. Por muitos anos, Irmã Dulce, canonizada em 2019 como Santa Dulce dos Pobres, foi sua grande aliada. Carinhosamente chamada por ele de "*minha mestra, minha mãe profissional*", Santa Dulce tornou-se conselheira e amiga do empresário na década de 1940. Com ela, aprendeu inúmeras lições, principalmente pela forma como a Santa superava as mais desafiadoras situações.

Norberto Odebrecht acreditava que o processo de mudança de qualquer realidade deveria começar pela família como base da educação das novas gerações. Para tanto, era necessário que tivessem condições dignas de vida, o que não se observava naquelas comunidades que viviam precariamente da agricultura de subsistência, como pôde verificar ao conduzir parte de seus negócios na região do Baixo Sul da Bahia. Ele entendia que era preciso educar as pessoas da região para que pudessem produzir além do necessário para o próprio consumo. Assim, poderiam poupar e reinvestir.

Para o empresário, mais do que ter visão, era importante desenvolver ações, estabelecendo prioridades e metas. Entre muitas facetas de seu perfil de empresário, uma das mais marcantes foi sua contínua atenção e prioridade à formação de novas lideranças por meio da educação e do exemplo.

Um líder em sua essência, ele entendia que era preciso ter uma atitude positiva frente aos desafios, ser otimista e ter a certeza de que problemas podem ser transformados em oportunidades. Movido por suas inquietações, criou, em 1965, a Fundação Norberto Odebrecht, instituição que tinha como objetivo inicial prover os funcionários da construtora de benefícios que a Previdência Social, na época, não abrangia.

Com o passar do tempo e a consolidação de uma legislação trabalhista, a Fundação, guiada sempre pelo pioneirismo de Norberto Odebrecht, deixou de ser uma instituição assistencialista e voltou seu olhar para o atendimento às carências da sociedade. Um visionário que inspirou pessoas por todo o Brasil, ele quebrou paradigmas de desenvolvimento cidadão e produtivo para jovens da zona rural, população pouco reconhecida até então. "*Eles são educados e educam suas famílias. Serão os novos transformadores locais, além de contribuírem com este país, que vai se transformar em um Brasil pujante, dinâmico e rico em oportunidades*", afirmou Norberto Odebrecht em entrevista concedida em 2005 à revista *Odebrecht Informa.*

Uma de suas maiores contribuições para a construção desse futuro foi a Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), obra que, apoiado por sua equipe nos negócios, criou e sistematizou visando orientar a atuação dos integrantes do Grupo Novonor com base em princípios éticos, morais e conceituais construídos a partir de sua educação doméstica e experiência profissional. Em 19 de julho de 2014, aos 93 anos, faleceu Norberto, deixando como legado as lições de humildade, do espírito de servir e a certeza de que a perpetuidade de seus projetos e aspirações continuam vivos em todas as ações da Fundação, por meio de valores sólidos pautados, como afirmara inúmeras vezes, "*na disciplina, que gera o respeito e consolida a confiança*". Com a educação pelo trabalho sendo o eixo central dessa filosofia de vida, a Fundação Norberto Odebrecht segue o caminho alinhada a seus princípios e exemplos, mantendo vivo o sonho de transformar vidas.

Um líder é antes de tudo um educador, pensador, formador de equipes. Tem que ser capaz de interpretar, compreender, praticar e orientar os deveres da vida, expressos na tese de que todos os seres humanos, em todo o mundo, estão convocados a participar do esforço de recuperação e manutenção das condições de vida saudável na Terra.

Norberto Odebrecht

Linha do Tempo

As ações da Fundação Norberto Odebrecht têm origem em uma base sólida e perene em que o cerne é a educação pelo trabalho e a consciência de que é possível transformar realidades uma vez que sejam ofertados meios de desenvolvimento às pessoas. Contribuindo para o equacionamento de problemas originários da estrutura social e econômica, a instituição visa a construção de uma sociedade mais responsável, harmônica e solidária. Confira abaixo os marcos que se destacam nessa história!

1965

Norberto Odebrecht cria a então chamada Fundação Emílio Odebrecht (FEO), em homenagem ao nome de seu pai. O objetivo da instituição era oferecer aos trabalhadores da Construtora Norberto Odebrecht (CNO) benefícios que a Previdência Social não abrangia até o momento, como assistência médico-hospitalar, ambulatorial, odontológica, farmacêutica, educacional e recreativa.

1978

A Odebrecht atinge a marca de 20 mil funcionários. Com isso, a Fundação instituiu espaços chamados Unidades Descentralizadas, que levavam benefícios aos canteiros de obras da CNO pelo Brasil. Os centros de apoio ofereciam, entre outros suportes, atendimento médico e cursos de alfabetização.

1982

A Fundação passa a dedicar-se ao trabalhador brasileiro e à sua família, marco considerado como a primeira grande mudança em sua atuação. O escopo de trabalho da instituição passou a englobar programas de ações socioculturais, como debates, bolsas de pesquisa e prêmios. O objetivo era estimular e prestigiar a inteligência nacional na identificação, análise e proposição de soluções aos problemas que freavam a produtividade do trabalhador. Essa etapa foi marcada pelo lançamento do Prêmio Fundação Emílio Odebrecht, fruto de um convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1988

A educação de adolescentes passa a ser o novo foco de atuação da Fundação, com o objetivo de formar pessoas responsáveis, conscientes e participativas, e estimular o Protagonismo Juvenil. Nesse momento, elege sua missão: "Educar para Vida, pelo Trabalho, para Valores e superação de Limites".

1992

A Fundação passa a apoiar a publicação de diversos livros relacionados ao adolescente e ao Protagonismo Juvenil, os quais abordavam temas como educação sexual, políticas públicas para os jovens e melhorias nas escolas. Nesse período, participou das discussões e contribuiu ativamente para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), confirmando o direcionamento para jovens e o seu protagonismo.

1994

É lançada, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a campanha "Só a Escola Corrige o Brasil", para estimular o debate sobre educação. A peça publicitária foi assistida por mais de 146 milhões de telespectadores.

1995

A Fundação passa a ser denominada Fundação Norberto Odebrecht. No mesmo ano, realizou um prêmio com o tema "O Adolescente por uma Escola Melhor". Participaram 2.850 jovens de 13 a 18 anos com propostas para melhorar as escolas.

1997

Apoia o Pacto do Sítio do Descobrimento pela Educação, que visava a mobilização e a articulação de ações para garantir a entrada, permanência e sucesso das crianças e adolescentes nas escolas. O Pacto beneficiou os municípios baianos de Eunápolis, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Prado e Belmonte.

1999

Integrando-se ao programa "Aliança com o Adolescente pelo Desenvolvimento Sustentável no Nordeste", passa a concentrar sua atuação na região Nordeste, marcada por baixos Índices de Desenvolvimento Humano. O enfoque estava na geração de oportunidades para jovens da zona rural. O programa, concluído em 2004 com a criação do Instituto Aliança, foi fruto da parceria com o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Kellogg e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

2003

Focada na visão de agir sobre as causas dos problemas sociais e econômicos, a Fundação define como foco a promoção do desenvolvimento territorial sustentável. Cria então o Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS), com foco de atuação na região do Baixo Sul da Bahia, apoiando o surgimento de uma nova geração de jovens protagonistas, multiplicadores de conhecimeno para suas famílias e comunidades.

2004

É criado o Tributo ao Futuro, iniciativa que representa importante fonte de captação de recursos, dentro e fora do Grupo Novonor, para viabilizar projetos educacionais voltados à formação e inclusão socioprodutiva de adolescentes da zona rural do Baixo Sul da Bahia.

2008

Conquista o 2° Prêmio ODM Brasil, da Secretaria Geral da Presidência da República, concedido a projetos que contribuem com resultados efetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável. A instituição foi a única fundação empresarial a conquistar a premiação.

2010

O PDCIS é reconhecido com o Prêmio ao Serviço Público das Nações Unidas na categoria "Melhorando a participação cidadã nos processos de decisões públicas através de mecanismos inovadores".

2014

Falece em Salvador (BA), no dia 19 de julho, Norberto Odebrecht, tendo alcançado não apenas o crescimento dos negócios que liderou, como também o desenvolvimento social e econômico de centenas de comunidades e famílias. A Fundação seguiu com o compromisso de manter vivo seu legado, dando continuidade às ações do PDCIS no Baixo Sul da Bahia, desejo registrado por Norberto em testamento.

2015

A Fundação Norberto Odebrecht comemora 50 anos e renova seu compromisso com os jovens e suas famílias, inseridos em suas comunidades.

2018

Após 15 anos de existência, o PDCIS faz a primeira avaliação de seus impactos com uso de metodologia estruturada para identificar e quantificar os resultados. A Avaliação de Impactos do Programa demonstrou, por meio de procedimentos científicos, os significados das transformações sociais, econômicas e ambientais geradas na vida dos beneficiários.

2019

A Fundação Norberto Odebrecht conquista o selo ONG Transparente. Promovido pelo Instituto Doar, o reconhecimento atesta a transparência das informações prestadas pela instituição na internet, destacando seu compromisso com uma atuação ética, íntegra e transparente, sempre em busca das melhores práticas de governança e conformidade do setor.

2020

Após a Avaliação de Impactos comprovar a eficácia de seu Programa Social, a Fundação Norberto Odebrecht realiza a *Sistematização do PDCIS*. Lançada no ano do centenário de Norberto Odebrecht, a publicação objetiva viabilizar a reaplicação do PDCIS em outros contextos de vulnerabilidades sociais.

Estratégia de Atuação

Promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável

A sustentabilidade depende de ações deliberadas e conscientes, pautadas na redução das desigualdades e no suprimento das necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade de prover as futuras. Nesse contexto, a Fundação Norberto Odebrecht norteia as prioridades de seu trabalho social em seis frentes de atuação que, de forma integrada e sinérgica, contribuem para a superação dos desafios regionais e globais.

Em sua estratégia, tendo adolescentes e suas famílias como protagonistas, a Fundação colabora para a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, por meio da educação do jovem para a produção no campo, no uso racional e proteção dos recursos naturais e no fortalecimento das bases da cidadania.

Unidas por meio do Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS), as seis frentes concretizam o propósito da Fundação em promover o desenvolvimento territorial sustentável, melhorando as condições de vida dos beneficiários.

Conheça as seis frentes de atuação

Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Oferece às pessoas, especialmente aos jovens, as habilidades, competências e conhecimentos necessários à construção do desenvolvimento sustentável, por meio da promoção da educação contextualizada e de qualidade orientada para a conservação ambiental e sustentabilidade; formação ética e para valores, formando a base para o protagonismo juvenil.

Desenvolvimento Econômico

Favorece o desenvolvimento econômico e a inclusão social pelo fortalecimento da agricultura familiar; incentivos à economia rural; apoio nos processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização; promoção de segurança alimentar; incremento de renda; acesso a mercados mais justos; e orientação para reinvestimentos e para estruturação de sistemas produtivos sustentáveis.

Conservação Ambiental

Estimula a conservação do meio ambiente e da biodiversidade, possibilitando o uso racional dos recursos naturais, com destaque para: proteção dos recursos hídricos, restaurando e conservando matas ciliares e nascentes; promoção do desmatamento evitado; conservação do solo e da água; implementação de práticas agroecológicas, neutralização de carbono e revegetação; e apoio para acesso ao saneamento básico, incluindo a orientação para manejo correto de insumos e de resíduos.

Inovação e Tecnologia

Fomenta a inovação no campo da produção, do desenvolvimento de novos produtos e de comercialização; aplicação de tecnologias para aumento de produtividade; diversificação de cultivos; e disseminação de boas práticas agrícolas e agroecológicas, incluindo a reconversão de áreas em sistemas agroflorestais.

Coesão e Mobilização Social

Possibilita a união das pessoas em torno de objetivos comuns atingidos pelos estímulos ao engajamento em organizações socioprodutivas; formação de novas lideranças; incentivo à permanência no campo; empoderamento das comunidades; formação de uma consciência coletiva; e fortalecimento da identidade cultural, autoestima e senso de pertencimento das pessoas às suas comunidades.

Cidadania e Governança

Torna o cidadão consciente do conjunto de direitos relativos ao bem-estar econômico-social, possibilitando o acesso às políticas públicas e de crédito e o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Vale saber!

As Práticas sistematizadas no módulo Programático PDCIS (p. 56) estão organizadas nos Módulos de Gestão e Frentes de Atuação. Neste último, é possível conhecer detalhes dos projetos e iniciativas construídas com os beneficiários do PDCIS.

Estratégia de Atuação

Programa Social – PDCIS

A estratégia de atuação da Fundação Norberto Odebrecht se materializa no Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS). Criado em 2003, o PDCIS tem entre seus objetivos atuar para reduzir as desigualdades e, assim, contribuir na construção de uma sociedade mais harmônica, responsável, solidária e com igualdade de oportunidades para todos.

A Fundação, desde o início, tem seu foco de atenção no ser humano. Com a criação do PDCIS, esse foco se amplia e se desdobra nas seis frentes do Programa. Sua concepção nasce das reflexões de Norberto Odebrecht sobre como a pobreza, a insuficiente escolaridade e a exclusão social tornam a vida humana insustentável e, por falta de alternativas e de conhecimento, levam o homem a atitudes predatórias frente ao meio ambiente.

O Baixo Sul foi a região do estado da Bahia escolhida para o programa de desenvolvimento territorial e onde segue em execução o PDCIS. Essa escolha se deveu à visão de Norberto Odebrecht e ao seu conhecimento da região marcada por fortes desigualdades sociais, escolha confirmada pelo diagnóstico demonstrado nos indicadores: baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH); percentual de pobres e extremamente pobres acima de 60%; apenas 30% dos adolescentes com idade entre 15 e 17 anos matriculados em escolas; e índices de violência representados pela taxa média de homicídios quase duas vezes maior que o nacional, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da edição de 2016 do *Atlas da Violência*.

Do ponto de vista ambiental, também são inúmeros os desafios. São exemplos os impactos pela supressão das matas ciliares, redução da cobertura florestal e poluição de cursos d'água que recebem esgotos e agrotóxicos devido à manejos inadequados. A partir desse contexto e do desejo das pessoas de transformar essa realidade, a Fundação se mobilizou para promover o desenvolvimento territorial sustentável e melhorar a vida de centenas de famílias.

O Programa abrange 11 municípios do Baixo Sul, onde vivem cerca de 285 mil habitantes, 50% em área rural. É um território marcado pela rica biodiversidade com, predominância do bioma Mata Atlântica e importantes remanescentes florestais, regime pluviométrico regular e clima propício à produção de diversos cultivos, como: banana, abacaxi, mandioca, aipim, palmito, cacau e seringueira.

Com o objetivo de transformar social, econômica e ambientalmente as condições de vida das pessoas da região onde atua, o PDCIS desenvolve-se com base no modelo de Governança Participativa, articulando poder público, iniciativa privada e sociedade civil – em especial, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

Saiba mais sobre esse importante arranjo, que está na base de execução do PDCIS, no capítulo Governança Participativa, na página 52.

Vale saber!

O modelo do PDCIS já serviu de inspiração para outras iniciativas no Equador (Desarollo del Capital Humano, Productivo y Ambiental); em uma parceria entre Fundación Lann Nobis, Odebrecht Equador e a Fundação Norberto Odebrecht; e em Angola, com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico-Social, parceria entre o Governo de Lunda Sul e empresas locais.

Estratégia de Atuação

Instituições Parceiras

A Fundação Norberto Odebrecht conta com cinco instituições parceiras para a realização do PDCIS no Baixo Sul da Bahia. O relacionamento com cada uma delas se dá a partir do Acordo de Parceria e Cooperação Técnica e Financeira, denominado Pacto de Governança. Esse documento estabelece o padrão de governança para o PDCIS e norteia as relações da Fundação, detentora da tecnologia social, com as demais instituições participantes.

Conforme previsto pelo Acordo, a Fundação tem o compromisso de apoiar as instituições na administração dos recursos financeiros e não financeiros; orientar e acompanhar questões orçamentárias; transferir às instituições os princípios, conceitos e critérios da TEO; promover e ampliar mobilizações na identificação de possíveis novos investidores sociais; e apoiar na garantia da segurança empresarial dos seus processos internos.

Em contrapartida, as instituições executoras do PDCIS devem aplicar os princípios da TEO em suas atividades diárias; promover, coordenar e integrar o desenvolvimento de ações alinhadas às frentes de atuação da Fundação; assegurar a geração dos resultados pactuados e o acesso a informações; contratar serviços especializados para garantir a segurança empresarial em processos internos; aprovar e colocar em prática um código de conduta; aprovar e colocar em prática um manual de compras e contratações; responsabilizar-se integralmente por contratações e pagamentos relacionados às execuções de suas ações e programas; comunicar formalmente à Fundação sobre a prospecção de parceiros considerados estratégicos; prestar contas à sociedade sobre os recursos doados, relacionando-os às ações realizadas; e zelar pela imagem e pela segurança institucional referente aos processos de execução de suas atividades, mantendo a contabilidade de acordo com as normas vigentes.

Saiba mais sobre as instituições executoras do PDCIS!

Casas Familiares

Escolas de Ensino Médio integrado a cursos profissionalizantes, as Casas Familiares são Organizações da Sociedade Civil (OSCs) reconhecidas pelo Ministérios da Educação (MEC) e Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Como entidades de ensino e formação profissional, mobilizam comunidades, poder público e inciativa privada objetivando oferecer educação de qualidade para adolescentes da zona rural do Baixo Sul da Bahia. Instituições de referência pela qualidade do que oferecem aos jovens, são três as escolas que integram o PDCIS:

Casa Familiar Agroflorestal (CFAF) – criada em 2005, está localizada em Nilo Peçanha e oferece curso técnico em Florestas;
Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves (CFR-PTN) – criada em 2002, está localizada no município de Presidente Tancredo Neves e oferece curso técnico em Agropecuária; e
Casa Familiar Rural de Igrapiúna (CFR-I) – criada em 2007, está sediada em Igrapiúna e oferta curso técnico em Agronegócio.

1

2

3

As Casas Familiares atuam em rede. Foram contempladas com recursos, em anos distintos, pelo Programa Criança Esperança, iniciativa da Rede Globo em parceria com a Unicef, e são integrantes da Rede de Escolas Associadas (PEA) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Têm ainda, em comum, a incorporação ao currículo dos valores e metas propostos pela ONU, disseminando a cultura da paz e o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em 2019, as Casas Familiares passaram a integrar a rede Eco-Escolas, iniciativa da Foundation for Environmental Education (FEE), associada à Unesco e ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), cujo objetivo é reunir pelo mundo centros de ensino que trabalham em prol do desenvolvimento sustentável.

Com uma educação contextualizada à realidade do campo e promovendo a equidade de gêneros, as Casas Familiares formam jovens agricultores conscientes de seus direitos e deveres, lideranças ativas em suas comunidades e capazes de articular formas de aumentar a produção agrícola utilizando os recursos naturais de forma responsável. A seleção para entrada de novos alunos nas Casas Familiares é anual e abrange adolescentes entre 14 e 19 anos, filhos de agricultores familiares, residentes na zona rural do Baixo Sul da Bahia, com Ensino Fundamental completo e vocação para permanecerem no campo.

Nas escolas, os estudantes têm, além de todas as disciplinas da base convencional nacional, matérias técnicas voltadas às atividades agrícolas. A formação inclui ações educativas nas dimensões social, técnica e produtiva, em que os alunos implantam hortas e cultivos, além de terem a oportunidade de aplicar os conhecimentos sobre planos de manejo, cálculos matemáticos de relações entre áreas e insumos por tipos de cultivos e de solos, viabilidade econômica da produção, produtividade e rentabilidade. Ao passo que estimulam o empreendedorismo, as Casas Familiares oferecem aos jovens a compreensão de que suas propriedades rurais são seus negócios, onde é possível alcançar crescimento econômico e transformar suas condições de vida.

Pedagogia da Alternância

No contexto da zona rural do Baixo Sul da Bahia, onde são frequentes as grandes distâncias entre comunidades e precários os acessos bem como os transportes públicos, o ensino tradicional, com aulas presenciais de segunda a sexta-feira, pode representar um desafio de logística e de custos a muitas famílias. Frente a essa realidade, as Casas Familiares seguem o modelo educacional da Pedagogia da Alternância, na qual os estudantes passam uma semana em período integral na escola, onde dormem, fazem todas as refeições e têm aulas práticas e teóricas.

As duas semanas seguintes são passadas nas propriedades de suas famílias, onde os jovens aplicam os conhecimentos e técnicas aprendidos e os compartilham com as comunidades, garantindo que pessoas que não tiveram as mesmas oportunidades possam também ter acesso a novos conhecimentos e aprendizados. Esses adolescentes atuam ainda influenciando o ambiente em que vivem, tornando-se referência e contribuindo com transformações nos âmbitos familiar e social.

O período que passam nas suas casas equivale como carga horária escolar e é validado pelo Ministério da Educação (MEC). Nas duas semanas de presença na propriedade familiar, os estudantes recebem visitas de acompanhamento dos educadores e são orientados para atividades das disciplinas cursadas. Esse acompanhamento visa avaliar o desempenho dos alunos, tirar dúvidas e conferir o andamento das áreas produtivas da família, para as quais os alunos recebem insumos para iniciar os cultivos, obtêm renda e reinvestem o lucro em novos ciclos produtivos.

O núcleo familiar, entendido como primeiro grande parceiro do estudante e célula mater de riqueza moral e material da sociedade, é parte de todo o processo educacional, oferecendo apoio, aprendendo e estimulando o desenvolvimento do jovem. Dessa forma, os benefícios ofertados aos alunos são estendidos às famílias, que passam a fazer parte da comunidade da Casa Familiar.

Neilma dos Santos, Wenceslau Guimarães, janeiro de 2020.

Vontade de permanecer no campo!

Aos 15 anos, Neilma dos Santos se orgulha da horta em casa. *"Tem tudo de tempero verde: alface, pimentão, cebolinha, salsa e rúcula, por exemplo"*, conta. Aluna da CFR-PTN, ela mora com os pais em Wenceslau Guimarães, no Baixo Sul da Bahia.

Neilma, que desde cedo despertou o interesse pelo campo, afirma que nem pensa em ir para um centro urbano. *"Nunca pensei em fazer outra coisa. Quero permanecer aqui. Meu plano é terminar o curso e desenvolver ainda mais projetos na comunidade. Estamos indo muito bem. Paramos de usar agrotóxico por saber o que ele pode causar à saúde. A Casa Familiar nos traz novos conhecimentos e trabalha ao lado de pequenos agricultores familiares como nós. Isso está fazendo muita diferença na minha vida"*, pontua. A jovem quer evoluir mais e mais. Esse sentimento é compartilhado pelos pais. *"A cada semana que ela vem para cá, traz uma novidade"*, diz sua mãe, Ana Maria Brito. O pai, Neilton dos Santos, completa com orgulho: *"a tendência agora é multiplicar esse aprendizado!"*.

Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves (Coopatan)

Criada no ano de 2000 por agricultores do Baixo Sul da Bahia, a Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves (Coopatan) atua no desenvolvimento de tecnologias de produção e de organização dos cultivos com posterior beneficiamento para agregar valor e acessar mercados com novos e melhores produtos, incrementando a renda dos cooperados.

Sediada no município de Presidente Tancredo Neves, a Coopatan conta com cerca de 300 cooperados, sendo mais de 95% deles agricultores familiares. Atuando de forma sinérgica com a Fundação Norberto Odebrecht em busca de mercado com preços mais justos, a cooperativa transfere à prática dos produtores rurais da região os conceitos empresariais de produzir e gerar resultados para garantir a sobrevivência, promover o crescimento e atingir a sustentabilidade dos negócios. Assim, os setores de apoio à produção, beneficiamento, distribuição e comercialização trabalham de forma integrada para atender os atuais e conquistar novos parceiros comerciais.

Ao oferecer orientação para o planejamento da produção e assistência técnica, a Coopatan tem elevado significativamente os índices de produtividade na região. Em seu modelo de negócios, a cooperativa recebe os produtos cultivados pelos agricultores cooperados, faz o beneficiamento e comercialização, garantido melhores preços junto aos parceiros comerciais.

Atualmente, os principais produtos do catálogo da instituição são banana-da-terra, aipim (também conhecida como macaxeira e mandioca em outras regiões do Brasil), abacaxi, farinha de mandioca, abacate, banana chips e beiju de coco.

Marcos Pereira, Presidente Tancredo Neves, outubro de 2019.

Inspiração para crescer!

Desde 2004, o produtor rural Marcos Pereira é associado à Coopatan. Com orgulho, ele conta que acompanhou a criação da instituição. "*A gente trabalhava aqui empiricamente. Antes da Coopatan, nessa época, 1kg de mandioca valia centavos. Com a cooperativa, conseguimos vender melhor: entregar o produto e vender farinha, por exemplo. Isso faz uma diferença muito grande*", diz.

"*A partir do cooperativismo, podemos trabalhar em conjunto e alcançar melhores mercados e melhores preços*", comenta o produtor. Isso, segundo ele, é uma conquista de todos os cooperados. Há cerca de um ano e meio, Marcos mora com a esposa e o filho no Condomínio Mussurunga, no Baixo Sul da Bahia, que recebe apoio do Fundo de Acesso à Terra, mecanismo de assistência financeira a pequenos produtores criado pela Coopatan para que tenham condições de cuidar de seus projetos agrícolas. "*Trabalhamos muito no condomínio a parte de gestão. A agricultura ainda tem essa dificuldade de a pessoa entender que o pedaço de terra dele é o negócio dele*", pondera.

Para Marcos, é essencial estar sempre se aperfeiçoando. Por isso, fez um curso técnico em Agronegócio e agora faz pós-graduação em Gestão Pública pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). "*A cada dia que passa, me especializo mais para ficar na zona rural e produzir o melhor produto possível. Acredito que o campo transforma: quem alimenta a nação somos nós*".

Organização de Conservação da Terra (OCT)

Voltada para a conservação e promoção da biodiversidade e dos recursos naturais, a Organização de Conservação da Terra (OCT) foi fundada em 2001. Atuando com planejamento de paisagens, a Organização da Sociedade Civil (OSC) desenvolve as bases técnicas do modelo de desenvolvimento territorial sustentável.

A instituição acumula um portfólio de experiências e conhecimentos na geração e valoração dos serviços e ativos ambientais, consolidando um acervo de resultados da aliança entre desenvolvimento e sustentabilidade, conciliando ainda a conservação de recursos hídricos, fauna e flora com a qualidade de vida e o bem-estar da população. São exemplos: a assistência técnica para agricultores familiares em ações de planejamento e regularização de suas propriedades com ações de reflorestamento; desenvolvimento de sistemas agroflorestais; adequação de quintais produtivos com a instalação de fossas sépticas; implantação de práticas agroecológicas; e apoio à certificação orgânica participativa.

A OCT atua com base em duas frentes principais: a Conservação Ambiental, na qual executa serviços ambientais e de fortalecimento dos recursos naturais, coordenando projetos que restauram e recuperam nascentes, favorecendo a capacidade hídrica da região e a captura e compensação de emissões de carbono; e a Conservação Produtiva, que incentiva culturas agrícolas de baixo impacto, estimula o reflorestamento e a ocupação da propriedade com cultivos que contribuam para manter o equilíbrio ambiental.

No Baixo Sul da Bahia, a OCT também coordena o Núcleo Papuã. Resultado de uma parceria firmada em 2008 entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Fundação Norberto Odebrecht, o Núcleo é um espaço de troca de conhecimento e aprendizagem para difusão de experiências e inovação em tecnologias socioeconômicas e ambientais. Localizado aos 680 metros de altitude da Serra da Papuã, no município de Ibirapitanga e dentro da APA do Pratigi, tem infraestrutura preparada para receber visitantes durante todo o ano e reúne salas, auditório para até 80 pessoas, local para aprendizagem, centro de pesquisa, restaurante e três bangalôs com capacidade para até 52 hóspedes.

Isidório Gonçalves, Ibirapitanga, abril de 2019.

Um exemplo de conservação ambiental

Isidório Gonçalves sorri e se apoia no tronco de uma árvore de mais de quatro metros de altura. Com orgulho, conta: "*foi plantada por mim*". Aponta para mais cinco ou seis árvores próximas e, com o mesmo sorriso, diz que tem paixão em ver as plantas crescerem.

Gonçalves mora com a esposa, Cristina Magalhães, e os dois filhos, Talita e Ricardo Gonçalves, no município de Ibirapitanga, na zona rural do Baixo Sul da Bahia. Tira o sustento da família basicamente da agricultura: cultiva uma variedade de produtos como cacau, látex, cravo, jabuticaba, limão e manga. Cria peixes e galinhas e, além de tudo isso, também colabora para a conservação do meio ambiente. "*Há mais de 20 anos eu planto árvores na minha propriedade. Acredito que temos que compensar o que tiramos da natureza*", reflete.

Desde 2016, o agricultor familiar passou a ser um dos beneficiários OCT a partir do Programa Produtor de Água de Ibirapitanga, iniciativa realizada em parceria com a Prefeitura Municipal de Ibirapitanga e que visa incentivar a preservação da água. Na propriedade, também foi iniciado um trabalho de recuperação de nascente, reflorestando a área com espécies arbóreas nativas da Mata Atlântica. O resultado já surgiu fazendo a água brotar novamente no local. Para o produtor, ações como essa ajudam a despertar a consciência ambiental de cada vez mais agricultores. "*As pessoas acompanham o trabalho que vamos fazendo para preservar a natureza e todo mundo acaba incentivado. Se eu tivesse mais áreas, plantaria em tudo*", comenta.

Estratégia de Atuação

Conexão com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A concepção do PDCIS nasceu da experiência prévia da Fundação e da visão e decisão de Norberto Odebrecht em mudar uma realidade social, econômica e ambiental focando na educação de jovens pelo trabalho, amparada pela família participante e contextualizada ao entorno de onde vivem na região do Baixo Sul da Bahia. A mudança planejada ocorre em seis frentes de atuação: educação para o desenvolvimento sustentável, desenvolvimento econômico, conservação ambiental, inovação e tecnologia, coesão e mobilização social e cidadania e governança. Desde sua criação, o PDCIS caracterizou-se pela proximidade de objetivos com os programas das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável. A partir de 2003 essa identidade se alinhava aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Em 2015, a ONU aprovou e divulgou os novos 17 ODS – desdobrados em 169 metas. De forma sintética, os ODS podem ser agrupados em cinco frentes de atuação conhecidas pelos chamados 5 Ps: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Parcerias e Paz.

A identidade entre as seis frentes de atuação do PDCIS e os 17 ODS resumidos nas frentes dos "5 Ps" demonstra o que se pode caracterizar como uma aliança de propósitos. O PDCIS é um programa consistente e abrangente que dá concretude aos ODS aplicados a uma região caracterizada pelas carências sociais e econômicas e pelas ameaças a um valioso patrimônio ambiental.

Alcançar as metas propostas pelos ODS é um trabalho que requer ações conjuntas de órgãos públicos, iniciativa privada, sociedade civil e pessoas em suas ações individuais e coletivas em comunidades. Com o trabalho realizado pelo PDCIS, a Fundação e suas instituições parceiras estão diretamente conectadas à Agenda Global por meio de ações alinhadas ao cumprimento dos ODS. *Acesse o site da ONU e conheça as metas de cada um dos ODS!*

Entenda, no quadro abaixo, quais ODS estão contemplados pelo PDCIS e como isso acontece:

Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Promoção de educação de qualidade
Elevação do nível de escolaridade
Protagonismo juvenil
Educação contextualizada no campo
Formação para a conservação ambiental e sustentabilidade
Fortalecimento da autoestima e da confiança
Formação ética e para valores
Desenvolvimento de competências para a sustentabilidade

Desenvolvimento Econômico

Promoção de segurança alimentar
Orientação para reinvestimentos
Incentivo à economia rural
Incremento de renda
Orientação para estruturação de sistemas produtivos sustentáveis
Apoio nos processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização
Acesso a mercados mais justos
Fortalecimento da agricultura

Conservação Ambiental

Restauração e conservação de nascentes
Promoção do desmatamento evitado
Proteção à vida silvestre
Conservação do solo e da água
Restauração e conservação de matas ciliares
Neutralização de carbono e revegetação
Implementação de práticas agroecológicas
Valorização da biodiversidade
Orientação para manejo correto de insumos e resíduos sólidos

Inovação e Tecnologia

Disseminação de boas práticas agrícolas
Fomento à inovação e à pesquisa para aumento de produtividade
Reconversão de áreas improdutivas em sistemas agroflorestais
Disseminação de novas tecnologias no campo
Implementação de práticas agroecológicas
Assistência técnica e extensão rural
Estímulo à diversificação de cultivos
Orientação para transição agroecológica

Coesão e Mobilização Social

Formação de novas lideranças
Estímulo ao engajamento de organizações socioprodutivas
Incentivo à permanência no campo
Aumento da confiança e da capacidade de realização
Empoderamento das comunidades
Formação de uma consciência coletiva
Fortalecimento da autoestima e da identidade
Compartilhamento de boas práticas e novas tecnologias agrícolas

Cidadania e Governança

Articulação para inclusão de políticas públicas no âmbito municipal
Sistemas de garantia dos direitos da criança e do adolescente
Acesso às políticas sociais
Apoio para regularização da propriedade agrícola
Acesso às políticas públicas de crédito
Orientação para acesso aos serviços públicos

Estratégia de Atuação

Avaliação de Impactos

Desde 2003, o PDCIS vem incentivando a formação de uma nova geração de jovens empresários rurais. Lideranças ativas em suas comunidades, eles aprendem a multiplicar conhecimentos, fomentam o sentimento de cooperativismo e associativismo, apoiam na promoção da cidadania e mostram como é possível produzir em harmonia com a conservação do meio ambiente.

Os resultados alcançados pelo Programa sempre foram acompanhados e divulgados pela equipe da Fundação Norberto Odebrecht. No entanto, orientada pelo seu Conselho Curador, a instituição decidiu aprofundar, em 2018, a avaliação de resultados, para entender os efetivos impactos gerados pelo PDCIS na vida dos beneficiários. Com o apoio de uma consultoria externa especializada, a JS Brasil, foi realizada de forma inédita a *Avaliação de Impactos do PDCIS*.

Para a Avaliação, foram necessários oito meses de trabalho, nos quais pesquisadores foram a campo com visitas a 190 propriedades rurais e mais de 300 entrevistas realizadas. A metodologia científica adotada foi a de caso-controle, que comparou dois grupos: o grupo Caso, formado por beneficiários das instituições executoras do PDCIS; e o grupo Controle, constituído por não beneficiários. Para garantir maior segurança e qualidade das informações coletadas, o grupo Controle selecionado tinha características semelhantes às dos beneficiários.

O objetivo da avaliação foi verificar a capacidade do PDCIS para causar mudanças significativas econômicas, sociais e ambientais na realidade das pessoas do Baixo Sul da Bahia e, consequentemente, do território onde elas vivem. Desse modo, foram analisadas quatro principais dimensões do Programa:

- Gestão: analisou aspectos gerenciais do PDCIS a partir de seus custos, sua eficácia e sua eficiência;
- Econômica: verificou como os investimentos realizados no PDCIS trouxeram impactos econômicos para os jovens, suas famílias e as comunidades do Baixo Sul da Bahia;
- Social: analisou o alcance do PDCIS na redução de desigualdades sociais, a partir de seus objetivos e indicadores de transformação social; e
- Ambiental: buscou identificar os impactos do PDCIS na conservação ambiental e no aprimoramento de práticas e conscientização ecológicas.

Os resultados aferidos demonstraram com mais clareza os reais impactos do PDCIS para a região, identificando o alcance das transformações sociais, econômicas e ambientais na vida dos beneficiários. Mais do que isso, o estudo indicou também pontos de aprimoramento e indicadores de acompanhamento do Programa, essenciais para embasar a Sistematização da Tecnologia Social do PDCIS e orientar estratégias de sua expansão.

De forma reduzida, os principais indicadores aferidos foram:

- Para cada R$ 1,00 investido no PDCIS retornam R$ 2,13 em benefícios socioambientais e econômicos para as famílias apoiadas;
- Os beneficiários reduziram em 65% a dependência do programa Bolsa Família;
- A renda média anual com agricultura atingiu cerca de R$ 25 mil superior à renda de não beneficiários;
- Os jovens beneficiados pelo PDCIS têm mais sonho de empreender, acreditam que receberam uma educação para o empreendedorismo e tiveram oportunidades de aplicar novas tecnologias agrícolas;
- Os adolescentes apoiados têm menos intenção de sair de suas propriedades em busca de melhores condições de vida em outros lugares e têm uma participação mais ativa junto a suas famílias, comunidades, cooperativas e associações;
- Produtores rurais que aliaram a agricultura ao uso racional de recursos naturais obtiveram ganhos financeiros anuais em média R$ 20 mil acima do grupo Controle;
- Os beneficiários do PDCIS são três vezes menos propensos a enterrar ou queimar embalagens de agrotóxicos e quase seis vezes menos propensos a enterrar ou queimar lixo doméstico;
- O aumento médio da renda do cooperado em relação ao grupo Controle é de R$ 40 mil;
- A taxa de desocupação dos egressos do PDCIS é praticamente a metade da taxa do Estado da Bahia; e
- Os agricultores beneficiários são três vezes menos propensos a realizar queimadas e cinco vezes mais propensos em ter suas propriedades rurais regularizadas.

Vale saber!

Quer conhecer mais sobre o processo de realização da Avaliação de Impactos do PDCIS? Clique aqui e confira publicação especial que traz metodologia aplicada, processo de coleta dos dados, resultados aferidos, depoimentos de parceiros e histórias de beneficiários do PDCIS.

Conheça os beneficiários nas fotos

Conheça os beneficiários nas fotos

Conceitos Importantes

- Tecnologia Empresarial Odebrecht
- Protagonismo Juvenil
- Sustentabilidade e Desenvolvimento Territorial Sustentável
- Governança Participativa

Clique para acessar

Tecnologia Empresarial Odebrecht

Considerada um dos pilares do legado de Norberto Odebrecht, a Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO) é a base da cultura empresarial do Grupo Novonor. Por isso, conhecê-la em sua essência torna-se imprescindível para a compreensão do trabalho desenvolvido pela , que não só foi criada sob os princípios, conceitos e critérios dessa filosofia empresarial, como também é reconhecida como sua principal guardiã.

Sistematizada em livros publicados desde 1968 e comercializados em três idiomas pela Fundação Norberto Odebrecht, a TEO extrapola as fronteiras do Grupo e tem sido referência ao longo dos anos como fonte de pesquisas acadêmicas e em outras organizações interessadas em conhecer aspectos como gestão, processo sucessório e formação de novos líderes, entre outros. O trabalho em cada uma das instituições executoras do PDCIS é norteado pela TEO e daí passada aos beneficiários para servir-lhes no desenvolvimento pessoal e na formação de novas gerações de jovens empresários rurais.

A TEO é uma cultura que pode servir de referência a quem quer que seja a partir da compreensão de que sobre qualquer princípio deve prevalecer sempre a consciência de que existimos para servir e que o espírito de servir não é uma opção abstrata, mas algo que se concretiza em decisões e ações empresariais que se convertem em riquezas que são partilhadas com clientes, com parceiros e pela sociedade (ODEBRECHT, 2014).

Grande parte das Práticas do PDCIS, sistematizadas por meio desta publicação, contarão com expressões próprias da TEO, as quais poderão ser consultadas neste capítulo para melhor compreensão.

1.1. Filosofia de vida composta por princípios e conceitos

''*A TEO nada mais é do que o reiterado e prazeroso exercício do espírito da arte de servir*''. A frase de Norberto Odebrecht, encontrada no prefácio do primeiro volume da obra *Sobreviver, crescer e perpetuar,* adianta aquilo que a TEO representa em sua essência: uma filosofia de vida. Moldada sobre valores recebidos pelo empresário na educação familiar e fortalecidos nas experiências pessoais e nas oficinas da empresa de seu pai, Emílio Odebrecht, foi concebida como uma prática para o trabalho produtivo e eficaz, com princípios, conceitos e critérios que ultrapassam fronteiras empresariais e estão materializados em livros escritos por Norberto Odebrecht.

Publicada em 1968, *De que necessitamos?* foi a primeira sistematização das concepções filosóficas de Norberto Odebrecht. Nela, o empresário reuniu uma série de ideias e experiências voltadas a orientar práticas de sucesso. *Pontos de referência* veio em seguida, como consolidador de uma consciência e uma linguagem comuns na empresa. Foi publicado em 1970 e encontra-se esgotado. Contudo, deu origem, em 2011, ao livro *O essencial em pontos de referência*, que está em circuito comercial. Esta versão sintetiza conceitos essenciais explanados na obra anterior, abordando temas como gestão, delegação, macroestrutura e comunicação.

Em 1983, Norberto Odebrecht lançou *Sobreviver, crescer e perpetuar*. A obra, composta por três livros, estrutura a base filosófica da TEO, na qual ensina como formular e executar Programas de Ação (PA), referências que norteiam as pessoas no planejamento do trabalho e na pactuação de metas em cada empresa. Em 1984, *Influenciar e ser influenciado* reuniu a transcrição de palestras do empresário documentando experiências de vida e de trabalho que levaram aos conceitos da TEO e a seus desdobramentos. *Educação pelo Trabalho* veio em 1991. A obra aborda – e carrega em seu título – o que o empresário considerava ''*o tema mais estratégico que pode mobilizar uma Organização voltada para o futuro*''.

Princípios Fundamentais

Os princípios fundamentais da TEO constituem as bases das referências culturais e éticas que norteiam as pessoas em suas decisões. Destinam-se a potencializar a capacidade individual de fazer acontecer e a permitir que o ser humano imprima sua marca pessoal sobre os fatos e os atos em sua vida dentro e fora do trabalho. São princípios destinados ao ser humano e às suas relações pautadas pela comunicação, sinergia, criatividade, parceria, produtividade, educação pelo trabalho e reinvestimento, conforme se vê a seguir.

Confiança nos Seres Humanos, em sua capacidade e desejo de evoluir.

Este princípio tem o ser humano como a origem e o fim de todas as ações na sociedade, e o seu trabalho como meio primordial de sobrevivência, crescimento e perpetuidade. A confiança no potencial do ser humano e em sua vontade de desenvolver-se é o fundamento das concepções filosóficas dessa tecnologia. Soma-se à confiança, a crença de que essa capacidade é ilimitada por se renovar continuamente em cada pessoa.

O conceito apresentado está presente na atuação da Fundação Norberto Odebrecht que, ao investir no jovem por meio do seu Programa Social, assume

que este poderá desenvolver-se plenamente se forem dadas as condições necessárias para isso. Traduz esse entendimento a missão de "Educar para Vida, pelo Trabalho, para Valores e superação de Limites".

Satisfação do Cliente, servindo-o com ênfase na qualidade, produtividade e responsabilidade comunitária e ambiental.

Segundo a TEO, o cliente satisfeito é a essência do propósito de servir que norteia os negócios das pessoas e fundamenta a existência das empresas. Por cliente entende-se uma pessoa ou comunidade para quem os serviços e bens recebidos representam riqueza efetiva traduzida em ganhos tangíveis e intangíveis.

No caso da Fundação Norberto Odebrecht, o cliente são os beneficiários participantes do PDCIS. Dessa forma, o compromisso de servir é estabelecido com os jovens, suas famílias e comunidades de influência. É daí que parte o desejo de mudança e onde é gerada toda a riqueza tangível e intangível no âmbito do Programa. Nesse contexto, o jovem é o agente e protagonista da multiplicação do potencial de desenvolvimento em sua comunidade de influência.

Retorno aos Acionistas do capital investido e valorização do seu patrimônio.

Os acionistas são as pessoas dotadas do espírito de servir (ao seu semelhante) que investem seu patrimônio tangível e intangível, por meio das empresas e instituições como a Fundação, para gerar resultados aos clientes e concretizar o potencial de desenvolvimento dos seres humanos. Cabe ao empresário ser o agente dessa multiplicação, promovendo o refluxo dos resultados do cliente em direção aos acionistas, criando condições para o crescimento sadio e continuado da empresa.

No contexto da Fundação Norberto Odebrecht, o patrimônio do acionista tem origem no investidor social que, movido pelo espírito de servir a uma causa, confia no potencial humano e em sua capacidade para transformar realidades. O retorno ao investidor se dá na materialização da causa e nos ganhos tangíveis e intangíveis junto a seu público de relacionamento, que refluem, fortalecendo sua marca, imagem e a aliança forjada com a sociedade rumo a um futuro sustentável.

Conceitos essenciais que estabelecem uma linguagem única

Como forma de impulsionar a iniciativa e a criatividade em seus negócios e estabelecer uma linguagem comum entre eles, Norberto Odebrecht sistematizou não só princípios fundamentais, mas conceitos essenciais. Importantes pilares da TEO, tais conceitos abrangem crenças e valores, tendo como objetivo a garantia da eficácia e clareza na relação entre líderes e seus liderados.

"*O empresário deve estar consciente de que os maiores inimigos da produtividade total não se encontram 'fora'; encontram-se dentro de sua própria Organização*", revelou o fundador do Grupo Novonor. Sendo assim, o princípio da confiança no ser humano, e por consequência na formação de uma sociedade de confiança, define um dos conceitos essenciais: o da delegação planejada. Ela se dá quando as pessoas em suas atividades mostram que possuem potencial, competência e vontade de se desenvolver. Já a descentralização favorece a proximidade e o contato permanente com os clientes, com a percepção clara de seus interesses, necessidades e da melhor forma de servi-los. "*Foi a existência dessa sociedade de confiança, integrada por pessoas com espírito de servir, que nos deu credibilidade [...] e permitiu fundamentar os conceitos essenciais da TEO*", destacou Norberto Odebrecht.

Esses conceitos se aplicam ao trabalho da Fundação relacionados à delegação estabelecida com as instituições parceiras para a execução do PDCIS. Estas, sendo locais e por estarem mais próximas dos beneficiários (clientes), têm mais capacidade para identificar seus interesses e necessidades para melhor servi-los.

Completam os conceitos essenciais da TEO a tarefa empresarial, que consiste na identificação, conquista e satisfação do cliente; a valorização dos resultados, tangíveis e intangíveis; e a responsabilidade social da empresa. Segundo Norberto Odebrecht, são ações em conjunto que objetivam a eficácia na conquista de resultados, já que "*exigem disciplina mental da parte dos interlocutores e lhes oferecem, em troca, clareza na comunicação*". Conheça melhor tais conceitos:

- A descentralização favorece o contato permanente e direto do empresário com o cliente e, consequentemente, a percepção clara dos seus interesses e necessidades. É importante também na identificação e atração de novos empresários;
- A delegação planejada é o exercício da confiança. Líderes devem estar seguros quanto à retidão de caráter dos integrantes e confiar no potencial do profissional, em sua competência e vontade de se desenvolver;
- A tarefa empresarial consiste na identificação, conquista e satisfação do cliente – um processo contínuo e eficiente que garante sucesso na superação dos desafios; e
- Os resultados devem sempre fluir dos clientes para os acionistas, pois a valorização do seu patrimônio moral e material é a principal garantia de sobrevivência, crescimento e perpetuidade do Grupo.

Esses conceitos são os fundamentos que a Fundação Norberto Odebrecht segue para planejar e desenvolver continuadamente as ações que irão gerar resultados e retorno aos investidores, completando cada ciclo pactuado de compromissos e resultados.

1.2 Programa de Ação

O Programa de Ação (PA) é considerado na TEO o elemento central do compromisso de cada pessoa com o seu negócio, em um pacto que integra sua proposta de trabalho na empresa a seu plano de vida e carreira. Trata-se de um contrato firmado entre líderes e liderados, norteado pelo compromisso de satisfação dos clientes. No entanto, preparar um PA é muito mais do que "redigir um documento", é tornar tangível o clima de confiança e o espírito de servir, para satisfazer os clientes e gerar os resultados pactuados. Um PA é constituído por:

- **Negócio:** síntese do que deve ser feito – compromisso da pessoa descrevendo o seu Negócio para servir aos clientes.
- **Filosofia do Negócio:** é o como fazer para criar e manter os clientes satisfeitos, em posturas e atitudes lastreadas nas concepções filosóficas

e propósitos dos acionistas e da empresa.

- **Resultados e Prazos:** determinam o quê e quando deverá ser feito. Neste item, ocorre o pacto de metas e prazos para o ano.
- **Estrutura:** é composto pela equipe integrada ao responsável pelo programa.
- **Sistema de Comunicação:** constitui-se dos elos que ligam o líder ao liderado e aos apoios necessários para que os resultados sejam superados.
- **Orçamento:** contém as estimativas dos custos necessários à superação dos resultados pactuados.
- **Partilha dos Resultados:** trata-se de uma retribuição variável recebida pela criatividade e capacidade de tornar produtiva a integração de forças do empresário e de sua equipe na empresa às dos clientes.
- **Identificação e Formação de Novos Empresários:** é o compromisso por identificar e preparar um sucessor, considerado um dos mais nobres encargos de cada empresário.

Visto como um instrumento capaz de formar, capacitar e desenvolver os empresários, o PA é também uma ferramenta de autoconhecimento e de dedicação daquele que assume o seu negócio, como do líder que necessita conhecer as forças e as necessidades de desenvolvimento dos Integrantes de sua equipe para poder contribuir com a evolução de cada um. Não obstante, uma das expressões praticadas a partir dos ensinamentos da TEO é a de que cabe ao líder formar pessoas que possam superá-lo, ou seja, que sejam ainda melhores empresários do que ele.

Essa ferramenta é amplamente utilizada pelos principais agentes do Programa Social da Fundação. Para as instituições parceiras, ela orienta todo o planejamento do ano e embasa a realização dos compromissos assumidos com investidores. É o fio condutor das ações mais relevantes de cada ciclo e que permite, pela soma dos resultados dos PAs do conjunto de instituições, chegar de forma mais objetiva às realizações do PDCIS. O beneficiário do Programa da Fundação também utiliza o instrumento do PA, pois serve de guia aos jovens no rumo dos seus objetivos relativos à produção agrícola do ano, quais culturas irão trabalhar, onde irão reinvestir etc. Cooperados e pequenos agricultores também se utilizam desse instrumento para planejarem suas produções.

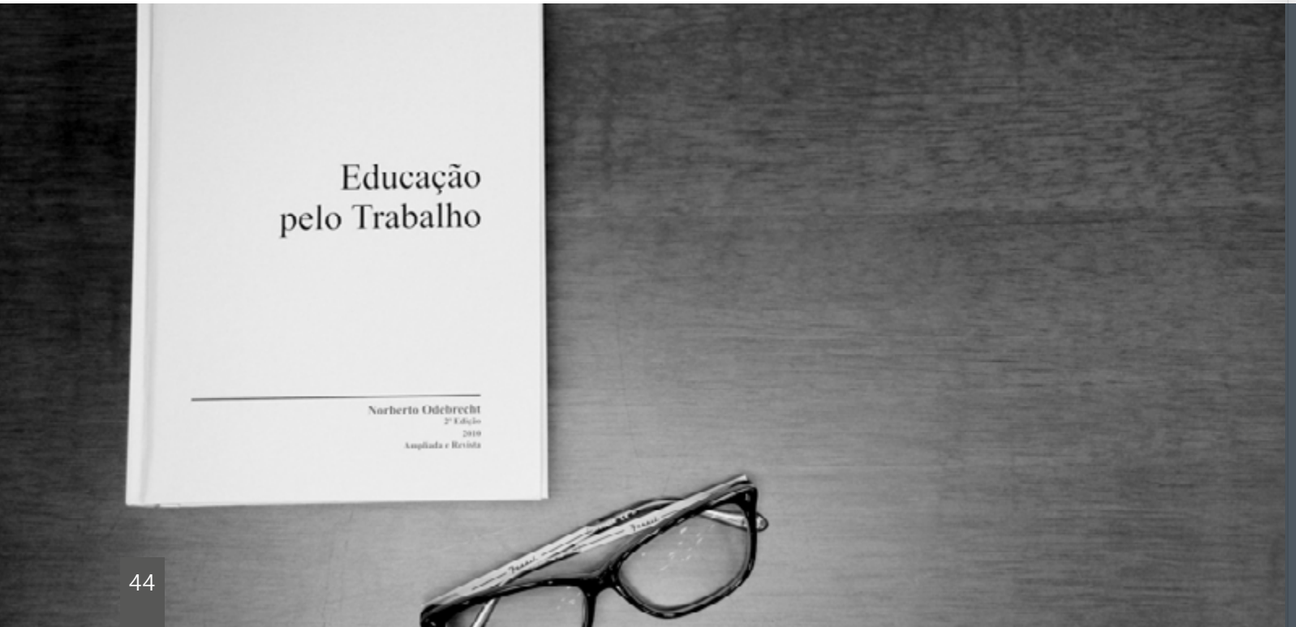
A atitude de cada jovem que se identifica como um empresário rural desde o período de formação nas Casas Familiares vem do compromisso e da disciplina assumida para superar os desafios de seu PA.

1.3 Formação de líderes

O líder formado pelos princípios da TEO é também um educador que tem o dever de formar sucessivas gerações de empresários e líderes em um contínuo processo de sucessão e renovação.

"*Um líder é antes de tudo um educador, pensador, formador de equipes. Tem que ser capaz de interpretar, compreender, praticar e orientar os deveres da vida, expressos na tese de que todos os seres humanos, em todo o mundo, estão convocados a participar do esforço de recuperação e manutenção das condições de vida saudável na Terra*", afirmou Norberto Odebrecht em entrevista à *Revista Performance Líder*, em 2011. Deste processo educacional, essencial para a formação de líderes, nasce uma expressão muito difundida pela TEO: a "pedagogia da presença", na qual devem ser oferecidos tempo, presença, experiência e exemplo aos liderados.

A formação de líderes está presente de forma transversal nas ações do PDCIS com ênfase especial à Educação para o Desenvolvimento Sustentável. A ênfase visa formar o beneficiário para liderar associações, cooperativas, comunidades e até mesmo exercer representações políticas.



Líder educador é aquele que cria as condições e o ambiente para estimular o autodesenvolvimento de seus liderados, cuja energia ele potencializa para que possam ir além do que pensavam ser os seus limites; que sabe conciliar e transmitir humildade, vontade e determinação; que conhece suas próprias forças e fraquezas e monta sua equipe de modo a contar com liderados que sejam fortes nos assuntos que não domina; e que sabe valorizar as qualidades de cada um e a diversidade de todos, criando um ambiente estimulador de críticas e contribuições e reagindo de forma madura quando discordam de suas ideias. Viabiliza um ambiente de confiança e de espírito de servir e não de ser servido.

(ODEBRECHT, 2014)

Protagonismo Juvenil

Segundo o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, "*a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade civil, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*". Enxergando a educação de forma abrangente e sem limitá-la ao ambiente escolar, o educador mineiro Antonio Carlos Gomes da Costa voltou-se, nos anos 2000, para a educação do jovem no limiar da fase adulta. Ao retirá-lo da posição de beneficiário passivo da filantropia para colocá-lo como ator principal da transformação de sua própria realidade, ele sistematizou o conceito de Protagonismo Juvenil, considerado um dos patrimônios do terceiro setor.

Segundo Antonio Carlos, a palavra protagonismo, quando aplicada ao desenvolvimento pessoal, social e produtivo dos jovens, se apoia em três premissas diretamente ligadas à forma de atuar da Fundação Norberto Odebrecht:

- O jovem deve sempre ser visto como parte da solução e não como parte do problema;
- O jovem deve ser percebido por seus educadores como fonte e não como mero receptáculo de conhecimentos, valores, atitudes e habilidades. Fonte de iniciativa (ação), de liberdade (opção) e de compromisso (responsabilidade pelas consequências de seus atos); e
- O alicerce dessa construção pedagógica é o trabalho como princípio educativo, visando formar a pessoa autônoma, o cidadão solidário e o profissional produtivo.

Protagonismo juvenil é a participação do adolescente em atividades que extrapolam os âmbitos de seus interesses individuais e familiares e que podem ter como espaço a escola, os diversos âmbitos da vida comunitária; igrejas, clubes, associações e até mesmo a sociedade em sentido mais amplo, através de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização que transcendem os limites de seu entorno sócio comunitário.

Antonio Carlos Gomes da Costa

Em 1988, motivada por um cenário que demandava políticas de incentivo ao jovem, a Fundação redefiniu sua missão e o elegeu como foco de sua atuação, constatando a importância de estimulá-lo como fonte de liberdade, iniciativa e compromisso, fundamento para formar pessoas responsáveis, conscientes e participativas. Essa redefinição ocorreu quando atores e organizações sociais revelaram que o Brasil viveria um fenômeno chamado "Onda Jovem" entre os anos de 2005 e 2025 quando a faixa etária entre 15 e 24 anos seria maioria no Brasil.

Com a consultoria de Antonio Carlos, a Fundação criou e apoiou diversos programas que visaram a melhoria da qualidade nas áreas de educação, trabalho, saúde sexual e reprodutiva, cidadania e voluntariado. Essa atuação visou despertar no jovem o reconhecimento de seu potencial e o aprender a conviver em grupo de forma sinérgica, realizando-se pelo trabalho, acessando e interagindo com novos conhecimentos. Dessa experiência, foi lançado, em 2000, o livro *Protagonismo Juvenil – adolescência, educação e participação democrática*, publicado pela Fundação Norberto Odebrecht e FTD, de autoria do professor Antonio Carlos e coautoria de Maria Adenil Vieira. A obra, que traz a sistematização dessa prática, é um manual para educadores dedicados ao processo de formação da juventude brasileira e propõe uma nova maneira de ver, entender e agir em relação ao jovem. Nela, o educador assume a função de orientador, estimulando o jovem a encontrar seu caminho.

Vale saber!

Entre 1988 e 2002, a Fundação Norberto Odebrecht apoiou mais de 50 projetos que beneficiaram cerca de 500 mil jovens de todo o Brasil.

Da mesma forma, em 2003, ao voltar sua atuação para o fomento ao desenvolvimento sustentável no Baixo Sul da Bahia, a Fundação dedicou-se ao universo da educação do campo tendo o jovem como agente de transformação. Ao terem voz e se perceberem como parte da solução, esses jovens passam a ser disseminadores junto a suas famílias e comunidades dos conhecimentos construídos na escola. São protagonistas de mudanças que assumem o compromisso de gerar uma onda de conscientização em volta de si mesmos, pois entendem a necessidade de envolver e comprometer o outro na jornada do desenvolvimento sustentável. Esses jovens, ao deixarem as Casas Familiares, prosseguem na jornada de fazerem a diferença onde quer que estejam.

A Educação é a mola propulsora do desenvolvimento humano e, por conseguinte, das Comunidades, Países e Nações. Para isto precisa ser focada no Espírito de Servir, consolidador da cultura solidária, participativa e produtiva.

Norberto Odebrecht

Protagonismo em ação

De sorriso fácil, Naiara de Jesus entrou na sala de aula, sentou-se na carteira e, disposta a compartilhar a história da sua família, avisou sem delongas: ''*meus pais são deficientes auditivos*''. ''*Mainha e painho*'', como a jovem carinhosamente os chama, olhavam para a filha do meio com um misto de admiração e orgulho, enquanto ela, muito articulada, contava como vem se aproximando cada vez mais dos pais à medida em que divide com eles o que aprende na instituição onde estuda.

Naiara tem 15 anos e é aluna do 1º ano da Casa Familiar Agroflorestal (CFAF), escola rural parceira da Fundação Norberto Odebrecht na execução do PDCIS. Moradora da comunidade de Limeira I, em Igrapiúna (BA), ela está se preparando para ser uma técnica em Florestas. Na CFAF, aprende na prática novos manejos agrícolas e tratos culturais, por exemplo, além de ter acesso a toda a base comum do Ensino Médio. Com três irmãos, é a primeira da família a ingressar na Casa Familiar. Seu objetivo, Naiara diz com franqueza: ''*quero ter condições de ajudar meus pais. Meu desejo é permanecer no campo e trabalhar com agricultura, pois aprendi na CFAF a valorizar a zona rural. É da terra que tiramos os nossos alimentos*'', pontua.

A admiração que sente por sua família perpassa a fala da estudante à medida que ela explica suas trajetórias. Salvador, seu pai, não nascera sem escutar. A deficiência foi adquirida após um acidente em um rio. Com o passar dos anos, ele foi perdendo a fala também. Já sua mãe, Joselita, nasceu como portadora de necessidades especiais. Dos quatro filhos de Salvador e Joselita, todos falam e escutam. Naiara, no entanto, comenta que teve dificuldades no seu desenvolvimento. ''*Comecei a falar com seis anos, quando entrei na escola. Minha avó também me ajudou bastante nesse processo. Eu ouvia todo mundo falar ao meu redor e pegava as palavras mais fáceis para repetir*'', diz.

O que pode parecer uma barreira para muitos, para Naiara não é. A jovem conta que, todos os dias, senta-se com os pais à mesa para colocar o ''papo em dia''. ''*Nos comunicamos por gestos e agora estamos estudando libras juntos. A escola me incentiva nisso. Antes de eu ingressar na CFAF nossa família não se comunicava muito, não parávamos para conversar. Estamos aprendendo a fazer isso. Os professores sempre aconselham que eu compartilhe com meus pais tudo o que aprendo aqui*''.

Naiara de Jesus, Igrapiúna, setembro de 2019.

Sustentabilidade e Desenvolvimento Territorial Sustentável

Reflexões acerca da sustentabilidade e desenvolvimento territorial sustentável

Para a criação do PDCIS, Norberto Odebrecht fez uma série de reflexões acerca dos desequilíbrios que originavam os problemas sociais, econômicos e ambientais. Problemas sobre os quais se debruçaria para mais tarde desenvolver um modelo abrangente de enfrentamento das muitas mazelas que conheceu.

Confira algumas das reflexões feitas por Norberto Odebrecht em suas palestras e escritos ao longo dos anos:

''As contradições e desencontros humanos, sociais, econômicos e ambientais estão convivendo com desequilíbrios de tal modo que já se evidenciam claras ameaças à própria sobrevivência humana. No momento, as maiores atenções estão focadas nas questões ambientais, visto que a depredação dos recursos naturais está provocando fatos e sinais que resultam em incômodos e inquietudes a todos os seres humanos. Tudo resultando de carência de decisões tempestivas e adequadas, de falta de lideranças que transformem dados em fatos e estes em atos.

Na realidade, em todo o mundo, já não há ninguém que esteja imune ou poupado dessas ameaças. Qualquer pessoa, minimamente atenta e informada, percebe as mudanças que estão acontecendo no seu próprio ambiente e se dá conta dos imensos prejuízos que os danos ambientais podem, ou já estão provocando na qualidade de vida das pessoas.

Essa situação insustentável não decorre de fatos isolados ou pontuais, como o ambiental, mas sim de um complexo conjunto de distorções causadoras do desequilíbrio dos fluxos de vida: solo, água, flora, fauna, homens e seus negócios. Envolvem falta de educação e cultura, causadoras das mais tenebrosas e insustentáveis distorções que são a pobreza e a exclusão social.

Reflexões simples levam a conclusões evidentes de que as soluções para problemas tão complexos

e vitais precisam de mais que ações específicas e restritas. Mais do que isso, carecem de atos para alcançar resultados e requerem mudanças profundas de atitudes que valorizem e levem a inovações e que conduzam a comportamentos e procedimentos pautados em novos e revolucionários paradigmas.

O que se mostra vital é a mudança de cultura. Assim, evidencia-se a necessidade de se processar mudanças substanciosas, pautadas em iniciativa, criatividade e inovação, relacionadas com todas as dimensões sistêmicas: humana, social, produtiva e ambiental, o que significa conhecer e adotar novas práticas e procedimentos, somente possíveis em um ambiente de confiança, com base na disciplina que leva ao respeito e consolida a confiança, fechando o ciclo virtuoso da convivência humana, parceira e construtiva, alicerçada em cultura positiva, construtiva e solidária.

De tudo, vê-se com clareza que o necessário e urgente desenvolvimento sustentável exige dos seres humanos novas visões, missões e focos, baseados e fortificados na solidariedade e cooperação, alimentadas e amadurecidas pela consciência de que a sustentabilidade só se consolida se tiver a participação de todos em favor do todo.

Demonstrações simples desse sentimento solidário parecem simbólicas na medida em que donos de grandes fortunas mundiais decidem colocar parte significativa de sua riqueza à disposição das comunidades, como noticiado na imprensa. Mais ainda, muitos países, com culturas solidárias, se dispõem a oferecer recursos substanciosos para fazer acontecer, no Brasil, a responsabilidade socioambiental, tão fundamental ao futuro nacional. Não são raros também os exemplos de grandes empresários que apoiam ações desenvolvimentistas, especialmente inspiradas no desejo da sustentabilidade."

Sustentabilidade na Fundação Norberto Odebrecht

Na Fundação Norberto Odebrecht atuar com sustentabilidade significa conduzir as ações para que gerem resultados positivos, tangíveis e intangíveis, para as partes interessadas hoje e no futuro. O conceito de desenvolvimento sustentável adotado nesta publicação foi divulgado no *Relatório Brundtland*:

[...] um processo de transformação no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforça o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras [...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46).

O conceito de desenvolvimento sustentável está presente na TEO, em especial quando é assumido o compromisso com as pessoas, com o desenvolvimento social e econômico, com a dimensão ambiental, com a atuação ética, íntegra e transparente e com a dimensão cultural. São os resultados alcançados que assegurarão a sobrevivência, o desenvolvimento e a perpetuidade da Fundação Norberto Odebrecht e de suas iniciativas.

Atuar para a sustentabilidade implica ir além do dever de cumprir as leis. Importa em compreender as tendências e prioridades da sociedade e atender às convenções e compromissos globais aplicáveis nas comunidades onde a Fundação atua, assegurando o equilíbrio dos fluxos de vida (fauna, flora, água, solo, atmosfera e os seres humanos e seus negócios) na biosfera.

Os efeitos dessa atuação se estendem tanto aos integrantes, beneficiários e comunidades quanto a fornecedores e investidores sociais. Aliando inovação em tecnologias sociais e desenvolvimento sustentável, a Fundação aumenta sua capacidade para ampliar os benefícios à sociedade à qual serve. Atuar com foco em sustentabilidade significa gerar um balanço de resultados positivos para aqueles que podem afetar ou ser afetados pelas nossas atividades, hoje e no futuro.

Os compromissos da Fundação Norberto Odebrecht com o desenvolvimento territorial sustentável ocorrem por meio do PDCIS com o jovem como protagonista e se desdobram em:

Compromisso com pessoas – são as pessoas os agentes de transformação com capacidade para identificar e implantar o modelo de desenvolvimento sustentável adequado a cada ambiente.

Compromisso com o desenvolvimento social e econômico – gera a inclusão social produtiva por meio da educação do jovem contextualizada à região onde vive, da geração de oportunidades de trabalho e renda voltadas para valorizar a produção da família no campo, e pelas contribuições à cidadania e à coesão e mobilização social pela melhoria das condições de vida nas comunidades.

Compromisso com a dimensão ambiental – decisões sobre projetos e ações pressupõem o equilíbrio dos fluxos de vida na biosfera, o uso consciente e eficiente dos recursos naturais, assim como o apoio a ações visando a conservação, a restauração de ambientes degradados e o uso de tecnologias limpas e de recursos renováveis.

Compromisso com a atuação ética, íntegra e transparente – a atuação ética, íntegra e transparente é um componente transversal da sustentabilidade e presente em todas as ações.

Compromisso com a dimensão cultural – se traduz pela preservação e valorização da memória, da história e do patrimônio cultural, respeitando os diferentes usos e costumes que distinguem as comunidades onde atua.

O modelo de educação da Fundação Norberto Odebrecht

O modelo de educação que embasa a implementação do Programa Social da Fundação Norberto Odebrecht dá ao jovem a suficiência do Ensino Médio, mas vai além e acrescenta em sua formação a preparação para exercer um papel ativo na transformação social, econômica e ambiental do meio onde vive. A concordância e participação ativa da família é um pré-requisito presente durante todo o período de formação do jovem. Ao provocar transformações em seu entorno social e territorial, o jovem deve compreender e participar de um processo de governança participativa, influenciando e motivando a organização social em seu meio. Esse amplo compromisso exige a prévia concepção do conteúdo, sua aplicação, acompanhamento e avaliação continuada do modelo pedagógico adotado nas Casas Familiares.

Governança Participativa

Governança Participativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas/cotistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal. As boas práticas de Governança [...] têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para sua perenidade (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, 2004).

A Governança Corporativa foi um dos pilares iniciais do Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS) da Fundação Norberto Odebrecht quando esta buscou sintonia com as iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU), primeiramente aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e posteriormente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Governança Participativa é um dos diferenciais do PDCIS e ocorre por meio de um processo em permanente construção que visa desenvolver e consolidar a prática constante do diálogo e da articulação entre todos os atores sociais envolvidos. Ela envolve diretamente as comunidades em seus diferentes modos de organização social e os poderes constituídos em diversos níveis. A ação conjunta entre o primeiro, o segundo e o terceiro setores permite a criação de um espaço colaborativo que reforça o compromisso da jornada para a sustentabilidade.

Fundamentados nos princípios da ética, integridade e transparência, e partindo da premissa de que a atuação em rede é imprescindível para o alcance de resultados no terceiro setor, a Fundação Norberto Odebrecht mantém permanente relação com o poder público, iniciativa privada e sociedade civil, em especial por meio das instituições executoras do PDCIS, associações de direito privado sem fins lucrativos.

O conceito foi materializado a partir do Protocolo de Compromissos firmado em 28 de novembro de 2007 com o Governo do Estado da Bahia, Secretários de Estado, Associação dos Municípios do Baixo Sul da Bahia (AMUBS), Institutos e a Fundação Norberto Odebrecht. Nesse protocolo, o PDCIS foi reconhecido como Programa Regional de Desenvolvimento, institucionalizado pelo Governo do Estado da Bahia, consolidando o modelo como exemplo de participação conjunta dos poderes públicos, privados e da sociedade civil com o propósito comum do desenvolvimento sustentável regional.

O Protocolo de Compromissos estabeleceu o escopo e abrangência do relacionamento da Fundação Norberto Odebrecht com os diferentes níveis do poder público. No âmbito estadual, a relação institucional se dá com Secretarias de Governo e com o Conselho
Estadual de Educação. No plano municipal, as relações ocorrem com Prefeituras, Secretarias de Assistência Social e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, operacionalizadas por meio de Acordos de Cooperação Técnica que estabelecem responsabilidades claras da relação entre o mobilizador de recursos e a instância de políticas públicas locais (gestores dos recursos).

Com a sociedade civil, a relação ocorre principalmente de duas formas:

Pelo estabelecimento de Acordo de Parceria e Cooperação Técnica e Financeira com OSCs que possuam objeto social aderente ao PDCIS, tornando-se, assim, executoras do Programa.

a) À Fundação Norberto Odebrecht cabe o papel de transferência de tecnologia, mobilização e captação de recursos em apoio às OSCs.
b) Às OSCs cabem as funções de executoras do PDCIS, realizando o atendimento direto aos beneficiários segundo compromissos para aplicar os princípios, conceitos e critérios da TEO. Devem, dessa forma, promover e integrar a implementação de ações de interesse comum que visem a promoção do desenvolvimento econômico, a educação para o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades sociais e inclusão social, o respeito ao meio ambiente, e o estímulo à organização e mobilização social e institucional em torno do PDCIS.

A Fundação exerce também o papel de relacionamento com toda e qualquer pessoa que deseje conhecer e contribuir com o PDCIS, incluindo as opções de doações.
Nesse contexto, a Fundação coordena o Tributo

ao Futuro, fortalecendo a cultura da doação com o engajamento de integrantes e sociedade em geral em prol da educação de adolescentes. A participação se dá por meio de doações espontâneas ou destinação de parte do Imposto de Renda, amparada na Lei de Incentivo aos Direitos da Criança e do Adolescente. O recurso captado vai para os Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente de Municípios do Baixo Sul da Bahia, onde estão situadas as instituições de ensino integrantes do PDCIS. Tais instituições apresentam seus projetos e participam de editais pleiteando o direito a captar recursos a serem posteriormente utilizados mediante assinatura de Termo de Parceria com a Prefeitura do Município. As instituições contempladas são auditadas e devem prestar contas aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCAS) e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

No caso do PDCIS, a governança de cada instituição integrante é um elemento central da participação social, pois o controle está garantido nos atos constitutivos específicos. As Casas Familiares Rurais são mantidas por associações civis homônimas em que os pais dos alunos são os associados e dirigentes; a Cooperativa é formada por grupo de agricultores familiares, parceiros (Estatuto da Terra) e assentados (Reforma Agrária), incluindo ainda integrantes de comunidades tradicionais (especialmente quilombolas), aos quais se agregam, crescentemente, os jovens empresários rurais formados pelas Casas Familiares Rurais; e a Organização de Conservação da Terra (OCT) é uma organização da sociedade civil, sob a forma de associação de direito privado sem fins lucrativos, com objetivo de promover a conservação do solo, da flora, da fauna e revitalizar os recursos hídricos.

Com a iniciativa privada e poder público, a Fundação se relaciona com investidores para o Programa, já tendo firmado contratos com relevantes organismos nacionais e internacionais, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e Alstom Foundation. Atualmente, a Fundação Norberto Odebrecht mantém relação direta com investidores sociais como: Braskem e Mitsubishi Corporation, que apoiam por meio de recursos repassados diretamente às instituições executoras do PDCIS.

A Governança Participativa consolida-se no PDCIS como condição inerente e imprescindível ao relacionamento entre os diversos atores e partes interessadas. Ela é o caminho para a aplicação de boas práticas empresariais, políticas e diretrizes, códigos de condutas, acordos de cooperação técnica, contratos, estruturação dos conselhos das instituições, assim como fortalecimentos das assembleias de pais/associados e assembleias de cooperados, e outras formas transparentes e responsáveis de relacionamento isonômico.

Conheça os beneficiários nas fotos

Programático

PDCIS

O Programático PDCIS é composto por 28 Práticas. Para facilitar o entendimento do leitor, o capítulo está dividido em dois módulos: Gestão, que traz Práticas norteadoras sobre processos gerenciais da Fundação Norberto Odebrecht e das instituições executoras do PDCIS; e o módulo Frentes de Atuação, que apresenta Práticas divididas nas seis frentes de atuação prioritárias do Programa e evidenciam o trabalho transversal realizado junto aos beneficiários.

Módulo de
GESTÃO

Ética, Integridade e Transparência

Planejamento e Prestação de Contas

Mobilização de Recursos

Clique para acessar

Ética, Integridade e Transparência

Atuar com elevados padrões de ética, integridade e transparência com todos os envolvidos e em qualquer situação é um componente intrínseco da sustentabilidade, que responde às questões mais atuais da sociedade, abrangendo orientações sobre boas práticas, como lidar com conflitos de interesses e a melhor maneira de interagir com todas as partes relacionadas.

A partir da premissa de que adotar medidas preventivas é sempre melhor e menos oneroso do que remediar, são desenvolvidas pelo PDCIS Práticas voltadas ao estabelecimento de padrões de conformidade para nortear relações empresariais, contratos com fornecedores e terceiros e, também, guiar condutas pessoais e profissionais.

Práticas:

- Programa de Conformidade
- Seminário de Ética, Integridade e Transparência
- Processo de *Due Diligence*

Clique para acessar

Compromisso com a sociedade

Nas escolas rurais parceiras da Fundação Norberto Odebrecht que atuam na execução do PDCIS, falar sobre ética é mais do que discutir, em sala de aula, obras e conceitos formulados por Sócrates ou Kant. *"É no dia a dia"*, afirma Ionei Silva, ex-aluno de uma dessas instituições. *"Na escola, o tema é vivenciado a todo momento"*.

O compromisso com a segurança empresarial tem sido constante tanto internamente quando junto às instituições que compõem o Programa e não é algo recente. Para o PDCIS, o assunto sempre esteve presente.

Nas escolas rurais, por exemplo, disciplinas como Sociologia, Filosofia, Ética e Cidadania propiciam aos alunos estabelecerem debates diários sobre a importância de uma atuação cidadã.

Para Cristiane Nascimento, responsável por Sustentabilidade, Parcerias e Comunicação na Fundação, *"essa preocupação reforça o papel da Fundação Norberto Odebrecht de influenciar positivamente diante do exemplo, da troca de expertises e da capacitação das comunidades em prol de uma sociedade mais justa e ética, acentuando o compromisso com investidores sociais, poder público e sociedade"*.

Prática: Programa de Conformidade

A atuação no combate à corrupção, a adoção de princípios éticos, de transparência e integridade, de boas práticas em governança e em sustentabilidade são prioridades globais da agenda de instituições nos três âmbitos de governo, nas empresas e organizações da sociedade civil. No Brasil, são referências nesses temas as publicações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a exemplo do *Código das melhores práticas de governança corporativa*, atualmente em sua 5ª edição. Desafios sociais e ambientais mundo afora e os riscos à atuação ética, íntegra e transparente condicionam as estratégias e podem impactar significativamente a reputação de organizações em diversos setores.

Esse cenário de prioridades globais demonstra como a perenidade das organizações está condicionada a um agir transparente e ao desempenho nos campos da ética, integridade e responsabilidade social e ambiental. O cenário no Brasil não é diferente, com empresas de diversos setores e portes investindo em ações de conformidade e na melhoria de processos e controles a fim de mitigar riscos e demonstrar confiabilidade.

No Terceiro Setor ocorre situação similar com a mobilização de recursos e intensificação da revisão de processos e de práticas para adequação às exigências de investidores sociais e da sociedade de forma geral.

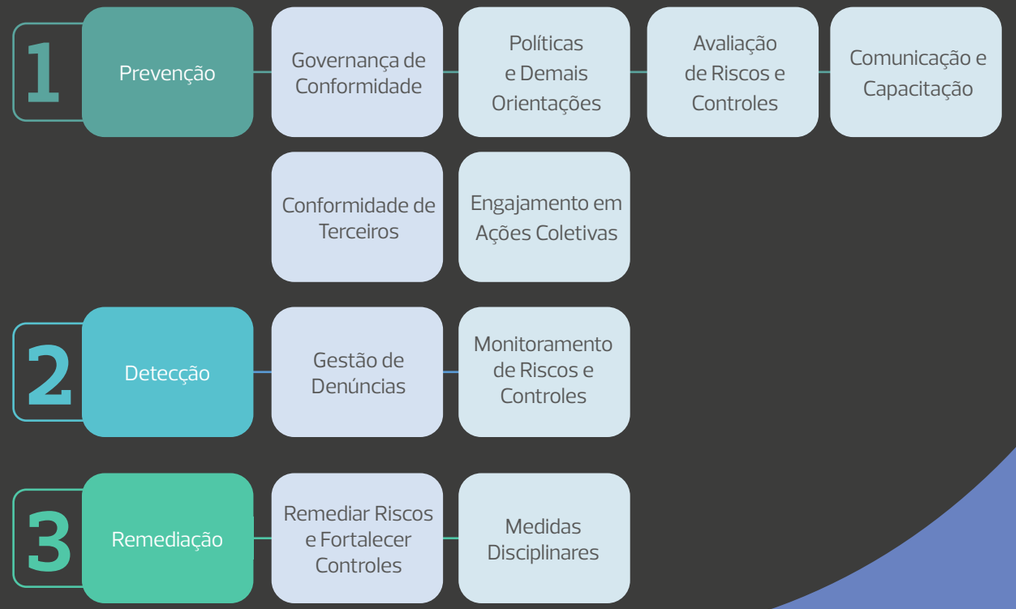
A *Política de Conformidade*, aprovada pelo conselho de curadores da Fundação Norberto Odebrecht, estabelece o Programa de Conformidade da instituição, pautado em três pilares – Prevenção, Detecção e Remediação – que se desdobram em dez medidas integradas. Estas, por sua vez, são a base de diretrizes, procedimentos e orientações, como as que definem o relacionamento entre funcionários e destes com membros do conselho de curadores, beneficiários, investidores sociais, fornecedores, instituições parceiras, agentes públicos, comunidades e as demais partes interessadas.

Esta Prática, ao fortalecer processos e orientar o relacionamento entre partes, dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme ilustra o quadro a seguir.

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
16	ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	Estabelecer, junto a todas as partes interessadas, ações de combate à corrupção; fomentar a transparência e responsabilidade nos processos; promover e fazer cumprir leis que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Programa de Conformidade



* Informações importantes

Equipe envolvida: dois analistas administrativo-financeiros, um administrador responsável pela coordenação da Prática e um analista jurídico.
Requisitos legais: não se aplica. Indicado apenas considerar o Código de Conduta e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
Tempo estimado: Prática realizada de forma contínua anualmente.
Público-alvo: funcionários e todas as partes relacionadas com a Fundação Norberto Odebrecht.

Ficou com dúvida em algum termo?
Consulte nosso Glossário.

Prática: Seminário de Ética, Integridade e Transparência

O compromisso da Fundação Norberto Odebrecht com uma atuação ética, íntegra e transparente permeia todos os processos internos e o relacionamento com as partes interessadas, embasando tanto o trabalho e atividades de funcionários e parceiros quanto as relações com públicos internos e externos.

Esse mesmo compromisso se estende às instituições parceiras do PDCIS que, além das diretrizes, promovem a disseminação de conhecimento e de boas práticas com parceiros, beneficiários e conselheiros. Isso é feito por meio da Prática do Seminário de Ética, Integridade e Transparência.

O objetivo dos Seminários é a capacitação de equipes para entendimento do significado do compromisso com a ética, integridade e transparência, assim como a criação de um ambiente para discussão sobre condutas e situações adequadas, ou que possam oferecer riscos de não conformidade no campo da ética, integridade e transparência. Tomando casos práticos como exemplos, a capacitação e discussões são indispensáveis ao processo de melhoria de práticas em cada uma das instituições parceiras associadas ao PDCIS.

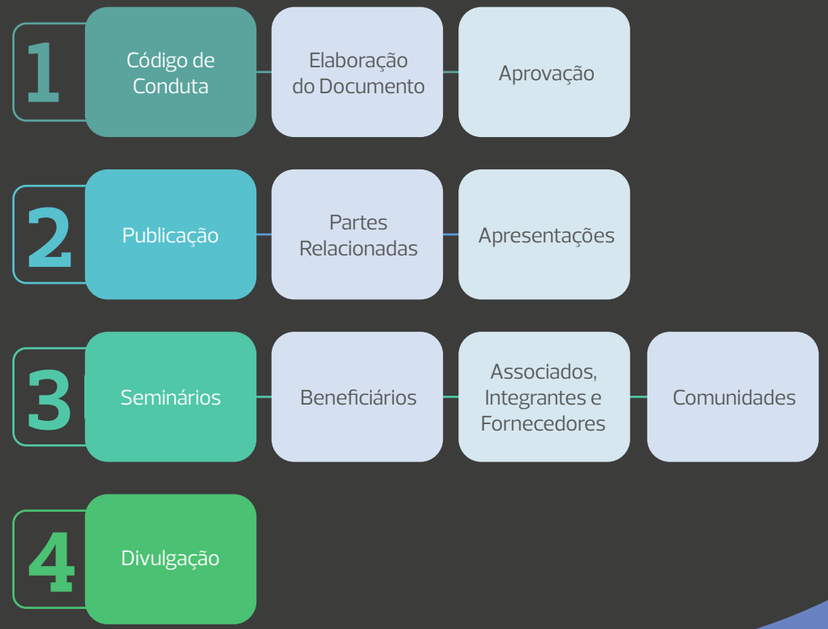
O público-alvo dos Seminários é transversal a todas as instituições e programas associados ao PDCIS, abrangendo estudantes, professores e equipe gerencial e administrativa das casas familiares, assim como produtores rurais e suas famílias em atividades na propriedade, na cooperativa e em suas comunidades.

Ao reforçar a conformidade dos processos institucionais ao compromisso com a ética, integridade e transparência, a Prática dos Seminários se relaciona aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme indica o quadro a seguir.

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
16	ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável; proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	Combater a corrupção em todas as suas formas; desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes; e promover o cumprimento das leis vigentes.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Seminário de Ética, Integridade e Transparência



Informações importantes

Equipe envolvida: um diretor (responsável pela instituição) e três colaboradores ligados às áreas de linha e apoio da instituição.
Requisitos legais: não se aplica.
Tempo estimado: cerca de uma hora para que o Seminário seja ministrado.
Público-alvo: beneficiários, associados, colaboradores, fornecedores e a comunidade em geral.

Ficou com dúvida em algum termo?
Consulte nosso Glossário.

Prática: Processo de *Due Diligence*

A Prática do Processo de *Due Diligence* integra o conjunto de medidas de prevenção no campo da ética, integridade e transparência, antes que sejam iniciadas relações comerciais, de prestação de serviços ou de parceria em caráter geral.

Em tradução literal, a expressão *Due Diligence* significa "diligência prévia" e pode ser entendida como uma espécie de avaliação que antecede a decisão de prosseguir, por exemplo, com a transação comercial, prestação de serviço, contratação ou parceria. Uma vez que ser diligente é ser cuidadoso e zeloso, essa Prática consiste em realizar uma análise aprofundada sobre as informações e documentações de determinado parceiro antes que uma relação seja formalizada.

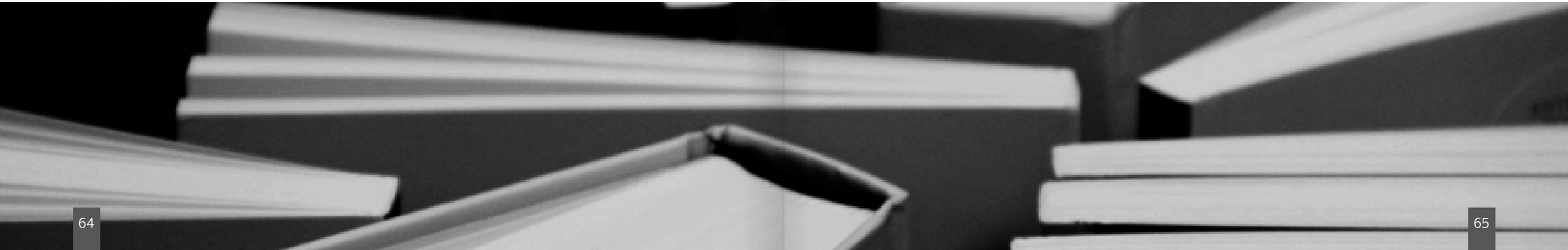
Executado pela Área de Conformidade da Fundação, esse processo tem como objetivo conhecer o histórico de integrantes, fornecedores, investidores sociais, instituições parceiras do PDCIS, além de doações e patrocínios realizados pela ou para a Fundação, mitigando riscos de não conformidades de natureza diversa. Com aplicação de questionários e análises de documentos, os processos de *Due Diligence* são baseados na classificação de potenciais parceiros em três níveis de risco, de modo a garantir que a relação seja pautada na ética, integridade e transparência.

Nesse conjunto de atos investigativos, são identificadas e minimizadas situações de risco geralmente relacionadas à corrupção, lavagem de dinheiro, fraudes e conflitos de interesse, no âmbito do relacionamento institucional e/ou comercial, seja no Brasil ou no Exterior.

Entendendo que essa Prática contribui para uma gestão institucional eficaz e responsável, é possível relacioná-la aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme ilustra o quadro a seguir.

Ficou com dúvida em algum termo?
Consulte nosso Glossário.

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
16	ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável; proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	Desenvolver processos institucionais baseados na responsabilidade, eliminando possíveis riscos e conflitos de interesse.
17	ODS 17 – Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	A partir da ética, integridade e transparência, reafirmar a rigorosidade dos processos internos e fortalecer a capacidade de mobilização de recursos.



PASSO A PASSO – Fluxograma

Processo de *Due Diligence*

Conheça os beneficiários nas fotos

Informações importantes

Equipe envolvida: um analista administrativo financeiro.
Requisitos legais: não se aplica.
Tempo estimado: variável de acordo com o nível identificado: nível 1, até uma hora por questionário; nível 2, até duas horas por ocorrência; e nível 3, até quatro horas para aplicação de *checklist*.
Público-alvo: potenciais parceiros e área requisitante do serviço na Fundação Norberto Odebrecht.

Planejamento e Prestação de Contas

O ciclo de planejamento é o eixo central para conduzir com segurança todas as ações realizadas no âmbito do Programa. Ele inclui a construção do programa de ação, que contém todas as metas com seus respectivos indicadores, definidos mediante os direcionamentos estratégicos para aquele ano. Além das atividades de acompanhamento do planejamento que são fundamentais para tomada de decisão com base nos avanços ou possíveis atrasos no plano; e a etapa de avaliação, na qual se apura os resultados para posterior prestação de contas, elaborada de acordo com o o Programa de Auditoria e com o relatório das evidências das metas alcançadas para parceiros, investidores sociais, órgãos fiscalizadores, beneficiários e a sociedade em geral.

Práticas:

- Ciclo de Planejamento
- Programa de Auditoria

Clique para acessar

A importância do planejamento

Junto aos adolescentes e pequenos produtores rurais beneficiados pelo PDCIS no Baixo Sul da Bahia, os conceitos de planejamento e prestação de contas são constantemente reforçados. Siel Silva, jovem formado por uma das escolas parceiras da Fundação Norberto Odebrecht, relata os planos que vem traçando para si e sua família. *''Pretendo continuar na agricultura. Quero aumentar a renda da minha casa e crescer cada dia mais. É importante investir no crescimento do campo. Esse será meu melhor caminho para seguir''*, conta.

No quintal da casa onde mora, há um banquinho de madeira que dá vista para a horta da família. Hortaliças, pés de pimenta e de limão são alguns dos cultivos para os quais é possível olhar ao sentar-se no banco. Esse é um dos espaços em que Siel e seus pais, Sérgio Silva e Luiza Santos, ocupam para contar casos e trocar experiências.

Para o adolescente, atuar com responsabilidade na agricultura, sua área, envolve conhecer a fundo a propriedade e planejar como melhor aplicar seus recursos a fim de alcançar o crescimento. Junto à família, que mora no município de Presidente Tancredo Neves, no Baixo Sul, Siel cultiva produtos como laranja, mandioca, banana, cacau, cupuaçu e pimenta do reino. *''Sempre gostei de estar no campo e ajudar meus pais''*, conta. Sérgio e Luíza também incentivam muito o filho nos estudos: querem que ele se desenvolva cada vez mais.

Prática: Ciclo de Planejamento

Em sua origem, a palavra "planejamento" traz o sentido de organizar uma atividade em superfície, de modo que se tenha uma visão privilegiada sob a qual é possível enxergar com clareza tanto o que se deseja alcançar como o caminho para isso. Nessa perspectiva, planejar se torna essencial para que se alcance o sucesso em diferentes segmentos da atividade humana.

Isso não é diferente no Terceiro Setor. Assim como em qualquer área, é necessário que haja um planejamento assertivo no que tange às ações a serem realizadas, seus respectivos responsáveis e orçamento, por exemplo. No âmbito do PDCIS, a Prática do Ciclo de Planejamento é realizada junto às instituições executoras do Programa, auxiliando-as no processo de traçar estratégias e acompanhar resultados.

Embasada na Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), filosofia que norteia toda a atuação da Fundação Norberto Odebrecht, a Prática do Ciclo de Planejamento consiste no processo de planejamento anual entre suas equipes e as instituições parceiras. Por meio do diálogo constante, a Prática tem como objetivo promover os elos que unem as ações programadas pelas instituições parceiras às prioridades do PDCIS, materializadas nas seis frentes de atuação da Fundação – Educação para o Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Econômico; Conservação Ambiental; Inovação e Tecnologia; Coesão e Mobilização Social; e Cidadania e o Governança.

- *Saiba mais sobre a TEO na página 40.*
- *Saiba mais sobre as frentes de atuação da Fundação Norberto Odebrecht na página 20.*

A Prática do Ciclo de Planejamento consiste em definir papéis e responsabilidades, escopo de trabalho, pactuar metas e avaliar os resultados conquistados por cada instituição ao longo do ano. O ponto de partida é a definição de um Plano de Metas, instrumento que tem como base o Programa de Ação (PA) conforme consta na TEO. Em virtude do Plano de Metas, pactuado anualmente, as instituições executoras do PDCIS têm uma visão mais ampla e estratégica de suas prioridades, prazos, responsáveis, orçamento e indicadores de resultados. Em consonância com as melhores práticas de governança e conformidade, o Plano de Metas reforça o compromisso das instituições executoras com o PDCIS e possui as condições para garantir a sustentabilidade institucional e a consecução das metas, refletindo o compromisso de alcançar melhores condições de vida para os beneficiários.

O acompanhamento periódico dentro do Ciclo de Planejamento permite avaliar a evolução dos resultados e atuar com antecedência para realizar eventuais ajustes e averiguar a adequação das aplicações de recursos recebidos conforme previsto no plano e acordado com cada investidor social.

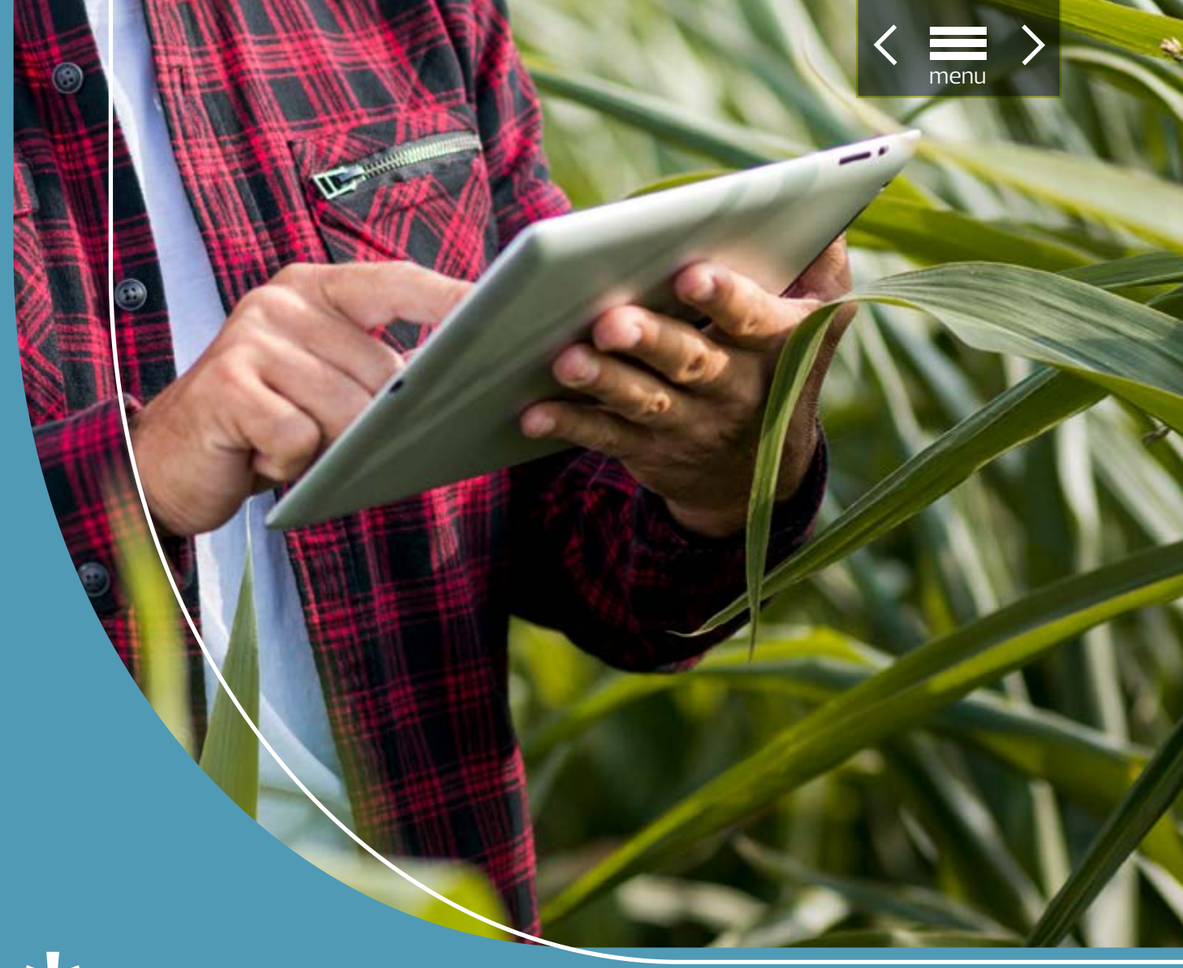
Uma vez implementada, essa Prática corrobora para uma gestão efetiva junto às instituições executoras do PDCIS. Por essa razão, a Prática dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme explica o quadro a seguir.

Ficou com dúvida em algum termo?
Consulte nosso Glossário.

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
16	ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	Contribuir para que as instituições tenham uma atuação mais responsável, eficaz e transparente.
17	ODS 17 – Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	Reforçar parcerias que visem o desenvolvimento sustentável das instituições e, consequentemente, dos beneficiários.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Ciclo de Planejamento



Informações importantes

Equipe envolvida: lideranças das instituições executoras e equipe de planejamento do PDCIS.
Requisitos legais: a Prática não é regida por uma legislação específica, mas é importante estar atento aos contratos de parceria firmados com cada investidor social.
Tempo estimado: ciclo renovado anualmente.
Público-alvo: instituições parceiras do PDCIS, com foco na melhor gestão para alcançar resultados de impacto para jovens e agricultores familiares beneficiados.

Prática: Programa de Auditoria

O conceito de transparência para o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) consiste em "disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos". Ser transparente aborda mais do que o desempenho econômico-financeiro das instituições, mas também fatores tangíveis e intangíveis que norteiam suas atuações.

Cada vez mais, a sociedade exige que as organizações demonstrem transparência em suas atividades. Essa é uma demanda global, como demonstra a pesquisa *From Risk to Responsibility: Social Media and the Evolution of Transparency*, realizada em 2019 pela Sprout Social 86% dos americanos acreditam que ser uma empresa transparente nunca foi tão importante.

Para as instituições do Terceiro Setor, quase todas dependentes de doações, investimentos externos e fundos públicos para desenvolverem suas atividades, é imperativo ter uma atuação ética, íntegra e transparente. Nesse contexto, o Programa de Auditoria é uma ferramenta essencial para credibilidade, conformidade e responsabilidade das organizações, evidenciando de forma clara onde e como foram aplicados os recursos recebidos.

No âmbito do PDCIS, a Prática do Programa de Auditoria está integrada ao Programa de Conformidade da Fundação Norberto Odebrecht e faz parte do acompanhamento anual realizado junto às instituições parceiras. De forma geral, a Prática baseia-se em atuar preventivamente junto a essas instituições, oferecendo apoio para aprimorar seus controles internos, assegurando a sustentabilidade das operações e garantindo maior segurança ao investidor social.

Vale saber!

A Fundação Norberto Odebrecht realiza, junto às instituições parceiras, o acompanhamento de suas atividades em diferentes escalas. Além da Prática do Programa de Auditoria, descrita a seguir, a Fundação também realiza o Ciclo de Planejamento de cada instituição, contemplando o acompanhamento e avaliação de metas. *Entenda mais sobre o Ciclo de Planejamento na página 70.*

Mas como acontece essa Prática?
As instituições parceiras do PDCIS prestam contas periodicamente aos investidores e órgãos fiscalizadores. Isso é feito por meio de relatórios elaborados conforme cronograma previsto no Plano Anual de Trabalho estabelecido pela Área de Conformidade da Fundação Norberto Odebrecht.

A Fundação realiza, ao longo do ano, Auditorias de Conformidade, acompanhando não apenas a execução dos relatórios, mas analisando de forma sistemática e rigorosa a eficácia dos processos de gestão, controle e governança de risco adotados pelas instituições.

A metodologia utilizada nas Auditorias envolve testes periódicos para detecção de eventuais falhas e não conformidades na gestão e execução dos projetos com base no seu grau de risco (alto, médio ou baixo). Tais falhas podem culminar em inconsistências nos relatórios destinados aos investidores, trazendo, por consequência, a possível perda de uma parceria.

Os resultados das Auditorias alcançados junto às instituições parceiras do PDCIS visam:

- Aumentar o grau de credibilidade e transparência nos relatórios;
- Assegurar a conformidade dos processos executados internamente;
- Manter as regularizações necessárias junto aos órgãos fiscalizadores;
- Melhorar continuamente a eficácia das rotinas para execução, acompanhamento e auditoria;
- Garantir a regularidade da execução física e financeira das instituições, cumprindo todas as exigências para a prestação de contas aos investidores;
- Garantir que a estrutura organizacional das instituições esteja devidamente capacitada; e
- Contribuir na melhoria da imagem das instituições.

Viabilizando uma gestão mais transparente, a Prática se relaciona diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme descrito no quadro a seguir.

Ficou com dúvida em algum termo?
Consulte nosso Glossário.

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
16	ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	Desenvolver processos institucionais baseados na responsabilidade, eliminando possíveis riscos e conflitos de interesse.
17	ODS 17 – Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	A partir da ética, integridade e transparência, reafirmar a rigorosidade dos processos internos e fortalecer a capacidade de mobilização de recursos.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Programa de Auditoria

1. Metodologia de Auditagem
   - Banco de Dados
   - Definição dos Testes
2. Elaboração do Plano Anual de Auditoria
   - Prioridades
   - Seleção dos Testes
   - Procedimentos
   - Aprovação
3. Execução do Plano Anual de Auditoria
   - Aplicação de Testes
   - Alinhamento com as Instituições
   - Regularidade
   - Prestação de Contas das Instituições
4. Elaboração de Relatórios de Conformidade
   - Relatório Semestral
   - Relatório Anual
   - Apresentação
5. Consolidação dos Resultados

Informações importantes

Equipe envolvida: uma equipe mínima de dois profissionais das áreas de administração/contabilidade com conhecimentos em auditoria interna e contabilidade é necessária para uma base de cinco instituições auditadas.

Requisitos legais: não é necessária uma licença para realização da Prática em si. No entanto, deve-se conhecer as obrigações legais relacionadas:

- Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MR-OSC) – Lei nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias sociais e institui normas gerais para as parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferência de recursos financeiros.
- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos como OSCIPs. Institui e disciplina também o Termo de Parceria.
- Código Civil –Lei nº 10.406 de janeiro de 2002, que rege as Fundações, Institutos e Associações.
- Legislação ligada ao cooperativismo: Política Nacional de Cooperativismo (Lei nº 5.764); Estatuto Social da cooperativa e suas alterações devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) e Estatuto Social do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia (OCEB).

Periodicidade: realizada anualmente e conforme o Programa de Ação (PA) das instituições.

Público-alvo: instituições parceiras do PDCIS, seu público interno e investidores sociais.

Mobilização de Recursos

Realizada de forma planejada e coordenada, a mobilização de recursos é um componente determinante para a estruturação do PDCIS. Esta Prática prevê a internalização dos investimentos necessários para o cumprimento das metas planejadas para o ano e pode se dar de forma diversificada a partir do investimento social privado, de editais, doações espontâneas ou benefícios fiscais.

As Práticas descritas a seguir evidenciam os principais modelos adotados internamente pela Fundação Norberto Odebrecht no que tange à captação de recursos, os quais viabilizam que centenas de adolescentes e suas famílias, residentes na zona rural do Baixo Sul da Bahia, continuem sendo apoiados e possam construir novas oportunidades rumo ao próprio desenvolvimento sustentável.

Práticas:

- Mobilização de Recursos
- Tributo ao Futuro

Clique para acessar

Histórias transformadas

Desde 2003, o PDCIS já beneficiou direta ou indiretamente mais de 50 mil pessoas. Um dos exemplos é a adolescente Crislane dos Santos. Sorrindo timidamente, ela conta que tem o apoio da família para desenvolver seus projetos produtivos. Na casa da mãe, Maria Bárbara, tem uma horta e um *"punhado de pimenta malagueta"*. Na do tio, usa outro pedaço de terra para cultivar o restante da sua pimenta. *"Estou aprendendo a ser uma jovem empreendedora. Não é algo que serve apenas para mim, mas para os próximos que estão por vir e para toda a comunidade"*, disse a jovem, que é aluna de uma das escolas rurais parceiras da Fundação Norberto Odebrecht.

No ano de 2019, por exemplo, com os recursos mobilizados pelo Tributo ao Futuro, uma das iniciativas criadas e promovidas pela Fundação Norberto Odebrecht, foram implantados mais de 400 projetos através dos quais adolescentes como Crislane receberam insumos e orientações técnicas para iniciar seus cultivos, obtendo renda e reinvestindo o lucro em novos ciclos produtivos de culturas como: banana, mandioca, abacaxi, mel, cacau e hortaliças.

Estudando para poder desenhar um novo futuro para si e sua família, Crislane conta que está contribuindo para que sua comunidade também possa se desenvolver. Segundo a jovem, os demais agricultores da região também têm se beneficiado com o que ela aprende. *"Não é algo que serve apenas para mim, mas para os próximos que estão por vir e para toda a comunidade"*, relata.

Prática: Mobilização de Recursos

A atuação do terceiro setor no Brasil em áreas como educação, desenvolvimento e defesa de direitos, saúde e cultura é feita por um conjunto de entidades com participação de 1,4% na formação do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Com uma importância crescente na economia brasileira e destaque para as contribuições ao desenvolvimento sustentável, o terceiro setor se profissionaliza e evolui continuadamente.

Desde 1543, com a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Santos – primeira instituição do setor de que se tem registro no país, segundo a *Revista Brasileira de Administração* –, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) integram o processo de formação e organização do Estado nacional.

Tanto no passado quanto no presente, as OSCs têm em comum o desafio de garantir recursos para a execução de suas atividades, sejam eles humanos, físicos ou financeiros. Nesse contexto, a Prática da Mobilização de Recursos é um roteiro para que as instituições articulem soluções para viabilizar sua sustentabilidade.

De acordo com a Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), em uma instituição do terceiro setor, a lógica da mobilizção de recursos pode ser comparada à tributação na administração pública, ou à área comercial das empresas, geradora de recursos por meio da venda de produtos e da prestação de serviços.

Existem diversas formas de mobilização. Dentre as mais conhecidas estão: destinação de recursos por empresas mantenedoras, voluntariado e doações da sociedade civil, vendas, mecanismos de incentivo fiscal, investimentos privados, promoção e participação em eventos, financiamento coletivo e apoios viabilizados por meio de editais preparados por empresas ou órgãos públicos.

Desde sua criação em 1965, a Fundação Norberto Odebrecht tem como mantenedora a Odebrecht S.A. Sendo uma instituição do terceiro setor e desafiada a encontrar novos investidores para assegurar a continuidade e ampliação de suas atividades e as das instituições parceiras do seu Programa Social, o PDCIS, a Fundação tem o compromisso de prospectar e estabelecer novas parcerias por meio da Prática da Mobilização de Recursos.

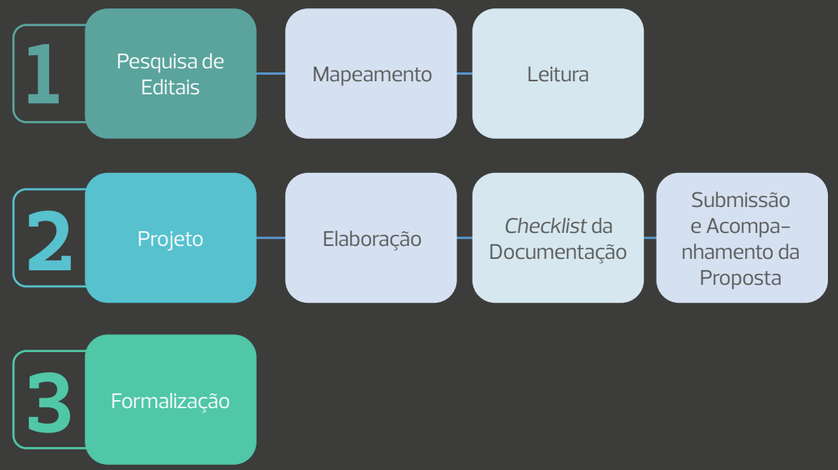
Dessa forma, ao viabilizar a continuidade do PDCIS, que abre a centenas de adolescentes e suas famílias o acesso às novas oportunidades de crescimento no campo, a Prática da Mobilização de Recursos estabelece uma conexão direta com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme indica o quadro a seguir.

Ficou com dúvida em algum termo?
Consulte nosso Glossário.

ODS	Meta do ODS	Relação com a Prática
17 – ODS 17 – Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	Fortalecer a mobilização de recursos internos; e incentivar e promover parcerias com diferentes atores públicos e privados.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Mobilização de Recursos



Informações importantes

Equipe envolvida: um analista com formação preferencial em áreas como administração, contabilidade ou economia, focado no trabalho de mobilização de recursos.
Requisitos legais: não se aplica.
Tempo estimado: varia de acordo com cada projeto/edital e sua complexidade, podendo chegar a cerca de 30 dias para elaboração e submissão do material.
Público-alvo: Fundação Norberto Odebrecht e instituições parceiras do PDCIS, com foco nos jovens e pequenos produtores rurais beneficiados.

É possível adaptar esse modelo!
O texto a seguir contempla a Mobilização de Recursos a partir da submissão de projetos a editais. As etapas podem ser adaptadas de acordo com a estratégia da instituição. Desse modo, a mobilização pode acontecer também a partir da participação em eventos, prospecção direta com empresas parceiras e reuniões de apresentação em fóruns do setor, por exemplo.

Prática: Tributo ao Futuro

O ato da doação de recursos a organizações sociais, religiosas ou patrocinadas, no Brasil, é feito por sete em cada dez pessoas, segundo o relatório *Giving Report 2019 Brasil*, organizado pela Charities Aid Foundation (CAF). Estimulados pela cultura da doação, pessoas físicas e jurídicas vêm colocando a solidariedade e a responsabilidade social como uma de suas prioridades.

Nesse contexto, um dos grandes desafios enfrentados pelas instituições de cunho social é a captação e mobilização de recursos. Existem diferentes maneiras pelas quais é possível alcançar o orçamento necessário, seja por meio do apoio do poder público, de uma mantenedora, de investimento social privado, geração de renda resultante da comercialização de produtos, por meio das leis de incentivo ou de doação direta.

A Prática do Tributo ao Futuro, criada em 2004 pela Fundação Norberto Odebrecht, é uma mobilização que incentiva doações para projetos sociais que visam a formação e inclusão socioprodutiva de adolescentes. Tem início com uma campanha anual, realizada interna e externamente ao Grupo Novonor. Pessoas físicas e jurídicas podem doar recursos para que o PDCIS continue promovendo ações em prol da educação de centenas de jovens alunos das Casas Familiares do Baixo Sul da Bahia. *Saiba mais sobre as Casas Familiares parceiras da Fundação Norberto Odebrecht na página 25.*

Unindo pessoas que acreditam nas pessoas, o Tributo ao Futuro viabiliza que adolescentes e suas famílias tenham acesso a novos conhecimentos, aprendam manejos agrícolas aliados à conservação dos recursos naturais e incrementem sua renda. A campanha, que acontece no segundo semestre de cada ano, fomenta doações espontâneas de qualquer valor, por meio da destinação de parte do Imposto de Renda, amparada pela Lei de Incentivo aos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Tributo ao Futuro é articulado de modo a ser um processo seguro, ético, íntegro e transparente, garantindo que o público possa acompanhar o caminho da doação. Os recursos doados são encaminhados diretamente para os Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). O Conselho, por sua vez, repassa o valor arrecadado a projetos voltados à promoção e defesa dos direitos dos adolescentes.

Ao promover educação de qualidade para jovens da zona rural do Baixo Sul da Bahia, o Tributo ao Futuro se relaciona diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme aponta o quadro a seguir.

Ficou com dúvida em algum termo? **Consulte nosso Glossário.**

ODS	Meta do ODS	Relação com a Prática
1 – ODS 1 – Erradicação da Pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.	Viabilizar incremento de renda às famílias da zona rural do Baixo Sul da Bahia e acesso igualitário a recursos econômicos e serviços básicos.
2 – ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome; alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição; promover a agricultura sustentável.	Promover uma agricultura sustentável e aumentar a produção de pequenos produtores rurais.
4 – ODS 4 – Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.	Possibilitar que meninos e meninas tenham uma formação de nível médio de qualidade; fomentar ensino técnico profissionalizante; e garantir o acesso a competências para o desenvolvimento sustentável.
17 – ODS 17 – Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	Realizar a mobilização de recursos internos com base na arrecadação de impostos e outras receitas, visando ações de promoção do desenvolvimento sustentável.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Tributo ao Futuro

1. Pré-campanha
2. Alinhamentos
3. Comunicação
4. Relacionamento com Entidades Recebedoras dos Recursos
5. Atualização de Sistema
6. Agentes do Futuro
7. Execução da Campanha
8. Formas de Participação
9. Como Doar
10. Informar Contribuição
11. Caminho da Contribuição
12. Prestação de Contas

Informações importantes

Equipe envolvida: um coordenador de campanha e dois analistas.
Requisitos legais: instruções normativas da Receita Federal sobre incentivos fiscais para os investidores sociais. Importante conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No que tange às Casas Familiares, deve-se prestar contas da utilização dos recursos para o CMDCA e entidades públicas de controle e acompanhamento dos respectivos municípios, a exemplo de tribunais de contas.
Tempo estimado: seis meses, considerando planejamento e execução da campanha.
Público-alvo: pessoas físicas e jurídicas.

Conheça os beneficiários nas fotos

Programático

PDCIS

Módulo

FRENTES DE ATUAÇÃO

- Educação para o Desenvolvimento Sustentável
- Desenvolvimento Econômico
- Conservação Ambiental
- Inovação e Tecnologia
- Coesão e Mobilização Social
- Cidadania e Governança

Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Oferecer às pessoas, especialmente aos jovens, as habilidades, competências e conhecimentos necessários para a construção de comportamentos que conduzam ao desenvolvimento sustentável é o que propõe esta frente. Ela é essencial para obter êxito na implementação de todas as outras do PDCIS, por propor um trabalho de base na formação das pessoas que, de forma transversal, conforme descrito nas Práticas a seguir. Tem como principais objetivos promover uma educação de qualidade; elevar o nível de escolaridade; estimular o protagonismo juvenil; viabilizar a educação contextualizada no campo; formar adolescentes para a conservação ambiental e sustentabilidade; fortalecer a autoestima e confiança de jovens e suas famílias; oferecer uma formação ética e para valores; e desenvolver competências para a sustentabilidade.

Práticas:

- Formação Técnica de Jovens
- Gestão de Propriedade Rural
- Seminário Rural
- Dia de Campo

Clique para acessar

Um exemplo de superação

A jovem Wandylla Teles é um exemplo de como a educação pode transformar vidas. Aluna de uma das escolas parceiras do PDCIS, ela chega todo sábado, às 5 horas da manhã, na feira livre do município baiano de Presidente Tancredo Neves, onde mora com a família. Ali, ela e o pai, Agenildo, permanecem até que toda a sua produção de hortaliças seja vendida – um cardápio variado com opções como: alface, coentro, salsa, pimentão, jiló, abóbora, repolho e couve.

É na escola que frequenta, tanto nas aulas práticas quanto nas teóricas, que a estudante aprende o que pode fazer para levar ainda mais qualidade à produção da família. *"Antes de ingressar no Ensino Médio, meus pais já trabalhavam com horta e eu ajudava um pouco. É de onde vem a maior parte da renda de nossa família. Desde pequena, eu os vejo trabalhando. Agora, posso fazer ainda mais parte disso e gosto bastante"*, conta. Na comunidade, as hortaliças que Wandylla ajuda a cultivar já são conhecidas. *"Não usamos agrotóxico, por isso o sabor é diferente e o produto é bem procurado"*, salienta.

A jovem tem ainda uma atividade preferida para as horas livres: a leitura, que se relaciona também com uma das suas disciplinas favoritas: filosofia. *"Eu amo de verdade. É uma disciplina que nos leva a entender o mundo ao nosso redor"*, explica. A preferência tem estimulado a reflexão sobre o contexto em que vive, pensando sobre o lugar que hoje a mulher tem ocupado na agricultura. *"Nós vemos que a entrada da mulher no campo acontece em muitos lugares. Temos espaço para produzir"*, opina Wandylla. *"Eu, por exemplo, quero continuar tendo uma educação técnica, quero continuar no campo. Penso em conseguir crescer a área de produção da nossa família e talvez montar um comércio"*, planeja.

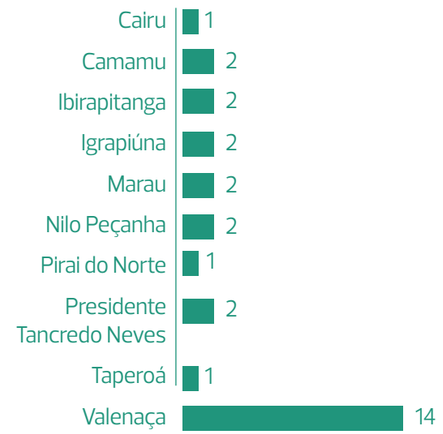
Prática: Formação Técnica de Jovens

Em comunidades rurais do Baixo Sul da Bahia, adolescentes vêm transformando suas vidas e de suas famílias por meio da educação. Os jovens, alunos de instituições de ensino parceiras da Fundação Norberto Odebrecht, recebem uma formação técnica voltada à vocação agrícola da região com acesso a novas oportunidades. Simultaneamente, e em razão da transformação, passam a desenvolver o senso de pertencimento e o desejo de permanecer no campo.

Essa vontade, no entanto, contrasta com indicadores demográficos do Brasil, onde o êxodo rural passou a ser mais evidente entre as décadas de 1960 e 1970, quando a chegada de novas tecnologias no agronegócio reduziu a procura por mão de obra local.

Enquanto os centros urbanos concentram um grande volume populacional (84,72%), a zona rural vive um progressivo esvaziamento, com apenas 15,28% do total de pessoas do país, de acordo com dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)* – 2015 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse, contudo, não é o único desafio da vida na região. Segundo o *Censo Agropecuário 2017*, a população rural está envelhecendo e contando com cada vez menos adolescentes: cerca de 60% da população rural têm entre 30 e 59 anos e somente 5% estão abaixo dos 30 anos.

O Censo aponta ainda uma tendência dos jovens de saírem do campo em busca de trabalho e mais opções de estudo, visto que, enquanto as grandes cidades têm mais de 25 mil escolas de Ensino Médio, a zona rural tem pouco mais de 3 mil. No Baixo Sul da Bahia, onde vivem cerca de 285 mil pessoas, apenas 19% dos estudantes que ingressam no Ensino Fundamental chegam a cursar o Ensino Médio. Nos 11 municípios nos quais Fundação atua, é evidente o baixo número de escolas de nivel médio, conforme ilustra o gráfico a seguir:



**Dados do Portal Edu, que considera o Censo Escolar do IBGE.*

Apenas Valença apresenta uma alta no número de instituições em relação aos demais municípios, nos quais a média é de apenas duas escolas de Ensino Médio. Em comparação com Salvador, a discrepância com o interior fica mais evidente, visto que são 263 instituições de Ensino Médio contabilizadas na capital baiana.

A distância geográfica entre as cidades inviabiliza que os adolescentes do Baixo Sul permaneçam morando em sua terra natal e indo à capital apenas para estudar, por exemplo. Nessa região, o município mais próximo de Salvador é Presidente Tancredo Neves (242 km) e o mais distante é Maraú (415 km).

Educação contextualizada ao campo

A pouca quantidade de escolas na zona rural não é o único ponto de atenção nesse cenário. O livro *Educação de alma brasileira,* lançado em 2017 e coordenado por Antonio Lovato e Tathyana Gouvêa, aponta a educação tradicional com uma grade curricular sem atenção às realidades regionais como uma das razões que contribuem para o êxodo rural. Sem contextualização ao campo, o currículo tradicional não traz elementos como valorização das comunidades, tradições e senso de pertencimento ao local onde o jovem vive.

A *Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)*, criada em 1996, reconheceu que a população rural necessitava de sistemas de ensino adaptados às reais demandas e interesses dos alunos sobre o meio em que vivem. Isso possibilitou explorar novas metodologias mais abrangentes à vida no campo, bem como políticas públicas que reforçam a importância de uma educação contextualizada.

Para o educador e filósofo brasileiro Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia da esperança*, o ensino deve respeitar os saberes populares, cultura e identidade de um povo. Dessa forma, a escola não pode estar dissociada da realidade do educando.

O contexto do campo aplicado à vida escolar ganhou força no Brasil, em 2002, com as *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*, instituídas pelo Conselho Nacional de Educação. Reafirmando a diversidade da zona rural, a resolução trouxe um conjunto de princípios e procedimentos que visam nortear o trabalho das escolas locais, reconhecendo as diversidades da região em seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, faixa etária e etnia.

Intervenção no Baixo Sul da Bahia

A aplicação de uma educação contextualizada ao campo é a base conceitual das Casas Familiares que fazem parte do Programa Social da Fundação Norberto Odebrecht, sediadas nos municípios de Nilo Peçanha, Igrapiúna e Presidente Tancredo Neves. Com cursos profissionalizantes integrados ao Ensino Médio, essas escolas executam a Prática da Formação Técnica de Jovens.

Dessa forma, viabilizam a jovens da zona rural o acesso a ensino de qualidade e o crescimento por meio de novas oportunidades de empreender sem precisar migrar para grandes centros urbanos, ao tempo em que compartilham aprendizados com agricultores familiares que não tiveram acesso ao ensino técnico de qualidade.

Saiba mais sobre as Casas Familiares na página 25.

Embasadas pela Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), presente de forma transversal nas instituições, as Casas Familiares formam jovens empreendedores, protagonistas dos próprios destinos, multiplicadores do conhecimento e agentes de transformação — futuros líderes que buscam não apenas melhorar suas condições de vida, mas de toda a família e comunidade.

Com a teoria a serviço da prática, essas escolas permitem que os estudantes apliquem os novos aprendizados nas propriedades onde moram, levando conhecimento à população do entorno. Isso é feito utilizando-se a Pedagogia da Alternância, metodologia por meio da qual os educandos passam uma semana em tempo integral na escola, tendo aulas teóricas e práticas, e duas semanas em casa, replicando e compartilhando o que aprenderam com a comunidade, contribuindo para o fortalecimento da agricultura e desenvolvimento da zona rural.

Por ser uma instituição do Terceiro Setor, a Casa Familiar assume não apenas o papel de centro educacional, mas também um importante papel social na comunidade. Mais do que fomentar o empoderamento e protagonismo do jovem da zona rural, a escola representa um vetor de mudanças, auxiliando no desenvolvimento local, fortalecimento da agricultura familiar, acesso às políticas públicas e à cidadania.

Conheça os beneficiários nas fotos

Esforços globais

Ao buscar oferecer uma educação de qualidade, a atuação das Casas Familiares está diretamente relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidades (ONU), conforme ilustra o quadro a seguir.

Ficou com dúvida em algum termo? **Consulte nosso Glossário.**

Vale saber!

Para uma leitura mais aprofundada de conceitos importantes relacionados a essa Prática, clique nos links abaixo.

- *Baixo Sul da Bahia – página 25;*
- *Casas Familiares e Educação Contextualizada – página 25;*
- *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS – página 32);*
- *Pedagogia da Alternância – página 26;*
- *Protagonismo Juvenil – página 46 e*
- *Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO) – página 40.*

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
2	ODS 2 — Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome; alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição; e promover a agricultura sustentável.	Estímulo à produção agrícola, contribuindo para o aumento de renda dos agricultores familiares.
4	ODS 4 — Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade; e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.	Oferecer formação técnica de qualidade para meninos e meninas da zona rural, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.
10	ODS 10 — Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.	Aumentar a renda de jovens beneficiários e seus familiares.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Formação Técnica de Jovens

* Informações importantes

Equipe envolvida: assessor pedagógico; professor (com Licenciatura para ministrar as disciplinas da Base Comum); monitor (mínimo de dois por turma, possuindo Licenciatura e formação superior na área de engenharia agronômica para ministrar as disciplinas do curso técnico); e diretor (importante ter Licenciatura, ter sido monitor e possuir experiência como educador na área técnica).

Requisitos legais: alvará de funcionamento (Prefeitura Municipal); credenciamento (Secretaria de Educação do Estado/Conselho Estadual de Educação); e certificado de qualificação como Organização da Sociedade Civil (OSC) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Tempo estimado: 3 anos (período de formação do estudante).

Público-alvo: jovens de 14 a 19 anos, com Ensino Fundamental completo, filhos de agricultores familiares, residentes na zona rural do Baixo Sul da Bahia e com vocação para continuar a viver e empreender no campo.

Prática: Gestão de Propriedade Rural

Esta Prática tem como objetivo instrumentalizar jovens agricultores para que gerenciem melhor suas propriedades, aliando a sustentabilidade aos tratos culturais e à produção agrícola, estimulando-os a também dividir conhecimentos e poder optar por viver no campo com qualidade de vida.

Voltada para jovens entre 18 e 30 anos, a Capacitação é realizada pela Organização de Conservação da Terra (OCT), uma das instituições parceiras da Fundação Norberto Odebrecht, com a missão de fomentar o desenvolvimento territorial sustentável. Com duração média de um mês, a atividade visa contemplar jovens que não foram beneficiados com a formação nas Casas Familiares integradas ao PDCIS.

A motivação para desenvolver a Prática da Gestão de Propriedade Rural surgiu a partir do acompanhamento da formação dos adolescentes da zona rural do Baixo Sul da Bahia que ingressam, todos os anos, nas Casas Familiares parceiras da Fundação Norberto Odebrecht. Como agentes de transformação e multiplicadores de conhecimentos, esses jovens se tornam referência nas comunidades onde vivem e passam a compartilhar aprendizados com os outros pequenos agricultores da região. *Saiba mais sobre as Casas Familiares na página 25.*

Direta ou indiretamente, cada adolescente, durante o período em que alterna a permanência na Casa Familiar com a condução de seu projeto produtivo na comunidade ou propriedade familiar, impacta positivamente um círculo de pessoas, compreendendo sua família, vizinhos e moradores de sua comunidade. Entendendo esse contexto, foi articulada uma proposta para desenvolver alternativas que estendam oportunidades de desenvolvimento para mais pessoas, para além do raio de atuação das Casas Familiares.

Com aulas práticas e teóricas que acontecem em tempo integral na OCT e nas propriedades onde moram, os jovens agricultores selecionados estudam temas como administração rural, adoção de práticas agroecológicas e de baixo impacto ambiental, novos manejos agrícolas e formas de escoamento da produção. O objetivo do projeto é levar um conjunto estruturado de conhecimentos com visão prática aos participantes e estimular para que compartilhem aprendizados com os demais produtores de suas comunidades.

Além da visão prática, a estrutura de conhecimento proposta tem como referência os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme ilustra o quadro a seguir.

Saiba mais sobre a OCT na página 30.

Ficou com dúvida em algum termo? **Consulte nosso Glossário.**

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
2	ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome; alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição; e promover a agricultura sustentável.	Adoção de práticas agroecológicas na produção agrícola; inserção de sistemas sustentáveis de produção; aumento de produtividade e melhoria de renda para as famílias beneficiadas.
4	ODS 4 – Educação de Qualidade	Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade; e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.	Acesso à capacitação técnica; competências para o empreendedorismo; estímulo de habilidades necessárias à promoção do desenvolvimento sustentável.
5	ODS 5 – Igualdade de Gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.	Fomentar a participação das mulheres e assegurar que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades de acesso à formação; fomento ao empoderamento feminino.
13	ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.	Debates sobre meio ambiente e sustentabilidade em sala de aula; discussões e exemplos do papel da agricultura sustentável na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Gestão de Propriedade Rural

1. Identificação da Demanda
   - Identificar Público-Alvo
   - Identificação dos Municípios
   - Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)
2. Plano de Curso
3. Definição de Parceria
4. Processo Seletivo
   - Mobilização nas Comunidades
   - Seleção
   - Agendamento
   - Preparativos
5. Capacitação
   - Período Integral
   - Atividades nas Propriedades
   - Ações Multiplicadoras
6. Finalização da Capacitação

Informações importantes

Equipe envolvida: para uma base de 30 alunos, mínimo de quatro profissionais da área de Ciências Agrárias com experiência em produção e certificação orgânica, gestão de propriedades rurais e agroecologia; um profissional com Licenciatura; três profissionais de cozinha; e um profissional de limpeza.
Requisitos legais: não se aplica.
Tempo estimado: duração média de um mês.
Público-alvo: jovens agricultores entre 18 e 30 anos. Para o conteúdo desenvolvido pela OCT, o público-alvo é de residentes de municípios do Sul da Bahia. A aplicação em outras regiões poderá requerer uma revisão de conteúdo para adaptação em cada caso.

Prática: Seminário Rural

Desde sua colonização, o Brasil teve como organização territorial uma base agrária bastante forte. A cultura do campo permanece pulsante até hoje. Ao lado da agropecuária, a agricultura é responsável por cerca de 23% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

No Baixo Sul da Bahia, território majoritariamente agrícola, o PDCIS busca contribuir para que jovens agricultores tenham acesso à educação para o desenvolvimento sustentável, podendo empreender no campo com qualidade de vida e não necessitando migrar para os grandes centros urbanos a fim de encontrar oportunidades de trabalho.

A estratégia tem dado resultados positivos. A Avaliação de Impactos do PDCIS mostrou que os adolescentes beneficiários do Programa têm mais sonho de empreender, menos intenção de sair de suas propriedades em busca de melhores condições de vida e participam de forma mais ativa junto a suas famílias, comunidades, cooperativas e associações.

Saiba mais sobre a Avaliação de Impactos do PDCIS e os principais resultados aferidos pelo estudo na página 35.

A formação dos jovens enquanto protagonistas começa na relação entre escola e comunidade, estimulando que os educandos sejam vistos como referência positiva em seu entorno. Durante seu processo formativo, os adolescentes aprendem a importância de compartilhar aprendizados com aqueles que não tiveram acesso ao ensino técnico voltado para o campo e, assim, os jovens contribuem para elevar os padrões da agricultura em toda a região.

O jovem inicia sua trajetória como agente da transformação e multiplicador do conhecimento com o Seminário Rural. Primeira atividade realizada no 1º ano de formação, a Prática é totalmente protagonizada pelo estudante, visando estreitar seus laços com o local onde vive. A partir do Seminário, cujo tema é "Nossa Realidade", é possível conhecer melhor o território, entendendo suas dinâmicas, problemas e dificuldades.

Com a orientação dos educadores, os alunos aplicam uma pesquisa qualitativa junto aos demais moradores da região durante sua primeira alternância nas Casas Familiares. Dessa forma, levantam questões relacionadas à saúde, infraestrutura e meio ambiente do espaço. Após análise, os dados obtidos são apresentados pelo próprio jovem para a comunidade em um Seminário. A partir desse diagnóstico, o estudante passa a compreender as necessidades locais e, ao longo da sua formação na escola, poderá articular formas de contemplá-las em suas Ação Multiplicadora *(Confira o Passo a Passo dessa Prática na página 134)*, Dia de Campo *(Confira o Passo a Passo dessa Prática na página 106)* e demais mobilizações.

A Prática do Seminário Rural estimulam o desenvolvimento sustentável no campo e se relacionam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme descrito no quadro a seguir.

Ficou com dúvida em algum termo?
Consulte nosso Glossário.

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
2	ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome; alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição; e promover a agricultura sustentável.	Estimular o aumento da produtividade agrícola através da adoção de novos manejos e boas práticas; apoiar a implementação de práticas agrícolas resilientes.
10	ODS 10 – Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.	Contribuir para o empoderamento e inclusão social de agricultores familiares; assegurar a representação das comunidades rurais.

Vale saber!

Os Seminários Rurais estão inseridos no contexto da Prática da Formação Técnica de Jovens. *Entenda melhor como ocorre essa formação na página 92.*

Na página 26, conheça o conceito de Pedagogia da Alternância, metodologia utilizada nas Casas Familiares do Baixo Sul da Bahia.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Seminário Rural

1. Identificar as Comunidades
2. Preparação do Jovem
   - Aula Teórica
   - Apresentação da Atividade
   - Treinamento para Entrevista
3. Coleta dos Dados
   - Identificar Participantes
   - Realização da Entrevista
4. Tabulação e Análise
5. Planejamento do Seminário
   - Preparo da Apresentação
   - Mobilização da Comunidade
6. Apresentação do Seminário
7. Apresentação dos Resultados

Informações importantes

Equipe envolvida: jovens, familiares e monitores (educadores com licenciatura e graduação em engenharia agrônoma).
Requisitos legais: não se aplica.
Tempo estimado: cerca de duas horas para apresentação do Seminário.
Público-alvo: moradores das comunidades atendidas.

Prática: Dia de Campo

A zona rural do Baixo Sul da Bahia é um território marcado por carências de desenvolvimento humano em várias áreas, entre elas a baixa escolaridade. O acesso a tecnologias que melhorem a produção de agricultores familiares nessa região é um dos fatores limitantes do seu desenvolvimento.

Para Norberto Odebrecht, volume um do livro *Sobreviver, crescer e perpetuar*, publicado em 1983, "*todo o apoio visa à superação das fraquezas, à multiplicação das forças e/ou à economia do tempo de quem é apoiado*". Com a visão do apoio necessário à superação das limitações, o Dia de Campo visa criar oportunidades e abrir o horizonte de desenvolvimento para agricultores familiares na região do Baixo Sul.

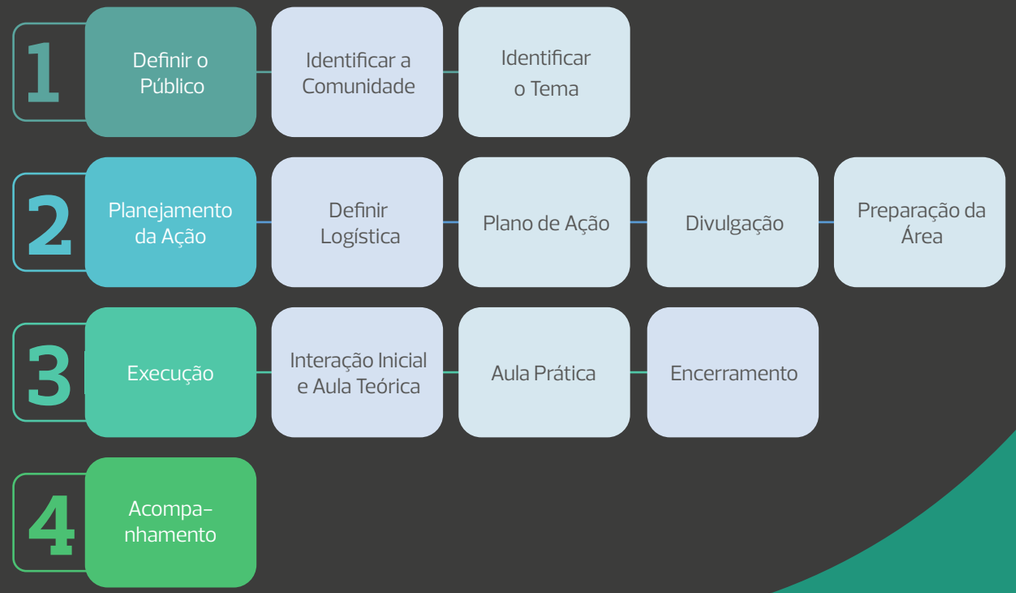
Os Dias de Campo são eventos de capacitação que seguem as orientações da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) – atribuições do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), estabelecidas na Lei nº 10.683/2003 e no Decreto nº 8.852/2016. Essas capacitações buscam modernizar e fortalecer a agricultura, sobretudo a familiar no caso da Prática aplicada no Baixo Sul.

Ao estimular a disseminação de tecnologias, essa Prática dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme evidencia o quadro a seguir.

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
17	ODS 17 – Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	Promover a difusão e disseminação da tecnologia na zona rural.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Dia de Campo



* Informações importantes

Equipe envolvida: educadores com formação na área de engenharia agrônoma; setor de administração; jovens e familiares (beneficiários).
Requisitos legais: não se aplica.
Tempo estimado: cerca de oito horas, considerando aula teórica e prática.
Público-alvo: agricultores familiares das comunidades atendidas e regiões circunvizinhas.

Ficou com dúvida em algum termo?
Consulte nosso Glossário.

Desenvolvimento Econômico

Tipo de desenvolvimento que não leva em consideração apenas o viés econômico, mas também os aspectos qualitativos relacionados à inclusão social. Essa Frente traz como objetivos principais a promoção da segurança alimentar; orientação de jovens e suas famílias para reinvestimentos em suas propriedades rurais; incremento de renda; orientação para a estruturação de sistemas produtivos sustentáveis; apoio nos processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização junto a agricultores familiares; acesso aos mercados mais justos; e fortalecimento da agricultura.

Práticas:

- Projeto Educativo-Produtivo
- Gestão de Organização Socioprodutiva
- Certificação Orgânica Participativa
- Educação Financeira

Clique para acessar

É possível crescer na zona rural

O sonho de Edivan Sampaio era ser dono do seu próprio negócio. *"Estudei para isso, para trabalhar para mim. Não tem reconhecimento maior do que a minha independência"*, afirma. Morador da comunidade de Ginásio, no munícipio baiano de Presidente Tancredo Neves, ele vem realizando esse desejo desde 2008, quando ingressou em uma das escolas parceiras da Fundação. Em 2012, conheceu melhor e se associou à cooperativa de produtores rurais que integra o PDCIS, sobre a qual hoje fala com orgulho. *"Foi na cooperativa que encontrei a forma de trabalhar em comunidade, viver o associativismo e o cooperativismo"*, conta Edivan.

Para o agricultor, a instituição, da qual hoje é conselheiro, simboliza união. *"Sabemos que sozinhos não somos ninguém. Busquei a cooperativa no sentido de agregar valor econômico e financeiro ao nosso produto. Quando vendemos pela cooperativa, conseguimos ter uma margem mais satisfatória"*, explica.

Em sua propriedade, onde mora com a esposa e a filha, Edivan cultiva banana-da-terra, mandioca, cacau e graviola. Segundo ele, a ideia de sair do campo não passa por sua cabeça. *"A cada dia busco sempre melhorar a qualidade da produção e ampliar as áreas plantadas. Por ter tido a oportunidade e o privilégio de estudar, penso em focar só na agricultura. Sabemos a realidade do campo e da cidade hoje, então de forma alguma tenho vontade de sair"*, afirma.

Prática: Projeto Educativo-Produtivo

Na zona rural do Baixo Sul da Bahia, filhos de pequenos produtores recebem nas Casas Familiares parceiras da Fundação Norberto Odebrecht uma educação contextualizada em relação à sua realidade agrícola. Com a teoria a serviço da prática, os jovens em formação aprendem e compartilham com suas comunidades novas tecnologias, manejos sustentáveis e formas de empreender no campo.

Testar as habilidades adquiridas é uma etapa fundamental no processo formativo. Nessa perspectiva, o Projeto Educativo-Produtivo (PEP) é um meio de os alunos vivenciarem, em suas propriedades, os conhecimentos obtidos em sala de aula – é a aplicação da prática no dia a dia do jovem em sua comunidade, servindo também como uma unidade demonstrativa para a adoção de inovações tecnológicas.

Além disso, por meio do PEP, a renda das famílias é incrementada, ao passo que os adolescentes recebem insumos e orientações técnicas para a implantação dos seus primeiros negócios rurais, iniciando cultivos e reinvestindo o lucro em novos ciclos produtivos.

A partir de recursos de investidores sociais e dos doadores da campanha do Tributo ao Futuro *(saiba mais sobre essa Prática na página 84)*, as Casas Familiares possibilitam aos adolescentes matriculados contar com a orientação dos educadores para escolher a área onde plantar e obter mudas, adubos e acompanhamento técnico. Depois da colheita e comercialização dos produtos, a família ainda tem apoio para avaliar formas de reinvestir e garantir a contínua melhoria em sua qualidade de vida.

O PEP é um importante instrumento para trabalhar com os educandos noções de empresariamento. Entendendo a propriedade rural como uma empresa, é necessário passar pelo planejamento, cronograma de atividades e execução das etapas predeterminadas, tendo como referência os critérios da Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO). Essa dedicação, conforme explica Norberto Odebrecht no volume um do livro *Sobreviver, crescer e perpetuar*, publicado em 1983, é base para angariar bons resultados.

Estimulando o incremento de renda para famílias da zona rural e viabilizando que jovens coloquem em prática o que aprenderam em sala de aula, essa Prática estabelece conexão com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme apontado a seguir:

Ficou com dúvida em algum termo?
Consulte nosso Glossário.

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
2	ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome; alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição; e promover a agricultura sustentável.	Contribuir para incremento de renda de agricultores familiares a partir da implantação de sistemas sustentáveis de produção; viabilizar que famílias de produtores rurais tenham acesso a insumos para implantação de novas culturas.
4	ODS 4 – Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade; e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.	Possibilitar que jovens tenham acesso às habilidades necessárias para a promoção do desenvolvimento sustentável, exercendo em suas propriedades o que aprendem em sala de aula.

“No mundo empresarial, o sucesso decorre da correta escolha entre prioridades, da concentração nessas prioridades e, sobretudo, do impacto advindo da decisão de transformar tais prioridades em resultados.”

Norberto Odebrecht

PASSO A PASSO – Fluxograma

Projeto Educativo-Produtivo

1. Análise de Propriedade
2. Aprovação dos PEPs
3. Planejamento
   - Cronograma
   - Alinhamento com a Família
   - Doação de Insumos
4. Implantação do PEP
5. Execução e Acompanhamento
6. Colheita e Comercialização
7. Avaliação e Reinvestimento

Informações importantes

Equipe envolvida: jovens, suas famílias, monitores (engenheiros agrônomos) e assistentes técnicos (técnicos em agronegócio).
Requisitos legais: necessário observar as determinações do contrato de parceria com os investidores sociais que viabilizam recursos para implantação de PEPs.
Tempo estimado: varia de acordo com as culturas escolhidas, que têm diferentes períodos para colheita. Dos Projetos mais comuns, a horta leva 45 dias para colheita. Já o cacau pode demorar até 36 meses.
Público-alvo: adolescentes, filhos de agricultores, e suas famílias.

Prática: Gestão de Organização Socioprodutiva

Fundada em 2000, a Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves (Coopatan) é uma das organizações parceiras da Fundação Norberto Odebrecht participantes do PDCIS – Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade – e na qual se desenvolveu a Prática da Gestão de Organização Socioprodutiva.

A partir dessa Prática, agricultores familiares associados contam com assistência técnica para suas lavouras, cursos de gestão de propriedades rurais, acesso a insumos agrícolas com preços mais competitivos e melhores condições para comercialização tanto de produtos in natura quanto daqueles beneficiados pela cooperativa. Somados, esses fatores trazem aos produtores rurais melhoria da qualidade de vida e aumento da renda com os produtos do campo.

Além dos benefícios financeiros, a cooperativa também reforça junto aos produtores rurais a importância da mobilização em torno de objetivos comuns.

O cooperativismo agropecuário tem importante participação participação na economia brasileira. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do último Censo Agropecuário, em 2017, apontam que 48% de tudo o que é produzido no campo brasileiro passa, de alguma forma, por uma das 1.618 cooperativas em atividade no país, que reúnem mais de um milhão de associados e geram cerca de 198 mil empregos, conforme aponta a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Em sua diversidade, as cooperativas estão conectadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU). No caso da Coopatan, composta majoritariamente por agricultores familiares, essa conexão se dá em múltiplas vertentes, conforme ilustra o quadro a seguir.

Vale saber!

A Coopatan foi fundada em 18 de julho de 2000, mas começou a ser discutida a partir de resultados frustrados em 1997. Após receberem um financiamento bancário, agricultores da região plantaram uma grande quantidade de mandioca. Porém, no período da colheita, houve frustração ao perceberem que não havia mercado suficiente para comercializá-la.
Identificado o problema em comum, a comunidade passou a se articular a fim de buscar meios para melhorar as condições de trabalho e a realidade local. Com o apoio de associações rurais da época e órgãos como a Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves, a Fundação Norberto Odebrecht e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), os agricultores entenderam que o modelo de uma cooperativa era a melhor opção para que, juntos, pudessem conquistar novos mercados e formas de escoar a produção.

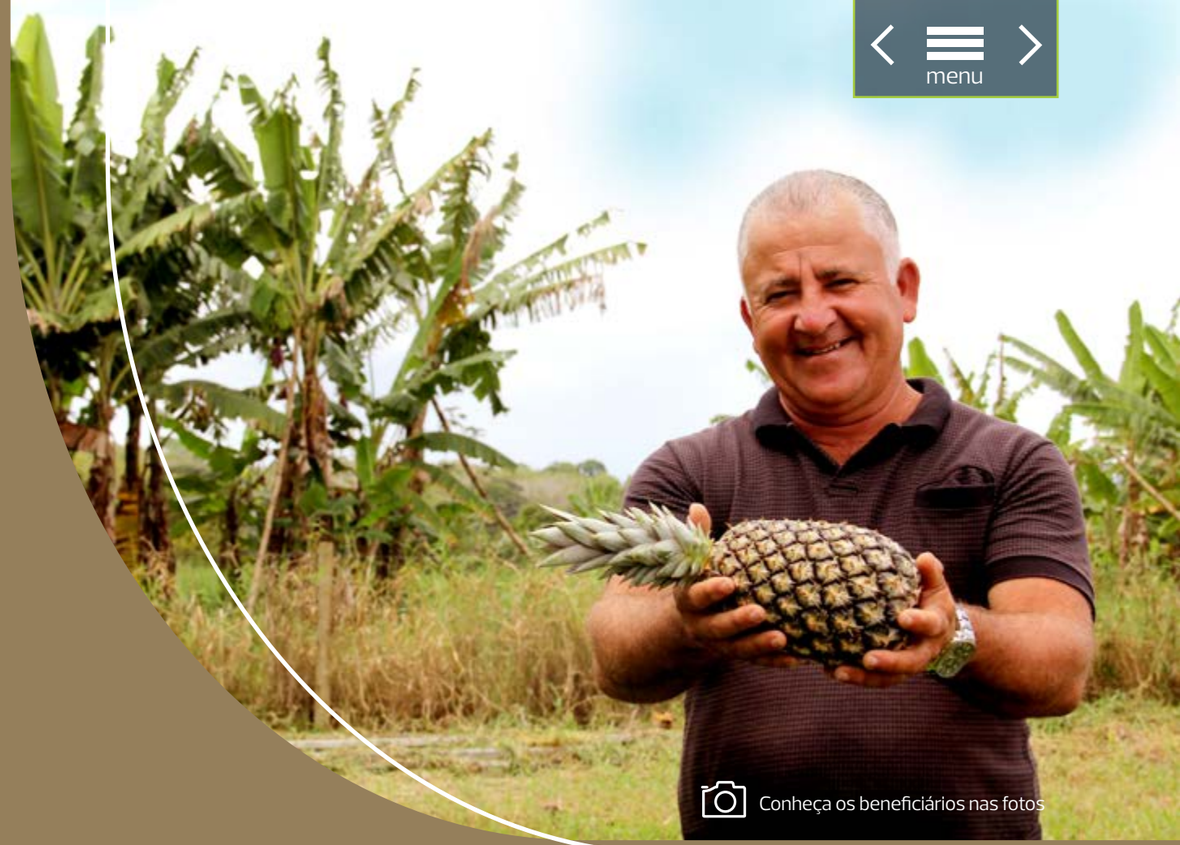
Ficou com dúvida em algum termo? **Consulte nosso Glossário.**

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
2	ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição; e promover a agricultura sustentável.	Estímulo à produção de alimentos com respeito ao meio ambiente; aumento à produtividade; incremento de renda para pequenos produtores rurais; acesso a novos mercados.
8	ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.	Fomento ao empreendedorismo; valorização das propriedades rurais enquanto empresas; trabalho decente para homens e mulheres.
10	ODS 10 – Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.	Crescimento econômico dos associados; inclusão social; garantir igualdade de oportunidades.
12	ODS 12 – Consumo e produção sustentáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.	Estimular a gestão sustentável e uso consciente dos recursos naturais na agricultura; reduzir perda de alimentos na cadeia produtiva e abastecimento.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Gestão de Organização Socioprodutiva

1. Sistemas de Gestão
2. Atividades Operacionais
   - Programa de Ação (PA)
   - Tipo de Produtos Comercializados
   - Novos Cooperados
3. Apoio à Produção
   - Capacitações em Gestão de Propriedades Rurais
   - Assistência Técnica e Extensão Rural
   - Acesso a Insumos
   - Controle de Qualidade
   - Entrega na Cooperativa
4. Comercialização
   - Comunicação com o Cliente
   - *In Natura*
   - Beneficiamento
   - Certificação e Rastreabilidade
5. Retorno para os Associados
6. Balanço Anual



Conheça os beneficiários nas fotos

Informações importantes

Equipe envolvida: mínimo de um técnico em agropecuária a cada 50 cooperados; equipe interna de recursos humanos e administração; conselheiros e presidente.
Requisitos legais: alvará sanitário e de funcionamento; licença ambiental; responsável técnico.
Atenção para: Política Nacional de Cooperativismo (Lei nº 5.764), Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN – Lei nº 11.346) e Estatuto da Terra (Lei nº 4.504).
Tempo estimado: os processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização de produtos são contínuos e realizados de acordo com o ciclo de colheita das culturas.
Público-alvo: produtores rurais cooperados e clientes.

Prática: Certificação Orgânica Participativa

O crescimento do interesse pelo consumo de produtos de origem orgânica no Brasil é um fato conhecido, mas há uma expectativa ou há uma perspectiva um avanço significativo para transformar esse interesse em conquista de mercado. Segundo estudo realizado pelo Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (Organis), 67% dos brasileiros demonstram interesse em aumentar o consumo desses produtos.

No Baixo Sul da Bahia, agricultores familiares beneficiados pelo PDCIS já identificaram a oportunidade e buscam apoio para alcançar o mercado de produtos de origem orgânica. Esta Prática trata da Certificação Orgânica Participativa.

Essa certificação garante que o agricultor familiar adote normas e práticas para a agricultura orgânica, tornando-se um produtor orgânico cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O fundamento da Prática está na decisão de produtores assumirem a responsabilidade coletiva e se organizarem em um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC), fiscalizando uns aos outros por meio do Sistema Participativo de Garantia (SPG).

Formados pelos produtores rurais, os OPACs são grupos registrados junto ao MAPA como responsáveis pela emissão do selo Sistema Brasileiro de Conformidade Orgânica (SisOrg), que identifica pelos rótulos a origem do produto cultivado de forma 100% orgânica.

Articulados e mobilizados socialmente, os agricultores realizam visitas de pares (auditorias internas) em suas propriedades, garantindo que todos estejam realizando as adequações necessárias para a certificação, conforme regulamentado na Lei nº 10.831 sobre agricultura orgânica.

De acordo com a legislação, a finalidade de um sistema de produção orgânica consiste em:

- Oferecer produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais;
- Preservar a diversidade biológica dos ecossistemas naturais;
- Incrementar a atividade biológica do solo;
- Promover o uso saudável do solo, água e ar, reduzindo formas de contaminação por meio de práticas agrícolas;
- Manter a fertilidade do solo;
- Reciclar resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não renováveis;
- Basear-se em recursos renováveis;
- Incentivar a integração entre diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo; e
- Manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas.

No âmbito do PDCIS, no Baixo Sul, a Rede de Agroecologia Povos da Mata é o OPAC ao qual os grupos de agricultores se associaram para obter a certificação. O objetivo dessa rede é estimular a agroecologia e a qualidade de vida, promovendo ações educativas, socioculturais, ambientais e de cidadania. Comprometidos com a agroecologia, os produtores devem adotar posturas como:

- Conservar e ampliar a biodiversidade dos ecossistemas;
- Adotar práticas como adubação orgânica, rotação de culturas, plantio em curvas de nível e cobertura permanente do solo;
- Utilizar cultivos de espécies adaptadas às condições climáticas locais;
- Produzir de forma sustentável sem utilização de insumos químicos; e
- Realizar a autogestão da propriedade.

Ao zelar pela conscientização das pessoas e contribuir para a conservação dos recursos naturais, essa Prática está inserida nas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme o quadro a seguir:

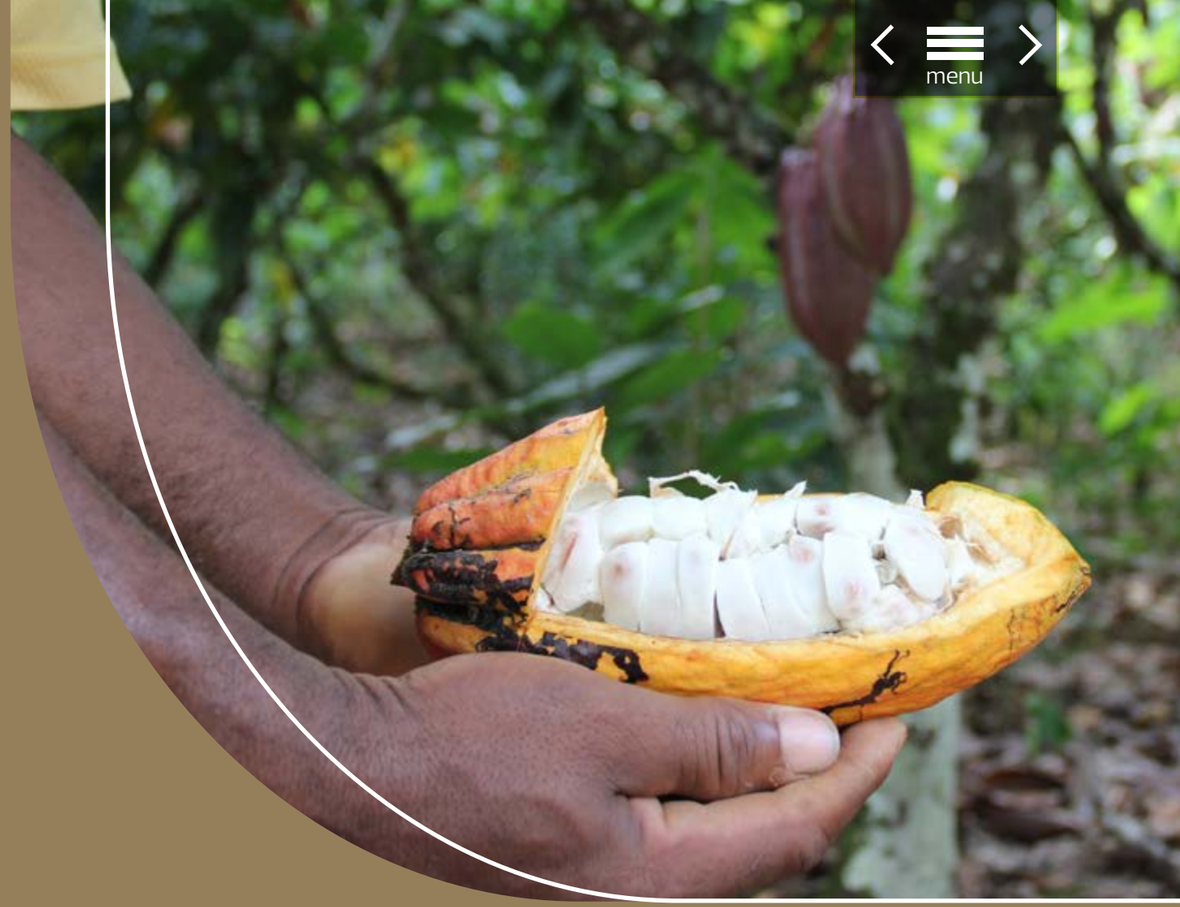
Ficou com dúvida em algum termo?
Consulte nosso Glossário.

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
2	ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição, e promover a agricultura sustentável.	Possibilitar incremento de renda a pequenos produtores rurais por meio de uma agricultura sustentável; adotar práticas agrícolas resilientes e que ajudem a manter os ecossistemas.
3	ODS 3 – Saúde e bem-estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.	Contribuir para redução da morbidade e mortalidade relacionadas ao uso de produtos químicos contaminantes.
12	ODS 12 – Consumo e produção responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.	Estimular o uso eficiente dos recursos naturais.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Certificação Orgânica Participativa

1. Planejamento
   - Definição de Parceiro
   - Pré-Seleção de Produtor Rural
2. Inclusão em Grupos
3. Processos Iniciais
   - Reuniões
   - Primeiras Adequações
4. Ingresso à Rede
   - Documentação
   - Plano de Manejo e Conversão
5. Atividades do Grupo
   - Rotação de Reuniões
   - Aplicação do Roteiro de Verificação
6. Certificação
   - Visita de Olhar Externo
   - Recebimento do Certificado
7. Renovação



Informações importantes

Equipe envolvida: para a base de 50 produtores atendidos – um engenheiro agrônomo; um técnico em agropecuária; um assistente social.
Requisitos legais: Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003; Código Florestal – Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, com atenção para o Decreto nº 6.323/07, de 27 de dezembro de 2007.
Tempo estimado: 18 meses para a conclusão da certificação.
Público-alvo: agricultores familiares.

Prática: Educação Financeira

O estudo *Jovens empresários empreendedores*, realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), em dezembro de 2016, mostrou que 76% dos jovens brasileiros sonham em ter o próprio negócio. Com o objetivo de buscar por um mercado mais promissor, ainda segundo a pesquisa, mais de 70% das pessoas entrevistadas entendem que tanto as pequenas cidades quanto os grandes centros oferecem um ambiente propício aos novos empreendimentos.

A zona rural, como a grande abastecedora do setor primário nacional, encontra-se frente ao desafio de propiciar o ambiente adequado a essa geração de jovens que desejam empreender. Nela estão mais de 5 milhões de estabelecimentos rurais, segundo o *Censo Agropecuário 2017*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desses, quase 4 milhões são geridos por agricultores familiares.

O PDCIS se articula em torno de seis frentes de atuação em que as propriedades rurais são tratadas como empresas, e os produtores, especialmente os mais jovens, como empresários rurais. Nesse contexto, tem papel relevante a Prática da Educação Financeira, que visa capacitar os empresários rurais com ferramentas que lhes deem suporte para uma melhor gestão de seus negócios.

Nas Casas Familiares, os adolescentes em formação desenvolvem competências para fazer uma melhor gestão financeira das propriedades, onde trabalham ao lado das famílias, aprendem a construir a visão de futuro e a melhor administrar as atividades, planejando e cotejando despesas, investimentos e resultados.
Transversal em toda a formação, a Prática Educação Financeira ocorre a partir de aulas específicas sobre empresariamento rural, inserção do tema em disciplinas como a matemática aplicada e adoção de ferramentas de gestão a serem utilizadas tanto durante o período escolar quanto na vida do empresário rural.

Essa Prática também está contextualizada aos desafios globais. Propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) trazem metas para serem alcançadas até 2030 que se relacionam com a Educação Financeira para os Beneficiários, conforme ilustra o quadro a seguir.

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
8	ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.	Estímulo ao fortalecimento da agricultura, aumento da produtividade e crescimento das pequenas empresas.

Confira conceitos importantes para o melhor entendimento dessa Prática:

- *Casas Familiares – Página 25;*
- *Formação Técnica de Jovens – Página 134;*
- *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Página 92;*
- *Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO) – Página 40.*

Ficou com dúvida em algum termo? **Consulte nosso Glossário.**

PASSO A PASSO – Fluxograma

Educação Financeira para os Beneficiários

1. Levantamento da Propriedade
   - Informações gerais
   - Visita de Acompanhamento
2. Programa de Ação (PA)
   - Construção
   - Reunião
3. Aula de Empresariamento Rural
4. Livro Caixa
   - Apresentação do Livro Caixa
   - Atualização
   - Avaliação
5. Partilha
   - Conhecer os Resultados
   - Replanejar

* Informações importantes

Equipe envolvida: assistentes educadores (dois técnicos em agropecuária); monitores (dois profissionais com licenciatura e bacharelado em ciências agrárias); um assessor pedagógico; um diretor para a base de 30 alunos.
Requisitos legais: não se aplica.
Tempo estimado: três anos – todo o processo de formação na Casa Familiar.
Público-alvo: adolescentes de 14 a 19 anos, com Ensino Fundamental completo, filhos de agricultores familiares, residentes na zona rural do Baixo Sul da Bahia e com vocação para continuar a viver e empreender no campo.

Conservação Ambiental

Esta frente visa a preservação do meio ambiente e de toda sua biodiversidade, possibilitando que o homem utilize os recursos naturais de forma responsável e consciente.

Dentre os resultados esperados desta frente, conforme abordado nas próximas Práticas, são realizadas ações visando restaurar e conservar nascentes; restaurar e conservar matas ciliares; promover o desmatamento evitado; neutralizar emissões de carbono e revegetar; valorizar a biodiversidade; proteger a vida silvestre; apoiar para acesso ao saneamento básico; orientar para manejo correto de insumos e resíduos sólidos; conservar o solo e a água; e implementar práticas agroecológicas.

Práticas:

- Planejamento Integrado da Propriedade
- Saneamento Ambiental em Quintais Produtivos
- Projeto de Carbono
- Pagamento por Serviço Ecossistêmico
- Restauração Florestal
- Implantação de Sistema Agroflorestal
- Implantação de Práticas Agroecológicas

Clique para acessar

Crescimento aliado à sustentabilidade

Da estrada de terra que corta a comunidade de Cachoeira Alta, em Piraí do Norte (BA), já é possível avistar a casinha rosa onde moram Arival e Lourdes Mamédio. O verde, assim como em toda a zona rural do Baixo Sul da Bahia, predomina na propriedade. Mas nem sempre foi assim. Em 2011, o terreno tinha baixa produtividade e muitas melhorias a serem feitas. Hoje, com o apoio do PDCIS, orgulham-se em mostrar aos visitantes toda a área produtiva, que vai dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) biodiversos e agroecológicos até a horta cultivada por Lourdes. À mesa, levam os próprios produtos: cacau, banana, mandioca, jenipapo, aipim, graviola, jaca, pimenta, entre outros.

A produção da família cresceu em 58% desde que passou a ser beneficiária do PDCIS. Em 2012, a renda familiar com a agricultura contava apenas com a comercialização de cravo-da-índia e cacau. Já em 2017, com a diversificação, foram vendidos cacau, cravo-da-índia, látex, hortaliças, frutas e ovos de galinha caipira. Hoje, a colheita da família, além de servir para a subsistência, é disputada na feirinha de agricultores de Piraí do Norte. Lá, Lourdes vende ainda bolos de aipim e de puba que prepara com os ingredientes que colhe em casa. *"Também faço encomendas aqui na região. Quando chego na feira, vendo tudo rapidinho!"*, lembra ela.

O sucesso se deve a um diferencial: o manejo agrícola orgânico e a gestão de propriedade. Para aparar o mato, são usadas roçadeiras, nada de veneno. *"Antigamente quase não se via roçadeiras por aqui. Hoje, as pessoas já estão começando a ter a consciência de que o veneno mata o solo"*, conta Arival. O produtor também faz o próprio adubo, orgânico. *"Aqui não entram químicos. Meus filhos antes não acreditavam que isso daria certo, mas já perceberam o quanto a minha produção está aumentando dessa forma. Eles já estão começando a se interessar pelo manejo orgânico"*, comenta.

Prática: Planejamento Integrado da Propriedade

Uma propriedade rural é parte de um ecossistema modificado pela ação humana e que deve ser visto tanto em seus componentes individuais como pelo conjunto das partes que se interagem e se adaptam em constantes processos de mudanças. Transformar uma propriedade para torná-la mais produtiva requer planejamento sob a ótica de um negócio com a visão de desenvolvimento sustentável e integrado.

A necessidade de planejamento vale tanto para grandes propriedades quanto para as pequenas, típicas da agricultura familiar, um segmento expressivo que compõe cerca de 77% dos estabelecimentos rurais do país, segundo o *Censo Agropecuário* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A realidade não é diferente no Baixo Sul da Bahia. Com forte potencial para a produção agropecuária, dotado de riquezas naturais e clima propício para o plantio de diversas culturas tropicais, mais de 50% dos cerca de 285 mil habitantes da região residem na zona rural, boa parte tendo como principal fonte de renda a agricultura familiar.

Nessa perspectiva, o agricultor deve assumir seu papel como um empresário do campo que necessita de aparatos para bem gerir seu negócio. No volume um do livro Sobreviver, crescer e perpetuar, de 1983, Norberto Odebrecht explica que "No mundo empresarial, o sucesso decorre da correta escolha entre prioridades, da concentração nessas prioridades e, sobretudo, do impacto advindo de transformar tais prioridades em resultados".

A Prática do Planejamento Integrado da Propriedade (PIP) tem por objeto orientar a gestão de propriedades rurais para melhoria da produtividade segundo critérios de sustentabilidade.

Essa Prática consiste em um documento técnico preparado em conjunto com o agricultor, contendo informações sobre a situação do imóvel antes do início das atividades, o *Plano de Adequação Ambiental e Produtivo*. Este é composto por Mapa de Uso e Ocupação da Terra, relatório ambiental e produtivo da propriedade, informações sociais da família, cronograma de atividades e metas, levando em consideração desejos e expectativas do proprietário e da família.

A preparação do PIP ocorre com uso de geotecnologias que auxiliam o produtor a ter uma visão dinâmica da propriedade e de seu entorno, contemplando informações geográficas, ambientais, produtivas, sociais e econômicas. Com a aplicação da Prática, o agricultor passa a ser empresário do seu negócio com consciência ambiental visando tanto o aumento de renda quanto a sustentabilidade das atividades e da propriedade integrada ao ecossistema regional.

Assim, é possível conhecer o território a partir de um diagnóstico que determina suas especificidades, identifica pontos de melhoria que contribuem para a qualidade de vida da família e potencializa o desempenho da propriedade.

O PIP está em alinhamento com as prioridades da Organização das Nações Unidas (ONU), manifestadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme o quadro a seguir.

Ficou com dúvida em algum termo? **Consulte nosso Glossário.**

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
2	ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição; e promover a agricultura sustentável.	Contribuir para aumentar a renda e produtividade dos agricultores familiares; e garantir a adoção de sistemas sustentáveis de produção, ajudando a manter ecossistemas e fortalecendo a capacidade de adaptação às mudanças climáticas.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Planejamento Integrado da Propriedade

1. Mapeamento Prévio da Paisagem
   - Definição do Território
   - Caracterização Física e Ambiental
   - Formação de Parcerias
   - Seleção da Propriedade
2. Diagnóstico Socioambiental e Econômico da Propriedade
   - Aplicação de Formulário Socioambiental e Produtivo
   - Levantamento das Informações Geográficas da Propriedade
3. Análise e Processamento dos Dados
   - Caracterização do Uso e Ocupação da Terra
   - Análise e Interpretação Ambiental
   - Elaboração do Mapa de Uso Atual da Terra com Análise Ambiental
   - Cálculo do Barômetro da Sustentabilidade
4. Construção do Plano de Adequação Ambiental e Produtiva
   - Elaboração do PIP
   - Leitura e Interpretação
5. Devolutiva ao Proprietário

* Informações importantes

Equipe envolvida: um engenheiro agrônomo ou florestal, um técnico agrícola ou agropecuário e um coordenador (engenheiro agrônomo ou florestal).
Requisitos legais: Normas Técnicas da Cartografia Nacional (Decreto n° 89.817, de 20 de junho de 1984) e Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651, de 25 de maio de 2012).
Tempo estimado: média de cinco dias, considerando uma propriedade de até 40 hectares.
Público-alvo: produtores rurais, em sua maioria agricultores familiares.

Prática: Saneamento Ambiental em Quintais Produtivos

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2013, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 31 milhões de pessoas vivem no campo e em comunidades isoladas no Brasil. Dessas, apenas 22% têm acesso a serviços adequados de saneamento básico.

Na zona rural do Baixo Sul da Bahia, onde reside mais da metade da população da região, são precárias as condições dos serviços de saneamento. Segundo o último censo do IBGE, a rede geral de esgoto atende uma pequena fração da população rural nos 11 municípios onde o PDCIS concentra sua atuação. Boa parte das famílias nessa região não tem uma forma de tratar o efluente sanitário, conforme ilustra o gráfico na página ao lado.

Sem destinação correta, os resíduos domésticos muitas vezes acabam a céu aberto no fundo das casas, representando uma ameaça à saúde da família e ao meio ambiente. Não tratado, o esgoto sanitário renova diariamente a contaminação do solo, das águas superficiais e subterrâneas. Consequentemente, o quintal, que seria uma área social e produtiva para a família, torna-se uma zona de risco. A saúde pública também é prejudicada, pois as pessoas passam a ser também focos de contaminação fora do ambiente familiar.

Para melhorar as condições de saneamento no campo, o Brasil criou, em dezembro de 2019, o Programa Saneamento Brasil Rural (Portaria nº 3.174/MS), estabelecendo estratégias e diretrizes para implementar ações de saneamento nas áreas rurais a partir da articulação de diversos atores, como organizações da sociedade civil, iniciativa privada e poder público.

A busca por melhorias sanitárias para a população do campo foi a motivação para criar a Prática Saneamento Ambiental em Quintais Produtivos. Essa Prática visa adequar o tratamento e o destino do esgoto das residências em propriedades rurais, reduzindo a poluição dos mananciais de água e melhorando a qualidade de vida das famílias beneficiadas ao conciliar um ambiente saudável, produtivo, sustentável, conservando os recursos naturais.

A adequação é desenvolvida em duas etapas:

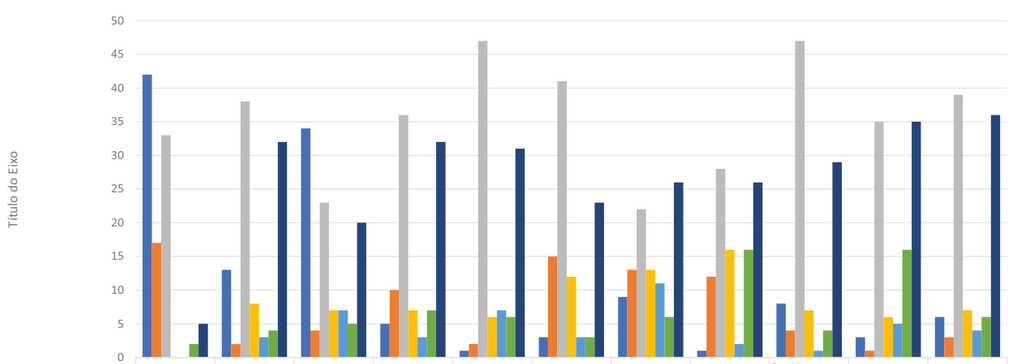
1. Instalação de fossas sépticas ecológicas nos quintais de pequenas propriedades rurais do Baixo Sul, onde é comum o lançamento superficial do esgoto *in natura*. A Prática pressupõe a existência de pelo menos um banheiro já construído na casa, visto que a adequação não contempla a construção de tal cômodo;
2. Ressignificação desses quintais com a Implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF) – modo de plantio que combina culturas agrícolas com espécies arbóreas e não utiliza agrotóxicos – associados à instalação de fossas sépticas ecológicas para torná-los novamente produtivos e a serviço dos agricultores familiares.

Consulte a página 158 para entender a Prática da Implantação de SAFs.

Vale saber!

As fossas sépticas foram inspiradas em um modelo de saneamento rural cuja tecnologia social foi desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Caratinga (MG) e certificada, em 2011, pela Fundação Banco do Brasil.

Residências da zona rural – Baixo Sul da Bahia (municípios de atuação do PDCIS)



	Cairu	Camamu	Ibirapitanga	Igrapiúna	Ituberá	Maraú	Nilo Peçanha	Piraí do Norte	Presidente Tancredo Neves	Taperoá	Valença
Rede geral de esgoto	42	13	34	5	1	3	9	1	8	3	6
Fossa Séptica	17	2	4	10	2	15	13	12	4	1	3
Fossa Rudimentar	33	38	23	36	47	41	22	28	47	35	39
Vala	0	8	7	7	6	12	13	16	7	6	7
Rio, lao ou mar	0	3	7	3	7	3	11	2	1	5	4
Outro escoadouro	2	4	5	7	6	3	6	16	4	16	6
Não tinham	5	32	20	32	31	23	26	26	29	35	36

**Dados registrados em porcentagem e referentes às comunidades da zona rural dos munícipios.*

Mas como funciona a Prática?

De baixo custo e fácil instalação, o modelo das fossas sépticas ecológicas consiste em um sistema vedado ao contato por onde passa o esgoto a ser tratado antes de ser infiltrado no solo. Desse modo, evita-se os riscos de contaminação das pessoas, dos solos, das águas superficiais e do lençol freático. Esse sistema simplificado é composto por três bombonas plásticas, colocadas em sequência e interligadas por tubos, onde ocorrem, em cada uma, processos químicos e biológicos que irão naturalmente fazer o tratamento dos resíduos humanos. Os efluentes já tratados são lançados para infiltração no solo, servindo de nutrientes para plantas, sem riscos de contaminação ambiental.

Por meio da tubulação que conecta o banheiro à fossa, os dejetos são depositados no fundo da primeira bombona, onde microrganismos fazem a decomposição biológica do esgoto sanitário. Nesse processo, são gerados gases, que são liberados para a atmosfera por meio de uma válvula instalada na tampa da bombona.

Na sequência da primeira bombona, a parte líquida dos esgotos em tratamento passa às demais bombonas onde ocorre a continuação dos processos biológicos de tratamento. Ao sair da terceira bombona, o líquido é encaminhado para o sumidouro, local escavado e preenchido com materiais resistentes como cascalhos e pedras, que permitem a lenta infiltração da água e a retenção de sedimentos. Ao redor do sumidouro, são plantadas bananeiras e/ou plantas folhosas que completam o ciclo de tratamento e reuso da água por evapotranspiração.

Além da instalação da fossa séptica ecológica, a adequação do quintal contempla a implantação do SAF. Nessa área, é recomendado o plantio e manejo de espécies frutíferas com alto valor econômico e nutricional agregado, contribuindo para a alimentação diária, incremento de renda com a venda dos excedentes e proteção do solo e das águas. A equipe técnica também orienta as famílias para realizar a separação e destino dos resíduos sólidos domésticos, deixando o ambiente ainda mais apropriado à vida saudável.

Uma vez livre da contaminação pelo esgoto *in natura*, e novamente produtivo, o quintal assume seu papel econômico e sanitário para a zona rural, contribuindo como espaço saudável para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

Vale saber!

Para esse sistema, é indicado utilizar espécies de plantas conhecidas como "folhosas", que facilitam a evapotranspiração e completam o ciclo de tratamento após a passagem pelas bombonas. Nessa Prática, as bananeiras foram escolhidas pois são uma cultura tradicional do Baixo Sul da Bahia, de fácil aquisição, produzem alimentos e promovem de forma eficiente o processo de evapotranspiração.

Ter uma correta destinação e tratamento dos efluentes sanitários domésticos é um direito humano reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Não por acaso, o tema está contemplado nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU, conforme ilustra o quadro a seguir.

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
2	ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome; alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição; promover a agricultura sustentável.	Contribuir para o aumento da produtividade agrícola e da renda de pequenos produtores rurais.
6	ODS 6 – Água potável e saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.	Alcançar o acesso a saneamento e processos adequados de higiene.

Ficou com dúvida em algum termo?
Consulte nosso Glossário.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Saneamento Ambiental em Quintais Produtivos

1. Mobilização da Comunidade
   - Formação de Parcerias
   - Adesão e Seleção de Beneficiários
2. Diagnóstico Socioambiental e Econômico da Propriedade
   - Coleta de Dados
   - Elaboração de Relatório
3. Área de Intervenção
   - Demarcar a Área do Quintal Produtivo
   - Contagem de Espécies
   - Coleta de Solo para Análise
   - Definir o Local de Implantação da Fossa
4. Instalação da Fossa Séptica Ecológica
   - Aquisição do Material
   - Montagem
   - Tratamento dos Resíduos Sólidos Domésticos
5. Implantação da Área Produtiva
6. Monitoramento
7. Avaliação de Custos

Informações importantes

Equipe envolvida: um coordenador (engenheiro agrônomo ou florestal) e dois técnicos de campo (agrícola ou agropecuário).
Requisitos legais: não se aplica. Referência para conhecimento: Programa Saneamento Brasil Rural (Portaria n° 3.174/MS).
Tempo estimado: aproximadamente um mês para a conclusão de todas as etapas, considerando a implantação do SAF.
Público-alvo: produtores rurais – ênfase: agricultores familiares.

Prática: Projeto de Carbono

Deslocar-se utilizando um carro em vez de transporte coletivo no ambiente urbano ou usar o ar condicionado em vez de ventilação natural em escritórios e residências são exemplos de atividades humanas rotineiras que levam a emissões de carbono. Dessa forma, a queima de derivados de petróleo contribui para o aquecimento global.

É nesse contexto que surge a Prática Projeto de Carbono – uma das propostas desenvolvidas no âmbito do PDCIS para mitigar os efeitos decorrentes dessas atividades que influenciam nas mudanças climáticas. O Projeto de Carbono se divide em duas Práticas com processos independentes: Créditos de Carbono para o Mercado Voluntário e Neutralização de Carbono, que possibilitam que pessoas físicas, empresas ou até mesmo eventos compensem suas emissões de dióxido de carbono (CO_2) – popularmente conhecido como gás carbônico – por meio do reflorestamento ou pela compra de créditos de carbono verificados.

Mas por que compensar o gás carbônico emitido?

O CO_2 é um dos Gases de Efeito Estufa (GEEs) presentes naturalmente na composição da atmosfera terrestre. A partir da queima de combustíveis fósseis – como petróleo, carvão e gás natural – e do desmatamento, o gás carbônico passa a ser emitido de forma mais significativa. Inúmeros estudos científicos sobre as mudanças climáticas têm demonstrado reiteradamente o aumento continuado da concentração de CO_2 na atmosfera, atingindo recentemente a marca recorde de 400 partes por milhão (ppm).

O efeito estufa é um fenômeno natural de aquecimento térmico da Terra que mantém as temperaturas em condições ideais para que haja vida no planeta. No entanto, o aumento continuado das concentrações de GEEs, e sobretudo do CO_2, causa intensificação desse efeito e, consequentemente, o aumento do aquecimento global.

O aumento das temperaturas pelo efeito estufa gera desequilíbrio no sistema climático da Terra e pode provocar fenômenos como elevação do nível médio dos oceanos, extinção de espécies da fauna e flora, aumento da frequência de eventos extremos como tempestades, furacões e mudanças no regime de chuvas.

O quadro das mudanças climáticas aciona um alerta para países e empresas acerca da necessidade de adotar medidas para combater a tendência de aumento do CO_2, mitigar danos e fazer adaptações para conviver com as mudanças inevitáveis. Como resultado dos compromissos globais firmados em diversas convenções do clima, a exemplo do Acordo de Paris em 2015, foram propostas diversas iniciativas com objetivo de minimizar o impacto das ações humanas causadoras dessas alterações climáticas.

Uma das iniciativas propostas surgiu por ocasião da assinatura na convenção do clima, de 1997, em documento conhecido como *Protocolo de Quioto*, quando foi criado o conceito dos créditos de carbono. Estes representam uma unidade de medida equivalente a uma tonelada de gás carbônico que foi retirada ou deixou de ser emitida na atmosfera. Assim, os créditos são utilizados para calcular a redução de GEEs e têm valor de mercado, pois podem ser adquiridos nos chamados "mercados de carbono".

- Se uma empresa ou nação não cumpriu sua meta de redução de GEEs estabelecida em compromisso ou em lei, pode comprar Créditos de Carbonos de terceiros e, assim, abater do total de CO_2 emitido.

Os créditos de carbono têm aplicação global, pois a redução de GEEs pode ser feita de forma independente do local de sua geração. Na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), a diminuição dos efeitos das mudanças climáticas tem destaque nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme ilustra o quadro a seguir:

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
13	ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.	Reforço de conscientização acerca da necessidade de mitigar danos ambientais; promover mecanismos para a compensação das emissões de gases de efeito estufa.

Entenda o que são os Projetos de Carbono

Essa é uma iniciativa com objetivo de gerar um crédito na forma de emissões equivalentes de CO_2 por meio do reflorestamento de áreas degradadas em propriedades rurais. Reflorestar, sob a ótica dos Projetos de Carbono, significa retirar carbono da atmosfera em atividade que pode ser certificada, gerando assim Créditos de Carbono Certificados para o Mercado Voluntário. Após auditado e certificado por entidades credenciadas, os créditos podem ser comercializados entre empresas e organizações para compensar as emissões de GEEs.

A iniciativa de Neutralização de Carbono utiliza o mesmo conceito do Crédito de Carbono, pois gera créditos a partir do reflorestamento. Nesse caso, pessoas físicas, jurídicas ou organizadores de eventos estimam a geração de emissões que desejam neutralizar ao que denominam de pegada de carbono de uma determinada atividade ou evento. A partir da estimativa da pegada, o interessado adquire o crédito que equivale a um determinado número de árvores a ser plantadas para a captura do CO_2 equivalente.

Vale saber!

Compensação Ambiental está definida no Artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/2000. É um mecanismo legal utilizado para que empresas retornem e minimizem impactos causados no meio ambiente a partir de suas atividades.

A neutralização culmina em uma campanha de caráter educativo realizada em ambiente digital, na qual é possível calcular a pegada de carbono e estimar o número de árvores necessárias para sua compensação. Então, quem realizou o cálculo pode escolher como prosseguir fazendo:

- O plantio de forma independente, quando e onde quiser;
- A neutralização por meio da campanha. Se essa for a opção, é emitido um boleto cujo valor equivale ao custo da aquisição, plantio e cultivo das mudas necessárias para o reflorestamento. Este ocorre preferencialmente ao redor de áreas de nascentes degradadas em propriedades de pequenos produtores rurais do Baixo Sul da Bahia.

Ficou com dúvida em algum termo?
Consulte nosso Glossário.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Projeto de Carbono – Créditos de Carbono para o Mercado Voluntário

1. Validação do Território → Escolher uma Entidade Certificadora → Inventário da Área
2. Comercialização do Crédito → Abertura de Conta → Contrato com o Comprador → Transferência dos Créditos
3. Ciclo de Certificação

Informações importantes

Equipe envolvida: comunicólogo; engenheiro agrônomo ou florestal, técnico agrícola ou agropecuário; profissional da área administrativa; e coordenador geral (engenheiro agrônomo ou florestal).
Requisitos legais: conhecer os critérios determinados pela agência de proteção ambiental reguladora escolhida e o Código Florestal.
Tempo estimado: cerca de 18 meses para ser realizada a certificação dos créditos. Para gerá-los na área reflorestada, considera-se o tempo total de 30 anos, ou seja, o período em que a planta está se formando.
Público-alvo: qualquer empresa nacional ou internacional que tenha interesse em adquirir os Créditos de Carbono.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Projeto de Carbono – Neutralização de Carbono

1. Definir Metodologia
   - Criar Calculadora para Cálculo da Pegada de Carbono
   - Definir Ambiente de Hospedagem da Calculadora
   - Emitir Certificado
2. Definir Perfis
   - Definir Perfil da Área de Atuação
   - Definir a Propriedade
3. Campanha de Divulgação e Sensibilização
   - Apurar o Perfil do Proprietário
   - Elaborar o Material de Comunicação
   - Divulgação
4. Implementação
   - Planejamento da Intervenção
   - Plantio das Mudas e Manutenção
5. Retorno para o Investidor Voluntário

Informações importantes

Equipe envolvida: comunicólogo; engenheiro agrônomo ou florestal, técnico agrícola ou agropecuário; profissional da área administrativa; e coordenador geral (engenheiro agrônomo ou florestal).
Requisitos legais: necessário estar atento ao Código Florestal.
Tempo estimado: algumas variáveis são consideradas:

- Como é um processo voluntário, pode variar o período de captação das neutralizações necessárias para adquirir as mudas para recuperação de cada área.
- Interferência da condição econômica do país.
- Tempo para plantio, entendendo as condições do clima e a quantidade de pessoas envolvidas no reflorestamento.
- Período de acompanhamento da área a ser reflorestada, cujo padrão é de dois anos.

Público-alvo: qualquer pessoa física, jurídica ou evento que, de forma voluntária, escolha neutralizar suas emissões de CO_2.

Prática: Pagamento por Serviço Ecossistêmico

Os serviços prestados pelos ecossistemas estão na base de toda a atividade humana, que depende da manutenção da vitalidade desses ecossistemas como condição imprescindível ao almejado desenvolvimento sustentável. Assim, dependemos das águas e de sua qualidade para os ecossistemas aquáticos, da regulação do clima que viabiliza nossa presença em todos os continentes, do equilíbrio de composição da atmosfera, e da vegetação que protege o solo e influencia o ciclo da água na natureza, entre outros exemplos.

De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica (CDB), o termo ecossistema pode ser definido como "complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais e de microrganismos e seu meio inorgânico que interagem como uma unidade funcional" – ou seja, um todo integrado que chamamos de natureza. Subdivididos em marinhos, como oceanos e costas, e terrestres, como florestas, áreas de cultivo, rios e campos, ecossistemas conservados e bem manejados são uma garantia de acesso a recursos e a condições necessários à vida humana. São esses recursos e condições colocados à disposição das pessoas e de suas organizações que chamamos de Serviços Ecossistêmicos.

Nesse sentido, a Prática do Pagamento por Serviços Ecossistêmicos (PSE) é um instrumento econômico inovador e voluntário que busca recompensar pessoas e organizações por adotarem soluções de conservação e recuperação dos ecossistemas, mantendo ou incrementando a qualidade do fornecimento de um serviço ecossistêmico. Na zona rural, o PSE tem aplicação ao remunerar produtores que adotam práticas conservacionistas e protegem nascentes, formações florestais, zonas de recarga de água subterrânea, entre outros ativos ecossistêmicos. De acordo com o pesquisador alemão Sven Wunder, é possível definir esse instrumento como:

Uma transação voluntária, na qual, um serviço ambiental bem definido ou um uso da terra que possa assegurar este serviço é comprado por, pelo menos, um comprador de, pelo menos, um provedor, sob a condição de que o provedor garanta a provisão deste serviço – a condicionalidade (WUNDER, 2005).

Como instrumento econômico, o PSE tem destaque pelo seu potencial de apoiar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, e por trazer melhorias na qualidade de vida de produtores rurais que dependem economicamente do uso sistemático desses recursos. No Brasil, o Código Florestal instituiu programas de apoio e incentivo à conservação, permitindo que seja estabelecido o pagamento, monetário ou não, às atividades geradoras de serviços ecossistêmicos.

O conceito do modelo PSE é de um mecanismo econômico de conservação e recuperação da natureza, que funciona a partir da relação entre provedor/recebedor e beneficiário/pagador. Nesse conceito, o produtor rural é provedor do serviço ambiental e recebedor do pagamento, ao passo que o beneficiário ou usuário do serviço ambiental – que pode ser a sociedade em geral, iniciativa privada e/ou órgãos públicos – é quem paga por meio da valoração financeira ou de outras formas.

Por suas potencialidades, o PSE pode ser considerado um mecanismo promissor aplicável à resolução de problemas de usos dos recursos hídricos em bacias hidrográficas.

A região de atuação do PDCIS no Baixo Sul da Bahia é marcada pelas riquezas naturais de suas bacias hidrográficas e pela predominância do bioma Mata Atlântica. Com regime pluviométrico regular, essa região compõe um mosaico de Áreas de Proteção Ambiental (APA), sendo constituída por cinco delas: Guaibim, Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, Tinharé/Boipeba, Baía de Camamu e Pratigi. A APA do Pratigi abriga uma das maiores biodiversidades dessa rica região, e possui uma rede de drenagem formada por dez sub-bacias que compõem a Bacia Hidrográfica do Recôncavo Sul da Bahia.

A Prática do PSE no âmbito do PDCIS é um instrumento de apoio à gestão dos recursos hídricos, que incentiva sua conservação e modos de uso da terra aliados aos conceitos da agricultura sustentável. Os provedores-recebedores, na grande maioria, são agricultores familiares do Baixo Sul, remunerados por suas atividades de produção com práticas conservacionistas como a proteção de nascentes, o controle da erosão e da poluição hídrica.

Por meio de suas instituições parceiras, o PDCIS incentivou e apoiou a implantação da política municipal de PSE no município de Ibirapitanga em 2014, um dos 11 municípios do Baixo Sul e o primeiro do estado da Bahia a aprovar uma lei específica para o PSE com foco na gestão de recursos hídricos. A legislação oferece aos agricultores beneficiados orientação e apoio financeiro para o planejamento integrado de suas propriedades.

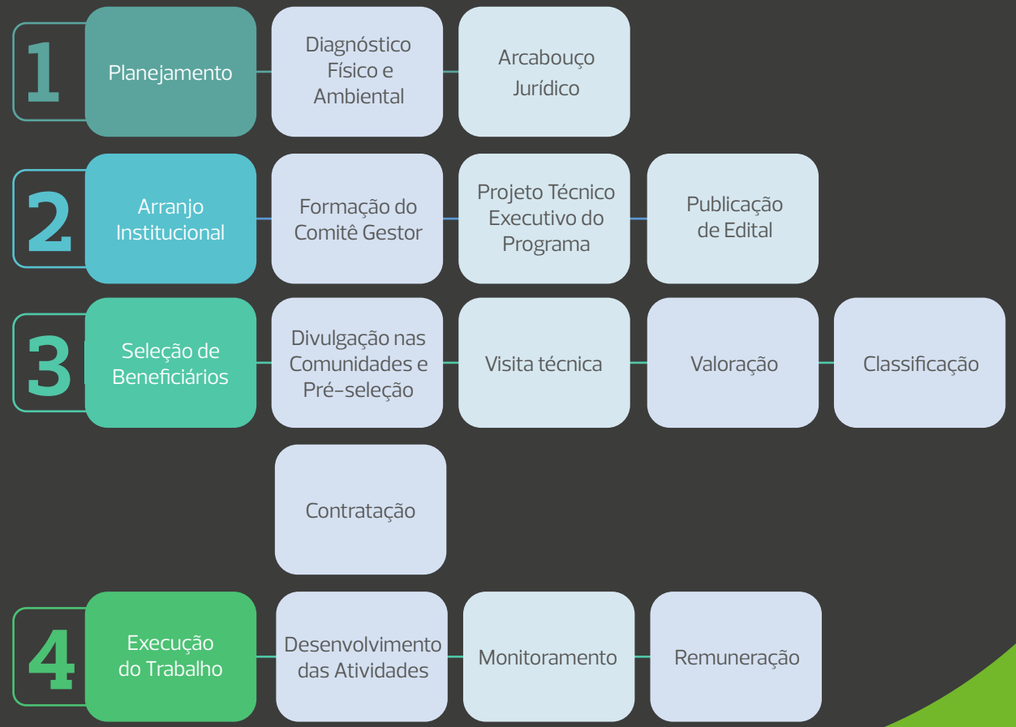
Promover uma agricultura mais sustentável, como foco na conservação dos recursos hídricos e melhorar a renda de pequenos produtores rurais, tem respaldo nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme indica o quadro a seguir.

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
2	ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição; e promover a agricultura sustentável.	Aumentar a renda de produtores rurais a partir da adoção de práticas sustentáveis.
6	ODS 6 – Água potável e saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.	Melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição; apoiar na implementação da gestão dos recursos hídricos; e fortalecer a participação das comunidades nos processos de gestão da água.
13	ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.	Contribuir para a educação e conscientização ambiental de pequenos produtores rurais; e promover mecanismos que colaborem para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.
15	ODS 15 – Vida terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres; gerir de forma sustentável as florestas; combater a desertificação; deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.	Promover ações de conservação, recuperação e uso sustentável dos ecossistemas; implementar uma gestão sustentável das florestas; e mobilizar recursos para financiar o manejo florestal sustentável.

? Ficou com dúvida em algum termo? **Consulte nosso Glossário.**

PASSO A PASSO – Fluxograma

Pagamento por Serviços Ecossistêmicos



Informações importantes

Equipe envolvida: engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas. A quantidade varia de acordo com o número de agricultores no Programa.
Requisitos legais: Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012); Decreto nº 15.180, de 2 de junho de 2014 (Bahia); e Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Além disso, é importante a formulação de uma lei municipal determinando orçamento para suportar a ação.
Tempo estimado: média de três anos para acompanhamento do PSE.
Público-alvo: agricultores familiares.

Prática: Restauração Florestal

O *Relatório Anual do Desmatamento no Brasil*, elaborado em 2019 pela iniciativa multi-institucional MapBiomas, mostra haver no Brasil 1,2 milhões de hectares de áreas desmatadas sem função socioeconômica ou ecológica.

A vegetação nativa está protegida pela legislação nacional, conforme o Código Florestal (Lei nº 12.651 de 2 de maio de 2012), que trata de temas como:

- Normas gerais de proteção da vegetação, Áreas de Proteção Permanente (APP) e Reserva Legal;
- Exploração florestal;
- Suprimento de matéria-prima florestal;
- Controle da origem de produtos florestais;
- Controle da prevenção de incêndios; e
- Previsão de instrumentos econômicos e financeiros para os objetivos traçados.

No Baixo Sul da Bahia, onde a Fundação Norberto Odebrecht atua com o PDCIS, a Prática da Restauração Florestal contribui para recomposição de áreas degradadas e/ou com vegetação inadequada, de acordo com o Código Florestal. Segundo o Código, essas áreas são protegidas, cobertas ou não pela vegetação nativa, e têm a função ambiental de preservar recursos hídricos, a paisagem, conferir estabilidade ecológica, promover a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico da fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das pessoas. A legislação determina ser obrigação do proprietário ou responsável da área recompor as APPs quando a vegetação houver sido suprimida.

No âmbito do PDCIS, as iniciativas de restauração florestal ocorrem prioritariamente junto às APPs hídricas em nascentes e matas ciliares degradadas e/ou com uso inadequado, localizadas em propriedades de agricultores familiares locais.

A restauração pode ser realizada a partir de diferentes métodos, conforme estipulado na Resolução nº 429, de 28 de fevereiro de 2011, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). No âmbito do PDCIS, são consideradas quatro metodologias de restauração:

1. Regeneração natural de espécies nativas – Consiste na restauração florestal segundo processos (ecológicos) naturais. Aplica-se a áreas com alta densidade e diversidade de plantas nativas regenerantes, incluindo rebrotas. São áreas geralmente próximas a remanescentes de vegetação nativa, com solo pouco compactado e baixa presença de espécies invasoras como gramíneas. A intervenção nesse caso compreende apenas o isolamento da área para eliminar fatores de degradação;
2. Plantio de mudas de espécies nativas em área total – Consiste em plantar mudas, em toda a área, de forma sistemática, em linhas, e com espaçamentos diversos. A densidade de plantio pode variar em função do relevo, do tipo de vegetação a ser restaurada e da velocidade com que se deseja recobrir o solo;
3. Nucleação com plantio de mudas e manejo de regenerantes – Consiste no plantio de mudas nativas em área parcial da faixa marginal de nascentes e rios, formando "ilhas" ou núcleos com espaçamento predeterminado, cada um formado por cinco mudas. Assim, entre os núcleos ocorre a regeneração natural, facilitando a ocupação dessa área por outras espécies. Nesse método, são combinadas técnicas de plantio e regeneração natural; e
4. Atividades de manejo agroflorestal sustentável – Representa a adoção de técnicas que combinam o cultivo de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, exóticas com nativas. Nesse ponto, segundo o Código Florestal, deve-se utilizar 50% de espécies lenhosas nativas. A Implantação de Sistema Agroflorestal (SAF) é um exemplo desse método – *Saiba mais sobre essa Prática e entenda suas etapas na página 158.*

O método é escolhido em função do estado em que a APP se encontra, considerando o grau de intervenção para restaurar o que foi degradado e os critérios ecológicos do local, incluindo fatores como estágio de degradação, características da vegetação natural e a área do imóvel rural. Além disso, aspectos como custo operacional influenciam na decisão da metodologia a ser utilizada. Como método de restauração florestal, a Prática tem como objetivos promover conexões com fragmentos florestais nativos, formar corredores ecológicos na paisagem; aumentar a cobertura florestal; contribuir para a mitigação das mudanças climáticas pela captura do carbono; e melhorar a quantidade e qualidade dos recursos hídricos na bacia hidrográfica.

Ao atuar com pequenos produtores rurais na adoção de boas práticas de conservação ambiental e despertar-lhes a consciência acerca da necessidade de conservar e recuperar os recursos naturais, a Prática da Restauração Florestal se articula com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme indica o quadro a seguir.

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
2	ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição; e promover a agricultura sustentável.	Contribuir para aumentar a produtividade e renda de pequenos agricultores familiares; e viabilizar a adoção de sistemas sustentáveis de produção de alimentos, que ajudem a manter os ecossistemas.
12	ODS 12 – Consumo e produção responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.	Apoiar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.
13	ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.	Melhorar a educação de produtores rurais quanto à capacidade humana sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.

Ficou com dúvida em algum termo? **Consulte nosso Glossário.**

PASSO A PASSO – Fluxograma

Restauração Florestal

1. Diretrizes Iniciais
   - Mapeamento Prévio da Paisagem
   - Formação de Arranjo Institucional
   - Mobilização da Comunidade
   - Adesão de Beneficiários
2. Identificação e Diagnóstico Ambiental
   - Avaliação da APP em Nível de Degradação
   - Análise Ambiental
3. Execução do Projeto Técnico
   - Delimitação da Área de Intervenção
   - Metodologias de Restauração
   - Entrega da Área
4. Monitoramento

Informações importantes

Equipe envolvida: um coordenador (formação em engenharia agronômica ou agroflorestal), um técnico em agropecuária com experiência em restauração florestal e quatro auxiliares/trabalhadores rurais.
Requisitos legais: Código Florestal Brasileiro; Resolução n° 429, de 28 de fevereiro de 2011, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama); Decreto n° 15.180, de 2 de junho de 2014, do estado da Bahia.
Tempo estimado: é estimado de acordo com a metodologia escolhida para restauração, podendo variar de um dia (método da Regeneração Natural de Espécies Nativas) a quatro anos (método da Implantação de Sistema Agroflorestal – SAF).
Público-alvo: agricultores familiares.

Prática: Implantação de Práticas Agroecológicas

Separar as melhores sementes. Observar as condições climáticas. Preparar o solo. Plantar. Colher. Práticas agrícolas como essas acompanham a humanidade ao longo das eras. No entanto, conforme pontuam Marcel Mazoyer e Laurence Roudart no livro *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*, toda agricultura se transforma com o passar do tempo e da evolução dos instrumentos humanos.

Estima-se que os primeiros sistemas de cultivo e criação surgiram no período Neolítico há cerca de 10 mil anos, realizados próximos a pontos de moradia e rios. A partir de então, a agricultura passou a se expandir para o mundo, vda de diferentes formas e com a inserção de maquinários e insumos capazes de potencializá-la.

Após a Segunda Guerra Mundial, a agricultura viveu uma de suas mais marcantes transformações: a Revolução Verde, que impulsionou a produção com a disseminação de novas tecnologias em muitos países, incluindo o Brasil. Ao início do século XX, a população mundial, crescendo devido aos avanços da medicina e do saneamento, atingia 1,6 bilhões de pessoas. No final do mesmo século, esse número chegava a 6,1 bilhões de habitantes. Era necessário repensar novas formas de produzir mais alimentos.

A modernização iniciada a partir da Revolução Verde consistiu em introduzir maquinários, insumos e técnicas que permitiram aumentar a produtividade no campo. A adoção de sementes modificadas em laboratório, mais resistentes a pragas e doenças, motivou o uso intensivo de fertilizantes sintéticos. Somado a isso, as empresas de produtos químicos, responsáveis pelo abastecimento da indústria bélica dos Estados Unidos, voltaram sua atenção para estimular a produção e o uso de agrotóxicos como herbicidas, fungicidas e inseticidas no combate e na prevenção de pragas agrícolas.

A intensificação da agricultura, no entanto, trouxe consequências severas ao meio ambiente. Ampliaram-se as questões relacionadas à disponibilidade e qualidade da água, poluição do ar, desequilíbrio ecológico e problemas à saúde humana, como câncer, disfunções neurológicas e sexuais, distúrbios de comportamento, má-formação fetal e infertilidade. Ainda assim, o uso desses produtos manteve uma tendência que cresce ao longo dos anos. De acordo com dados de 2019 da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Brasil é um dos países que mais gasta com agrotóxicos no mundo.

A agricultura agroecológica é uma das alternativas para produzir de forma ambientalmente menos agressiva. A Implantação de Práticas Agroecológicas, nesse contexto, visa mostrar ao produtor, por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural, que é possível plantar com sustentabilidade. Essas Práticas adotam produtos orgânicos capazes de aumentar a produtividade sem agredir o meio ambiente ou causar mal à saúde humana, colaborando ainda para a conservação do solo e da água. Atenta ao desafio global de preservação dos recursos naturais, a Implantação de Práticas Agroecológicas está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme ilustra o quadro a seguir.

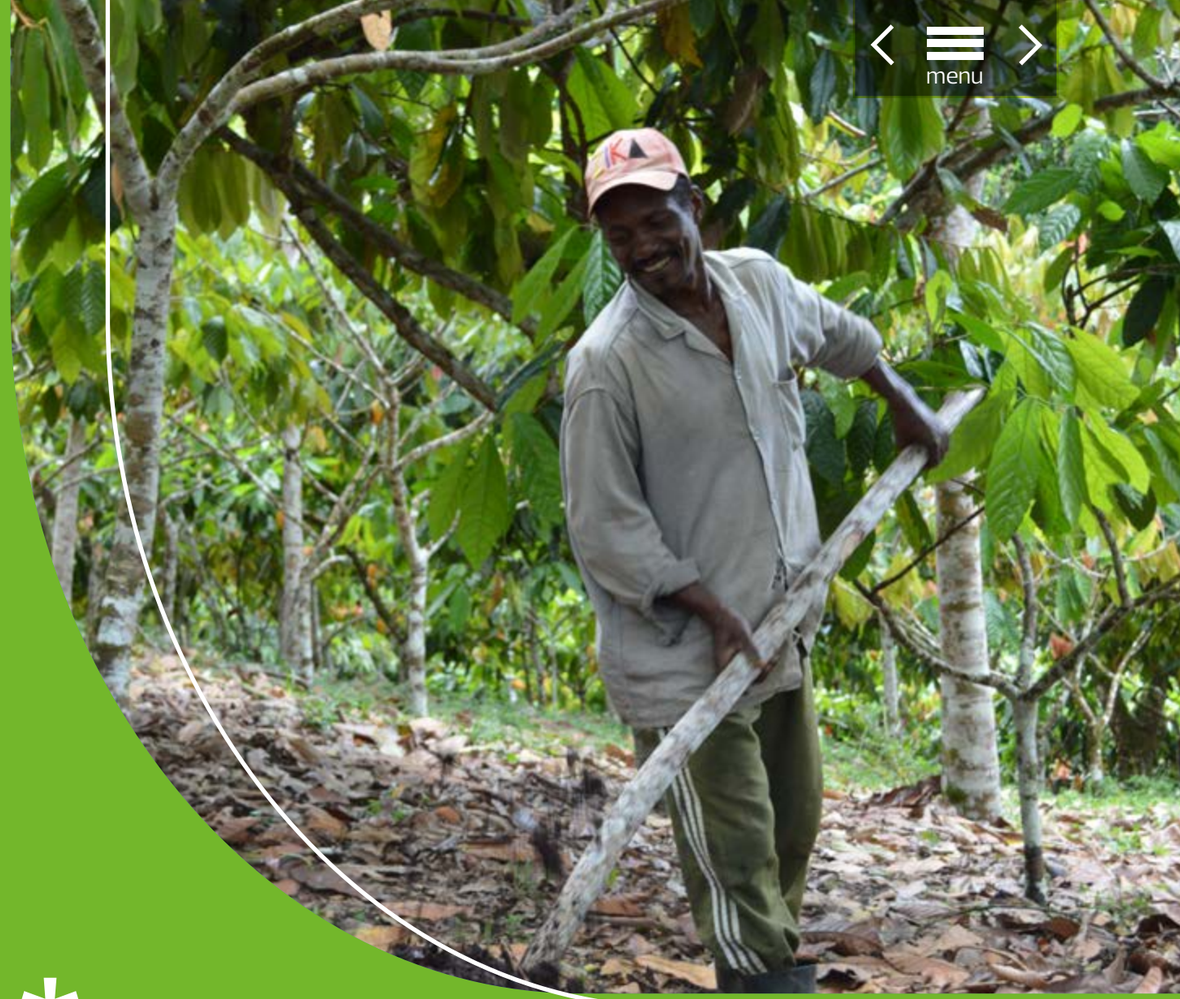
Ficou com dúvida em algum termo?
Consulte nosso Glossário.

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
2	ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome; alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição; e promover a agricultura sustentável.	Estimular a adoção de sistemas sustentáveis de produção de alimentos, contribuindo para a conservação dos recursos naturais.
3	ODS 3 – Saúde e bem-estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.	Reduzir casos de doenças por conta do uso de produtos químicos perigosos, bem como a contaminação e poluição do solo, ar e água.
13	ODS 13 – Ação global contra a mudança do clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.	Trabalhar com os produtores rurais a conscientização quanto à importância de reduzir impactos ambientais.
15	ODS 15 – Vida Terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres; gerir de forma sustentável as florestas; combater a desertificação; deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.	Implementar uma gestão sustentável das propriedades rurais; deter a perda da biodiversidade.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Implantação de Práticas Agroecológicas

1. Planejamento
   - Selecionar Parceiros
   - Apresentação do Projeto à Comunidade
   - Diagnóstico Rápido Participativo
2. Alinhamentos com o Produtor Rural
   - Visita às Propriedades
   - Cadastro do Produtor
   - Planejamento Integrado da Propriedade
   - Regularização de Propriedades Rurais
3. Visitas Técnicas
   - Diagnóstico da Propriedade
   - Coleta de Solo para Análise
4. Adoção e Aplicação de Práticas Agroecológicas
   - Produtos
   - Técnicas Conservacionistas
5. Beneficiamento
6. Oficinas
7. Indicadores
8. Rede de Multiplicadores



Informações importantes

Equipe envolvida: para uma base de 500 produtores rurais assistidos com propriedades de até 20 hectares: um engenheiro agrônomo e oito técnicos em agropecuária.
Requisitos legais: Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei nº 12.188/10).
Tempo estimado: de três a cinco anos para realizar um trabalho de conscientização com a comunidade.
Público-alvo: agricultores familiares.

Prática: Implantação de Sistema Agroflorestal

Com cerca de cinco milhões de estabelecimentos rurais, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Dessa produção agrícola, estima-se que 70% do que é consumido diariamente nas mesas dos brasileiros venha da agricultura familiar, de acordo com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

Tradicionalmente, a região do Baixo Sul da Bahia – que concentra 50% da população na zona rural – é marcada pelo trabalho de pequenos produtores e suas famílias no cultivo de produtos que abastecem a região, assim como grandes redes varejistas.

Além da aptidão agrícola, a região apresenta rica biodiversidade, com predominância do bioma da Mata Atlântica e forte potencial hídrico que propicia condições favoráveis para o plantio de diversas culturas, como cacau, banana, aipim, abacaxi, cupuaçu e guaraná.

A partir da Prática Implantação de Sistema Agroflorestal (SAF), agricultores familiares beneficiados pelo Programa conduzido pela Fundação Norberto Odebrecht e instituições parceiras são estimulados a aproveitar ainda mais a aptidão agrícola do Baixo Sul, aumentando a diversidade da produção, com resultados no incremento de renda e propiciando melhores condições alimentares para as famílias.

O SAF é um tipo de manejo que combina o plantio de espécies agrícolas e florestais simultaneamente, em uma área comum, com ou sem a presença de animais, tornando-a mais produtiva. Utilizando culturas com variados tempos de colheita e respeitando a sucessão vegetal, esse Sistema tem características distintas dos demais tipos de plantio, pois é um modelo produtivo mais sustentável e com menor uso de insumos externos, a exemplo dos fertilizantes. Uma produção mais diversificada se reflete na melhoria da qualidade de vida das famílias e aumenta possibilidades de comercialização, minimizando riscos atrelados ao monocultivo, como flutuações de preços, perda de produção ou saturação de mercados.

Com a adoção de práticas agroecológicas desde o preparo da área, o SAF também beneficia a conservação ambiental, a exemplo de:

- Ambiente propício para a polinização, a partir da transferência das células reprodutivas de uma planta para a outra;
- Aumento de matéria orgânica no solo, melhorando suas condições físicas e químicas, e contribuindo para torná-lo mais fértil e produtivo;
- Proteção do solo contra a erosão;
- Melhor retenção da água no solo; e
- Redução do número de pragas e doenças.

Ficou com dúvida em algum termo?
Consulte nosso Glossário.

Desafios globais

A implantação de um SAF oferece ganhos sociais, econômicos e ambientais para o produtor e sua família. Além disso, é uma Prática que contribui para alcançar as metas propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme ilustra o quadro a seguir.

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
2	ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome; alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição; promover a agricultura sustentável.	Viabilizar o acesso a alimentos seguros e nutritivos o ano todo; aumentar a renda e a produtividade de pequenos agricultores; implementar um sistema sustentável de produção.
13	ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.	Reduzir o impacto ambiental da agricultura; conscientizar produtores sobre seus efeitos e o combate às mudanças climáticas.
15	ODS 15 – Vida Terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres; gerir de forma sustentável as florestas; combater a desertificação; deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.	Propiciar a conservação dos recursos naturais; combater a degradação do solo na zona rural.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Implantação de Sistema Agroflorestal

1 Planejamento
- Seleção de Parceiros
- Mobilização da Comunidade

2 Visita às Propriedades
- Triagem
- Cadastro do Produtor
- Planejamento Integrado da Propriedade
- Escolha da Área
- Definição das Culturas

3 Preparo para o Plantio
- Limpeza da Área
- Coleta de Amostra de Solo para Análise
- Compra de Insumos
- Plantio de Leguminosas
- Balizamento
- Tratamento do Solo
- Abertura das Faixas de Plantio
- Abertura dos Berços para Plantio

4 Plantio

5 Manutenção e Manejo
- Limpeza
- Adubação de Cobertura
- Replantio
- Controle de Pragas e Doenças
- Controle de Formigas
- Poda de Formação
- Poda de Manutenção
- Manutenção da Fertilidade do Solo

6 Colheita

7 Acompanhamento de Custos

8 Avaliação

Informações importantes

Equipe envolvida: para uma base de 500 produtores rurais assistidos com propriedades de até 20 hectares: um engenheiro agrônomo e oito técnicos em agropecuária.
Requisitos legais: Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei nº 12.188/10).
Tempo estimado: de três a cinco anos para realizar um trabalho de conscientização com a comunidade.
Público-alvo: agricultores familiares.

Inovação e Tecnologia

Nesta frente, são estabelecidas novas abordagens para a resolução de problemas, o que resulta em novas formas de produzir, novos produtos ou ainda uma nova forma de comercialização.

Contribuindo para levar desenvolvimento às famílias que vivem no campo, de acordo com as Práticas a seguir, essa frente de atuação se dedica a fomentar inovação e pesquisa para aumento de produtividade; disseminar novas tecnologias no campo; disseminar boas práticas agrícolas; apoiar a implementação de práticas agroecológicas; apoiar a reconversão de áreas improdutivas em sistemas agroflorestais; ofertar assistência técnica e extensão rural para famílias de agricultores; estimular a diversificação de cultivos; e prover orientação para transição agroecológica.

Práticas:

- Implantação de Unidades Demonstrativas
- Parceria com Instituição de Pesquisa

Clique para acessar

Jovens pesquisadores

Em 2019, uma das escolas parceiras do PDCIS no Baixo Sul implantou um sistema informatizado de acompanhamento dos jovens em formação. Chamada Casa Familiar Rural (CFR) Web, a ferramenta concentra informações como dados pessoais, notas de avaliações e produtividade no campo, tornando o processo de gestão pedagógica mais dinâmico, rápido e realizado em tempo real.

Deraldo Nascimento, educador responsável pela CFR Web, explica que a ferramenta é essencial para acompanhar em "tempo real" a vida escolar e representa uma inovação tecnológica para a CFR-PTN. "*A escola precisa monitorar resultados como a quantidade de ações multiplicadoras que um aluno faz e o número de pessoas que ele vem impactando, avaliar seu nível de oralidade, leitura e escrita etc. Eram informações que já tínhamos em documentos de Word e planilhas manuscritas, mas começamos a administrar a partir dessa tecnologia digital, com a qual conseguimos ter uma visão geral do jovem e fazer uma gestão mais estratégica do seu desenvolvimento*", pontua.

Educadores e discentes têm permissões distintas na ferramenta, que é organizada em duas plataformas. Pelo computador, a partir do navegador, os professores inserem conteúdos relativos ao acompanhamento dos educandos. Estes, por sua vez, apenas as consultam pelos desktops, não podendo compartilhar diretamente informações. Já a partir de um aplicativo de celular, os jovens podem enviar dados como fotos ou declarar uma atividade que fizeram em suas propriedades. "*Quando o estudante entra no aplicativo, aparecem na tela todos os seus registros pedagógicos. É ainda permitido ao aluno declarar se acabou de realizar uma adubação ou poda nos seus cultivos, por exemplo*", reforça Nascimento.

Prática: Implantação de Unidades Demonstrativas

O educador e filósofo brasileiro Paulo Freire comenta, em sua obra *Conscientização. Teoria e prática da libertação: uma introdução ao Pensamento de Paulo Freire*, que, para ser válida, a educação deve considerar a vocação do sujeito e as condições em que ele vive. No Baixo Sul da Bahia, as instituições parceiras da Fundação Norberto Odebrecht aplicaram essa linha de pensamento no desenvolvimento de um modelo de formação com base na educação contextualizada, adotando práticas que se adequam à realidade do campo e da vida dos jovens e agricultores participantes.

Uma das formas a partir das quais jovens e pequenos agricultores familiares podem adquirir novos conhecimentos sobre manejos agrícolas é a Implantação de Unidades Demonstrativas. Nessa Prática, realizada pelas Casas Familiares e pela Organização de Conservação da Terra (OCT), áreas de cultivo são desenvolvidas como Unidades Demonstrativas por profissionais capacitados, com o objetivo de realizar experimentos e testar variedades de cultivos e tratos culturais que possam contribuir positivamente para aumento da produtividade e da diversidade de cultivos, repercutindo ambas sobre a renda das pessoas.

Além da vertente de promover inovações para a agricultura, a Implantação de Unidades Demonstrativas também atende a um fim educacional. Ao passo que acompanham e participam das etapas de testes e aferição de resultados, adolescentes e produtores rurais adquirem conhecimento praticando, tornando-se capazes de replicar o que aprenderam em suas propriedades.

A escolha do tema de uma Unidade Demonstrativa pode variar de acordo com o desejo da comunidade e as demandas do mercado, conforme exemplificado a seguir:

1. *Compreender a relação entre variedades, cultivo e adaptação à região.*
2. *Entender como as técnicas e manejos apropriados melhoram a produtividade.*
3. *Entender o comportamento dos cultivos com a inovação em manejos e tecnologias.*
4. *Demonstrar como a inovação no manejo e em tecnologias melhora os cultivos na região.*

Viabilizando mais tecnologia e inovação para o campo, a Prática se relaciona diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme evidenciado abaixo.

Confira conceitos importantes para a melhor compreensão dessa Prática:

- *Baixo Sul da Bahia – Página 22;*
- *Casas Familiares – Página 26;*
- *Educação contextualizada – Página 26;*
- *OCT – Página 30.*

Ficou com dúvida em algum termo?
Consulte nosso Glossário.

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
4	ODS 4 – Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade; e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.	Assegurar a igualdade de acesso à educação técnica para os beneficiários; e garantir a aquisição de conhecimento e habilidades para a promoção do desenvolvimento sustentável.
17	ODS 17 – Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	Promover a difusão e disseminação da tecnologia na zona rural.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Implantação de Unidades Demonstrativas

1. Escolha da Cultura → Escolha da Área → Análise do Solo → Definição da Cultura
2. Preparo da Área
3. Implantação → Escolha das Mudas / Sementes → Plantio
4. Tratos Culturais
5. Resultados → Colheita – Apuração dos Resultados → Indicadores → Definição de Novo Plantio

Informações importantes

Equipe envolvida: para uma área de até três hectares, indica-se o apoio de quatro trabalhadores de campo e um técnico em agropecuária.
Requisitos legais: não se aplica. Observar apenas os Termos de Parceria caso o projeto seja feito com o apoio de outra instituição.
Tempo estimado: a implantação e a colheita variam de acordo com cada cultura.
Público-alvo: alunos em formação nas Casas Familiares ou pequenos produtores rurais motivados a adquirir novos conhecimentos.

Prática: Parceria com Instituição de Pesquisa

O Brasil ocupa, segundo dados da Web of Science, publicados na revista *Época*, o 13° lugar na produção mundial de publicações de pesquisas. Segundo Libório (2019), as três primeiras áreas em que os pesquisadores brasileiros mais produzem são medicina clínica, ciências das plantas e animais e ciências da agricultura.

A convergência entre os temas que definem as seis frentes de atuação do PDCIS e as prioridades dos ODS / ONU mostra que parcerias, inovação e tecnologia estão dentre as prioridades dos programas nas instituições parceiras do PDCIS.

As Casas Familiares, escolas de Ensino Médio e técnico, assim como a Organização de Conservação da Terra (OCT) são exemplos de entidades parceiras integrantes do PDCIS que, por meio de convênios amparados pela Prática da Parceria com Instituição de Pesquisa, aproximam os jovens e agricultores de novas tecnologias e de conhecimentos. *Saiba mais sobre as Casas Familiares na página 25.*

Essa Prática visa fazer a ponte entre a inovação e tecnologia para o campo e a realidade da agricultura familiar, tendo por orientação os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme o quadro a seguir.

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
4	ODS 4 – Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade; e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.	Assegurar a igualdade de acesso à educação técnica para os beneficiários; e garantir a aquisição de conhecimento e habilidades para a promoção do desenvolvimento sustentável.
17	ODS 17 – Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	Promover a difusão e disseminação da tecnologia na zona rural; e incentivar a formalização de parcerias em prol do desenvolvimento sustentável.

Ficou com dúvida em algum termo? **Consulte nosso Glossário.**

PASSO A PASSO – Fluxograma

Parceria com Instituição de Pesquisa

* Informações importantes

Equipe envolvida: um coordenador/diretor (engenheiro agrônomo), um técnico agrícola e um educador (engenheiro agrônomo ou florestal).
Requisitos legais: formalização do convênio de parceria.
Tempo estimado: de seis meses a um ano até oficialização da parceria.
Público-alvo: jovens e agricultores familiares.

Coesão e Mobilização Social

A união dos indivíduos, com decisões e ações que atendem a objetivos comuns, produzindo os resultados desejados, é do que trata esta frente.

Buscando contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, conforme estabelecido nas Práticas a seguir, a frente de "Coesão e Mobilização Social" se concentra em estimular o engajamento de organizações socioprodutivas; formar novas lideranças; incentivar a permanência no campo; fomentar o empoderamento das comunidades; fortalecer a autoestima e identidade; contribuir para o aumento da confiança e da capacidade de realização; formar uma consciência coletiva; e promover o compartilhamento de boas práticas e novas tecnologias agrícolas.

Práticas:

- Criação e Regularização de Organizações Socioprodutivas
- Ação Multiplicadora

Clique para acessar

Mobilização social na prática

Vanilson da Conceição, ex-aluno de uma das escolas parceiras da Fundação, exemplifica o estímulo à mobilização social. Aos 24 anos, tornou-se presidente da associação de produtores rurais da comunidade de Caeira, onde mora, no município baiano de Nilo Peçanha. "*Por ser um jovem egresso da CFR-I, as pessoas da região acharam que eu tinha bagagem para encarar esse desafio e trabalhar com eles a noção de que é possível empreender no campo. Procuramos estimular a importância do associativismo*", conta.

Desde 2019, Vanilson também trabalha na CFR-I como técnico de campo e ajuda no processo de formação de outros jovens. Para ele, é fundamental poder compartilhar o tanto que aprendeu durante seus anos como aluno da escola. "*Antes da Casa Familiar, eu trabalhava com meus pais, mas planejava ir para os grandes centros fazer uma faculdade. A CFR-I me mostrou como trabalhar corretamente no campo e viver bem na zona rural. Hoje, estou produzindo e tenho uma vida digna no campo. Estou sempre buscando novos conhecimentos*", afirma.

Prática: Criação e Regularização de Organizações Socioprodutivas

No processo de construção democrática, a mobilização social implica na união de pessoas em torno de um objetivo comum. Nesse contexto, estimular a formação de uma consciência coletiva e o surgimento de novas lideranças é uma das prioridades da Fundação Norberto Odebrecht na execução do seu Programa Social, o PDCIS.

Na região do Baixo Sul da Bahia, os beneficiários do PDCIS são incentivados a se engajar em instituições como cooperativas e associações, entendendo que é preciso buscar formas de contribuir somando esforços para a criação de novas oportunidades que tragam impactos positivos para toda uma comunidade.

Engajados, jovens e pequenos produtores rurais se reúnem a um número crescente de pessoas decididas a fazer a diferença e, juntas, alcançar o desenvolvimento sustentável. Comprometidas em gerar oportunidades para todos, essas instituições impactam positivamente na vida de pessoas em variados estágios de carência, contribuindo para tornar a sociedade menos desigual. Em locais marcados por vulnerabilidades sociais – como o próprio Baixo Sul – a presença dessas organizações se torna ainda mais necessária.

Formado por municípios com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), o Baixo Sul tem ainda altas taxas de violência e reduzidos níveis de escolaridade. Junto às suas instituições parceiras, o PDCIS vem realizando ações com seus beneficiários tendo como foco o desenvolvimento sustentável e a melhora dos indicadores sociais, econômicos e ambientais.

De forma transversal, estimula-se que os beneficiários se mobilizem, sendo vozes ativas em suas comunidades. Desse modo, a Prática da Criação e Regularização de Organizações Socioprodutivas visa criar bases para que jovens e pequenos produtores rurais se articulem em suas comunidades para identificar as demandas e problemas em comum. A partir dessa mobilização, são criadas e regularizadas instituições com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, acionar novos mercados para escoamento da produção e articular formas de garantir o acesso da população a direitos básicos e políticas públicas.

Fomentando uma postura protagonista e sensível às necessidades em comum, a Prática da Criação e Regularização de Associações e Cooperativas está relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme o quadro a seguir.

Ficou com dúvida em algum termo? **Consulte nosso Glossário.**

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
2	ODS 2 – Fome e agricultura sustentável	Acabar com a fome; alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição; e promover a agricultura sustentável.	Contribuir para aumentar a produção agrícola de toda a comunidade, viabilizando que pequenos produtores tenham acesso a novos conhecimentos e formas de comercialização.
10	ODS 10 – Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.	Oferecer condições para que as comunidades tenham acesso a direitos básicos, se empoderando e buscando por melhores oportunidades para todos.
11	ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas, reforçando e contribuindo para alcançar o desenvolvimento regional.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Criação e Regularização de Organizações Socioprodutivas

Informações importantes

Equipe envolvida: coordenador/diretor com experiência nos processos de criação e regularização de associações e cooperativas; educadores; assessores pedagógicos; e equipe de recursos humanos.
Requisitos legais: como base legal, é preciso conhecer o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).
Tempo estimado: no mínimo quatro meses para criação e formalização da nova instituição.
Público-alvo: jovens e agricultores familiares.

Prática: Ação Multiplicadora

Os beneficiários do PDCIS no Baixo Sul da Bahia têm continuadamente acesso a novos conhecimentos, que abrangem técnicas agrícolas, noções de empresariamento, e formas de produzir com sustentabilidade, conceitos de saneamento, entre diversos outros temas.

Uma vez detentores de uma educação prática e contextualizada, os jovens e agricultores familiares beneficiados são estimulados a compartilhar os conhecimentos adquiridos em suas comunidades de origem, Prática conhecida como Ação Multiplicadora. Esse é um dos principais instrumentos de estímulo ao Protagonismo Juvenil. Em formato de palestras, minicursos e oficinas, essas atividades visam transferir aprendizados para produtores rurais que não tiveram as mesmas oportunidades, contribuir para o desenvolvimento da região como um todo e viabilizar a inovação e tecnologia no campo, visando a disseminação de novas práticas que melhorem a produtividade dos agricultores. *Saiba mais sobre o Protagonismo Juvenil na página 46.*

O aspecto educacional, no entanto, não é o único benefício para as comunidades. Além do compartilhamento de conhecimento, as Ações Multiplicadoras são um importante instrumento de mobilização social, representando a união de pessoas em torno de objetivos comuns que beneficiam o todo. Enquanto apoiam o crescimento de outros produtores rurais e fortalecem a agricultura familiar, jovens se tornam uma referência positiva no lugar onde vivem, como protagonistas e agentes de transformação social – que, segundo a pediatra e sanitarista Zilda Arns, se alcança a partir do trabalho em conjunto.

O trabalho social precisa de mobilização das forças. Cada um colabora com aquilo que sabe fazer ou com o que tem para oferecer. Deste modo, fortalece-se o tecido que sustenta a ação e cada um sente que é uma célula de transformação do país.

Zilda Arns.

A Prática das Ações Multiplicadoras também está incluída nos esforços para se atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme aponta o quadro a lado:

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
2	ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome; alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição; e promover a agricultura sustentável.	Contribuir para que demais agricultores da região tenham acesso a novos manejos que viabilizem práticas agrícolas mais sustentáveis.
4	ODS 4 – Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade; e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.	Viabilizar que produtores rurais tenham acesso a novos conhecimentos.

Vale saber!

Conheça conceitos importantes relacionados à essa Prática:

Baixo Sul da Bahia – Página 22;
Casas Familiares – Página 26;
Educação Contextualizada – Página 32;
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Página 32; e
Protagonismo Juvenil – Página 46.

Ficou com dúvida em algum termo? **Consulte nosso Glossário.**

PASSO A PASSO – Fluxograma

Ação Multiplicadora

1. Planejamento
   - Definir o Tema
   - Selecionar o Público
   - Identificar o Tipo da Ação
   - Mobilização da Comunidade
2. Elaboração de Materiais
3. Execução
4. Avaliação e Retorno

Informações importantes

Equipe envolvida: beneficiários do PDCIS, seus familiares e educadores/assistentes técnicos das instituições parceiras (mínimo de uma instituição).
Requisitos legais: não se aplica.
Tempo estimado: duração média de duas a quatro horas.
Público-alvo: produtores rurais, em sua maioria agricultores familiares.

Cidadania e Governança

Nesta frente, é abordado o conjunto de direitos relativos ao bem-estar econômico social e garantia de acesso às políticas públicas para promoção do desenvolvimento.

Formando uma nova geração de cidadãos, esta frente tem como prioridade a promoção do acesso às políticas sociais; promoção do acesso às políticas públicas de crédito; apoio para regularização da propriedade agrícola; articulação para inclusão de políticas públicas no âmbito municipal; fortalecimento dos sistemas de garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente; e orientação para acesso aos serviços públicos, conforme abordado nas Práticas a seguir.

Práticas:

- Regularização de Propriedade Rural
- Atuação Feminina no Campo

Clique para acessar

Igualdade de gênero na agricultura

Equidade de gênero é uma meta diária para o PDCIS e suas instituições parceiras. No município de Presidente Tancredo Neves, onde funciona uma cooperativa de produtores rurais que integra o Programa, o estímulo à participação feminina é constante, bem como a importância de manter a igualdade nas relações. De acordo com Adriana Resende, gestora administrativa da cooperativa, o tratamento é igual para todos. *"Em nossa região, a mulher participa das atividades no campo, principalmente no contexto da agricultura familiar, onde todos cultivam juntos. Na cooperativa, o tratamento é igual tanto no campo quanto na administração. No nosso quadro de funcionários, 50% são mulheres"*, pontua. Isso se manifesta também no quadro de cooperados da instituição. A agricultora Valcí Santos, por exemplo, é uma das produtoras associadas da cooperativa. Ela passou a integrar a instituição em 2018. Com assistência técnica na produção de banana e aipim, comercializados pela cooperativa, vem garantindo renda para sua família. *"O suporte ajuda muito. Antes, você plantava por conta própria e perdia produção porque não sabia exatamente o que fazer"*, diz a produtora.

Prática: Regularização de Propriedade Rural

A legislação ambiental vigente exige a regularização de todos os imóveis rurais no território nacional pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR). Esse cadastro é um registro eletrônico, de natureza declaratória e obrigatória para todos os imóveis rurais (propriedades ou posses) com a finalidade de integrar informações ambientais referentes às Áreas de Preservação Permanente (APPs), uso restrito, reserva legal, remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa e das áreas consolidadas do imóvel, conforme definido no Código Florestal Brasileiro.

A base de dados do CAR concentra informações para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. Representando uma importante ferramenta de gestão ambiental, o CAR conta atualmente com cerca de 6,5 milhões de imóveis cadastrados em seu *site* oficial. O recebimento, gerenciamento, integração e controle dos dados do CAR é preenchido na plataforma eletrônica do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR). Esse sistema emite, no final do processo, o recibo de inscrição do imóvel rural no CAR, que confirma o recebimento e a validação dos documentos necessários para registro.

Na prática, os órgãos ambientais estaduais devem oferecer sistemas eletrônicos integrados à base nacional para que os produtores rurais efetivem seus cadastros no CAR e façam a regularização ambiental. Na Bahia, estado onde o PDCIS concentra suas ações desde 2003, isso é feito por meio do Sistema Estadual de Informações Ambientais da Bahia (SEIA), plataforma integrada ao SICAR. Desde 2012, o CAR vem sendo implementado no estado por meio de um formulário eletrônico denominado Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), preenchido no SEIA. Obrigatório para todos os imóveis rurais, os proprietários e/ou posseiros devem aderir ao CEFIR. Realizado em ambiente digital, o cadastro traz benefícios diretos para os produtores rurais, tais como:

- Viabiliza planejamento, uso e ocupação adequada da terra;
- Comprova a regularização ambiental do imóvel rural;
- Aumenta a segurança jurídica dos proprietários ou posseiros, visto ser amparado pela Lei Federal n° 12.651/2012;
- Viabiliza acesso ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) para propriedades ou posses com passivos ambientais;
- Permite a regularização de passivos ambientais;
- Subsidia a comercialização de Cotas de Reserva Ambiental (CRA) para as propriedades com ativos ambientais; e
- Fomenta o acesso às políticas de crédito.

No âmbito do PDCIS, a Prática da Regularização de Propriedade Rural visa apoiar proprietários e posseiros, em especial agricultores familiares do Baixo Sul da Bahia, na realização dos processos necessários para obtenção do CEFIR e CAR, facilitando o acesso dos beneficiários a políticas públicas de assistência técnica e acesso a linhas de créditos agropecuários.

Além de ajudar no planejamento e gestão dos imóveis rurais, permitindo conciliar as atividades produtivas e uso dos recursos naturais de forma sustentável, essa Prática se relaciona com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme exposto no quadro a seguir.

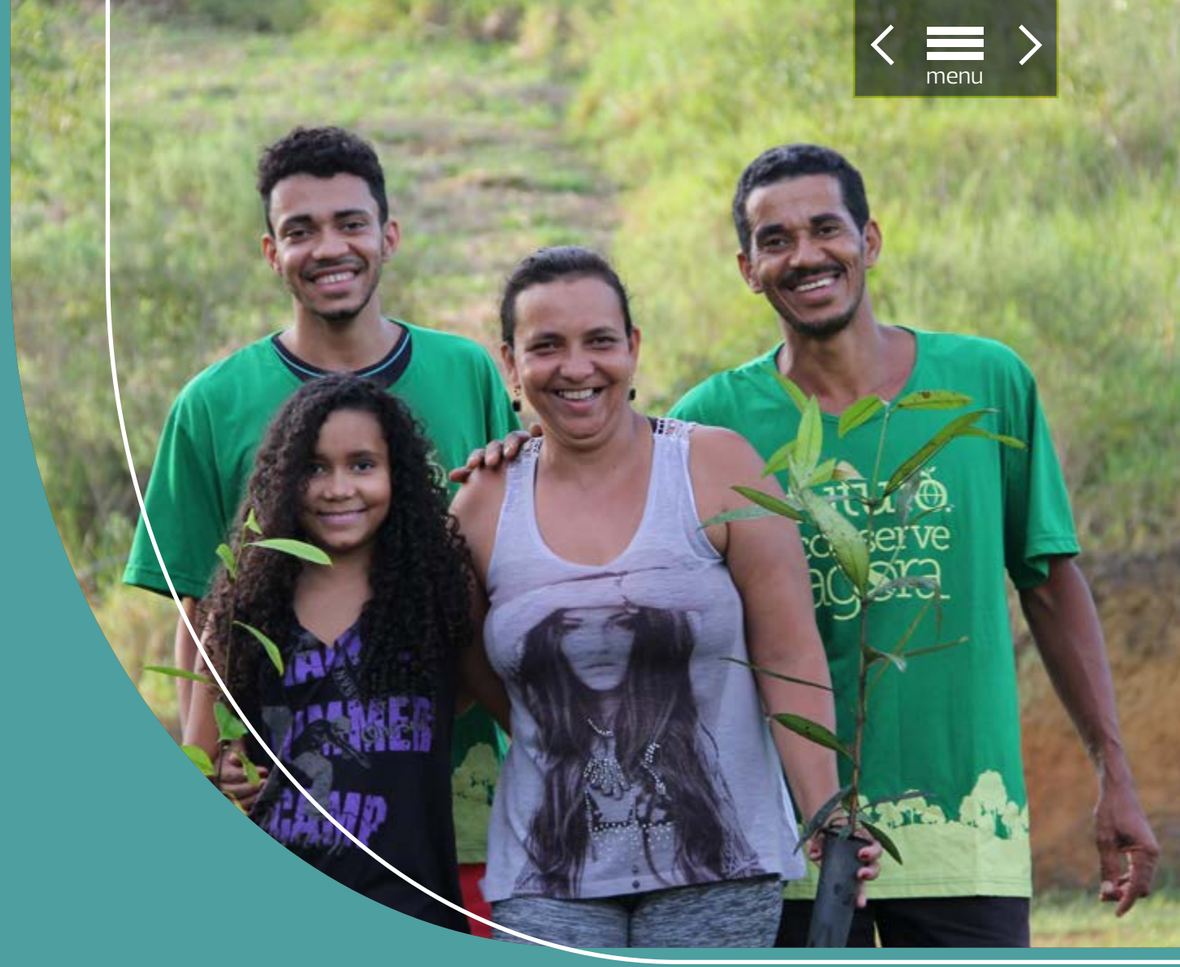
Ficou com dúvida em algum termo?
Consulte nosso Glossário.

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
16	ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável; proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	Possibilitar o acesso a registros legais e documentos de identificação da propriedade para agricultores familiares.
17	ODS 17 – Parcerias para implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	Viabilizar a obtenção de recursos a partir da regularização de propriedades rurais.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Regularização de Propriedade Rural

1	Planejamento	Mapeamento Prévio da Paisagem	Arranjo Institucional	Mobilização da Comunidade	Adesão dos Produtores
2	Módulo Cadastral	Documentos Comprobatórios	Levantamento Topográfico	Organização dos Dados	
3	Informações Geográficas	Limite da Propriedade	Análise de Sobreposição	Análise e Caracterização Ambiental de Passivos	Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)
4	Preenchimento do Protocolo – CEFIR	Cadastro do Responsável do Imóvel	Protocolo	Retificação do Cadastro	
5	Devolutiva ao Produtor				



Informações importantes

Equipe envolvida: para uma base de dez regularizações, é preciso um especialista em Geotecnologias, um engenheiro florestal e dois técnicos em agropecuária.
Requisitos legais: Código Florestal (Lei nº 12.651/12) e Decreto Estadual nº 15.180/14, que regularizam a gestão das florestas e demais formas de vegetação na Bahia.
Tempo estimado: cerca de cinco dias para conclusão do processo.
Público-alvo: agricultores familiares.

Prática: Atuação Feminina no Campo

A participação de mulheres constitui um dos mais relevantes legados dos programas e das iniciativas realizadas pelas instituições parceiras do PDCIS desde seu início em 2003. Esse histórico, experiência e resultados demonstram a consistência da atenção com a igualdade de oportunidades traduzidas na prática e justificam ser sistematizados como referência do potencial representado pela participação de mulheres em diversos períodos de suas vidas. De jovens adolescentes participantes dos programas de formação técnica aplicada ao campo a agricultoras que desejam desenvolver sua produção rural com sustentabilidade, a participação feminina é um destaque dos programas realizados no Baixo Sul da Bahia.

A força das mulheres no campo se converte na garantia do sustento das famílias. Segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elas são as responsáveis por quase metade da renda das famílias rurais (42,4%), número que supera o valor equivalente relativo àquelas que vivem na cidade (40,7%).

Apesar de representar, em média, 20% da força de trabalho agrícola na América Latina, de acordo com informações de 2011 da Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO/ONU), as mulheres que atuam na agricultura ainda vivem, com frequência, em ambientes marcados por preconceitos, descrença e violência.

Historicamente, a zona rural é um ambiente dominado pela figura masculina, onde a participação de meninas e agricultoras é marcada por dificuldades. Elas enfrentam mais restrições do que os homens para acesso a fontes de água, titulação e regularização de terras, crédito rural, assistência técnica e aquisição de insumos.

Esta Prática da Atuação Feminina no Campo resume a experiência com a participação de jovens alunas nos programas de formação das Casas Familiares e nas iniciativas de apoio a agricultoras realizadas pela Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves (Coopatan) e pela Organização de Conservação da Terra (OCT).

A atuação das mulheres como protagonistas de iniciativas na agricultura familiar resulta da ênfase para que participem ativamente tanto das rotinas produtivas dentro da propriedade, quanto de discussões no âmbito das organizações socioprodutivas locais em temas como igualdade de oportunidades em todos os contextos, redução dos índices de violência e respeito a direitos. Todas as instituições parceiras do PDCIS têm em suas agendas o compromisso de fomentar o debate e o posicionamento das pessoas sobre esses temas.

Esta Prática do Estímulo à Participação Feminina se relaciona diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme indica o quadro a seguir.

Vale saber!

Escolas de nível médio integrado ao técnico, as Casas Familiares são instituições parceiras do PDCIS ao lado da Coopatan e da OCT. Saiba mais sobre essas organizações em:

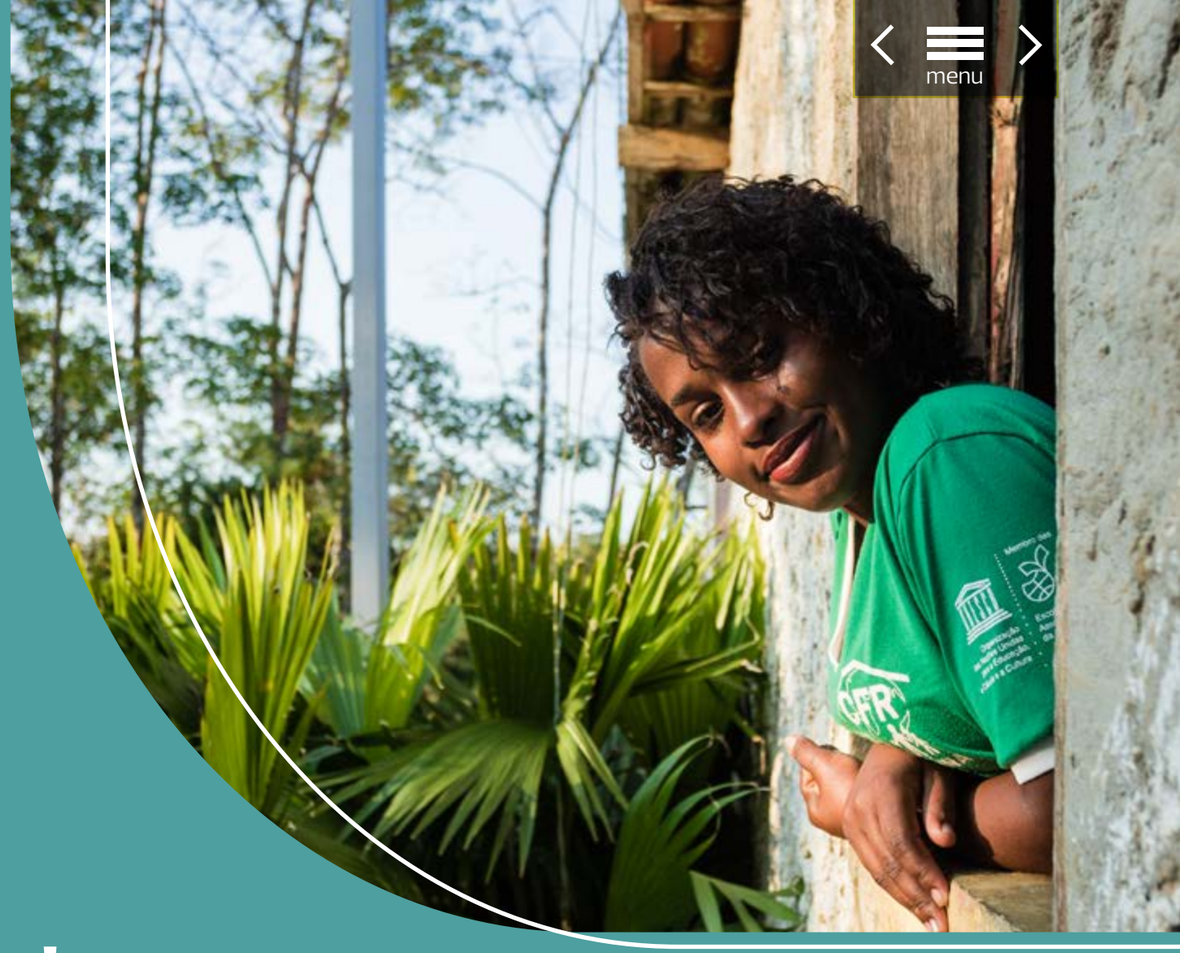
Casas Familiares – página 25;
Coopatan – página 28; e
OCT – página 30.

Ficou com dúvida em algum termo?
Consulte nosso Glossário.

ODS		Meta do ODS	Relação com a Prática
5	ODS 5 – Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.	Contribuir para eliminar as formas de discriminação; eliminar formas de violência contra meninas e mulheres; garantir igualdade de oportunidade em cargos de liderança; e fomentar o empoderamento feminino em todas as esferas.
10	ODS 10 – Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.	Empoderar e promover a inclusão social de todos, independentemente do gênero.

PASSO A PASSO – Fluxograma

Atuação Feminina no Campo



Informações importantes

Equipe envolvida: um coordenador/diretor, um assessor pedagógico e os professores de português, sociologia e filosofia. Vale destacar que a Prática é inerente à atuação de toda equipe da instituição.
Requisitos legais: não se aplica.
Tempo estimado: a Prática é contínua, realizada de forma transversal durante todo o ano.
Público-alvo: jovens, agricultores familiares e toda a comunidade.

Referências

AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA (Movimento). *Cartilha Voto Ético 2004.* Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/simulador/impacto_2004/gc271a.pdf. Acesso em: 05 mar. 2020.

AGRONEGÓCIO: Planejamento e administração são o caminho para ganhar mais. *Gaz*. 2015. Disponível em: http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2015/07/24/53621-agronegocio_planejamento_e_administracao_sao_o_caminho_para_ganhar_mais.html.php. Acesso em: 07 fev. 2020.

AGROW. *A importância do "Dia de Campo" para alavancar seu negócio*. 2015. Disponível em: http://agrownegocios.com.br/blog/revendas/a-importancia-do-dia-de-campo-para-alavancar-seu-negocio. Acesso em: 19 fev. 2020.

AGUIAR, Ednilson. Mulheres do campo são responsáveis por quase metade da renda familiar. *O Livre*, 08 mar. 2018. Disponível em: https://olivre.com.br/mulheres-do-campo-sao-responsaveis-por-quase-metade-da-renda-familiar. Acesso em: 23 abr. 2020.

AKATU. *Pesquisa Akatu 2018 traça Panorama do Consumo Consciente no Brasil.* São Paulo: Akatu, 2018. Disponível em: https://www.akatu.org.br/noticia/pesquisa-akatu-2018-traca-panorama-do-consumo-consciente-no-brasil/. Acesso em: 30 mar. 2020.

ALVES, Luiz de Oliveira. Fossa Séptica. *InfoEscola*. [*S. l.*], 2020. Disponível em: https://www.infoescola.com/ecologia/fossa-septica/. Acesso em: 11 fev. 2020.

AMBEV. *Relatório de Pesquisa ONGs e OSCs*. [*S. l.*]. 2020. Disponível em: https://www.ambev.com.br/conteudo/uploads/2020/02/ONGS_E_OSCS-v1.pdf. Acesso em: 06 abr. 2020.

AMBIENTE BRASIL. *Objetivos da Extensão Rural.* Curitiba: Ambiente Brasil, 2020. Disponível em: https://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuario/extensao_rural/objetivos_da_extensao_rural.html. Acesso em: 19 fev. 2020.

ARAÚJO, Luis Augusto. *Planejamento de propriedades rurais*: disciplina na modalidade a distância. Palhoça: UnisulVirtual, 2013.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. *Cartilha Sobre Regularização Ambiental de Propriedades Rurais na Bahia.* Barreiras: AIBA, [2015]. Disponível em: https://aiba.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Cartilha-Meio-Ambiente-AIBA2.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.

BAHIA. *Decreto nº 15.180 de 02 de junho de 2014*. Regulamenta a gestão das florestas e das demais formas de vegetação do Estado da Bahia, a conservação da vegetação nativa, o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR, e dispõe acerca do Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado da Bahia e dá outras providências. Salvador: Casal Civil, 2014a. Disponível em: http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-15180-de-02-de-junho-de-2014. Acesso em: 17 jun. 2020

BAHIA. Secretaria de Meio Ambiente. Sistema Estadual de Informações Ambientais da Bahia. *Projeto SEIA*. Salvador: SEMA, 2020. Disponível em: http://www.seia.ba.gov.br/institucional/projeto-seia. Acesso em: 30 abr. 2020.

BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente. *O que é o CEFIR?* Salvador: CEFIR, 2020. Disponível em: http://www.cefir.ba.gov.br/. Acesso em: 30 abr. 2020.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (Brasil). *Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.* Rio de Janeiro: BNDES, 2020. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf. Acesso em: 13 maio 2020.

BARROS, Camila. *A Certificação Orgânica por Auditoria é a melhor escolha?* [Florianópolis]: Paripassu, 2020. Disponível em: https://www.paripassu.com.br/blog/a-certificacao-organica-por-auditoria-e-a-melhor-escolha/. Acesso em: 30 mar. 2020.

BLB BRASIL. *O que é Due Diligence*? Entenda o conceito e sua aplicação em empresas. São Paulo: BLB Brasil, 2020. Disponível em: https://www.blbbrasil.com.br/blog/due-diligence/. Acesso em: 13 abr. 2020.

BLOK, Marcella. *Compliance e Governança Corporativa*: atualizado de acordo com a Lei Anticorrupção Brasileira (Lei 12.846) e o Decreto-Lei 8.421/2015. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

BORGES, Graziela Scopel; TEIXEIRA, Edival Sebastião. Participação, Juventude Rural e Protagonismo Juvenil: Aproximações. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013. Curitiba. *Anais eletrônicos* [...]. Curitiba: PUC-PR, 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9008_6048.pdf

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/DOUconstituicao88.pdf

BRASIL. *Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007*.
Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm. Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7830.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.830%2C%20DE%2017%20DE%20OUTUBRO%20DE%202012&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Sistema%20de,2012%2C%20e%20d%C3%A1%2-0outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 15 jun. 2020

BRASIL. *Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Decreto/D8852.htm. Acesso em: 19 fev. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 89.817, de 20 de junho de 1984*. Estabelece as Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D89817.htm. Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. *Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964*. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.442, de 01 maio 1943*. Aprova a consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452compilado.htm. Acesso em: 24 abr. 2020

BRASIL. *Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971*. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Aceso em: 08 abr. 2020.

BRASIL. *Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973*. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm. Acesso: 08 abr. 2020.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 06 abr. 2020.

BRASIL. Lei Federal nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, S 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 07 fev. 2020.

BRASIL. *Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. *Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999*. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm. Acesso em: 08 mar. 2020.

BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 08 mar. 2020.

BRASIL. *Lei n° 10.683, de 28 de maio de 2003*. Dispões sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.683.htm. Acesso em: 19 fev. 2020.

BRASIL. *Lei n° 10.696, de 2 de julho de 2003*. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. *Lei n° 10.831, de 23 de dezembro de 2003*. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm. Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. *Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. *Lei n° 11.428, de 22 de dezembro de 2006*. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. *Lei n° 12.188, de 11 de janeiro de 2010*. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm. Acesso em: 26 mar. 2020.

BRASIL. *Lei n° 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 10 mar. 2020.BRASIL. *Lei n° 12.651, de 25 de maio de 2012*. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n°s 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n°s 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n° 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. *Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014*. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 08 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *O que é Assistência Técnica?* Brasília, DF: MAPA, 2018. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/ater/o-que-e-assistencia-tecnica. Acesso em: 19 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Regularização da Produção Orgânica.* Brasília, DF: MAPA, 2020. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/regularizacao-da-producao. Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. *Programa de Aquisição de Alimentos.* Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2020. Disponível em: http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa. Acesso em: 13 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Governo Federal lança Programa Saneamento Brasil Rural.* Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46109-governo-federal-lanca-programa-saneamento-brasil-rural. Acesso em: 11 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Taxa de Analfabetismo Bahia.* Brasília, DF: MS, 2020. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/alfba.def. Acesso em: 05 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; COOPERATIVA EITA; ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. *InfoSanBas.* Entenda o saneamento no seu município. Disponível em: https://infosanbas.org.br/. Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Convenção sobre Diversidade Biológica.* Brasília, DF: MMA, 2000. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dpg/_arquivos/cdbport.pdf. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Planaveg*: Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa. Brasília, DF: MMA, 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente. Cadastro Ambiental Rural. *Etapas da Regularização Ambiental.* Disponível em: http://www.car.gov.br/#/. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente. Cadastro Ambiental Rural. *SICAR nos estados.* Disponível em: http://www.car.gov.br/#/sobre. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. *Portaria nº 3.174, de 2 de dezembro de 2019*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Saneamento Rural e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/documents/20182/61353/PortMS3174_2019/183503d5-1ae9-47f8-bfee-fae6fc38e8c7. Acesso em: 11 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. *Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil* (MROSC). Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://plataformamaisbrasil.gov.br/images/manuais/Marco_Regulatorio_Das_relacoes_entre_Estado_e_Sociedade_Civil_1.pdf. Acesso em: 08 abr. 2020.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira; RODRIGUES, Édna Rabêlo Quirino. *Cooperativa*. Brasília, DF: Sebrae, 2014.

CARNEIRO, Alexandre de Freitas; OLIVEIRA, Deyvison de Lima; TORRES, Luciene Cristina. Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 90-105, jul./dez. 2011. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13240/9062

CASTELLO BRANCO, Maurício Ruiz. *Pagamento por serviços ambientais*: da teoria à prática. Rio Claro: ITPA, 2015.

CERQUEIRA, Wagner de. A Revolução Verde. *Mundo Educação*, 2020. Disponível em: https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-revolucao-verde.htm. Acesso em: 26 mar. 2020.

CHILD FUND BRASIL. *O que é e como funcionam entidades do Terceiro Setor?* Belo Horizonte: Child Fund Brasil, 2020. Disponível em: https://www.childfundbrasil.org.br/blog/entidades-do-terceiro-setor/. Acesso em: 08 abr. 2020.

CLEBER, Gliferson. Planejamento: reflexão sobre o processo criativo. *Administradores.com*, João Pessoa, 19 nov. 2016. Disponível em: https://administradores.com.br/artigos/planejamento-reflexao-sobre-o-processo-criativo. Acesso em: 01 jun. 2020.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Comum, Nosso Futuro.* "Relatório Brundtland." Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

CONCENTRAÇÃO de CO2 na atmosfera registra maior nível em 3 milhões de anos. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 06 abr. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/04/06/interna_internacional,1044363/concentracao-de-co2-na-atmosfera-registra-maior-nivel-em-3-milhoes-de.shtml>. Acesso em: 07 fev. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. *Responsável por 23,5% do PIP, agropecuária puxa geração de empregos formais.* Brasília, DF, 22 jun. 2018. Disponível em: https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/responsavel-por-23-5-do-pib-agropecuaria-puxa-geracao-de-empregos-formais. Acesso em: 18 fev. 2020.

CONSELHO BRASILEIRO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E SUSTENTÁVEL (org.). *Panorama do consumo de orgânicos no Brasil 2019.* Disponível em: https://organis.org.br/pesquisa-consumidor-organico-2019/. Acesso: 30 mar. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). *Resolução CNE/CEB 1, de 03 de abril de 2002*. Institui as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília, DF: MEC, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 fev. 2020.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (Brasil). *Resolução nº 429, de 28 de fevereiro de 2011.* Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente – APPs. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2011. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/legislacao/leg_federal/leg_fed_resolucoes/leg_fed_res_conama/Resol-CONAMA-429-11_(metologia-recuperacao-APPs).pdf. Acesso em: 15 jun. 2020.

CONTAMINAÇÃO ambiental por agrotóxicos: efeitos "invisíveis" para o solo, água e ar. Tratamento de Água. *Portal Tratamento de Água*, São Paulo, 30 maio 2018. Disponível em: https://www.tratamentodeagua.com.br/artigo/contaminacao-ambiental-por-agrotoxicos/. Acesso em: 26 mar. 2020.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Protagonismo Juvenil*: adolescência, educação e participação demográfica. Salvador: Fundação Norberto Odebrecht, 2000.

D'EGMONT, Tahiana. Diferentes formas de captação de recursos para ONGS. *Rede Filantropia*, São

Paulo, 07 out. 2015. Disponível em: https://www.filantropia.ong/informacao/diferentes-formas-de-capta%C3%A7%C3%A3o-de-recursos-para-ongs. Acesso em: 27 abr. 2020.

DESMATAMENTO na Amazônia cresce 85% em 2019. *Terra*, 14 jan. 2020. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/sustentabilidade/meio-ambiente/desmatamento-na-amazonia-cresce-85-em-2019,ad8a922a89e0ded5ece003b3ddda5471jvkqr46q.html. Acesso em: 03 fev. 2020.

ECYCLE. O que é Pagamento por Serviços Ambientais (PSE) e como ele funciona? São Paulo: eCycle, 2020. Disponível em: https://www.ecycle.com.br/component/content/article/63-meio-ambiente/4799-ferramentas-protecao-da-natureza-pagamentos-por-servicos-ambientais-valoracao-ambiental-modelos-economicos-processo-sustentavel-floresta-responsabilidade-valor-recursos-cursos-sistemas-dinheiro-beneficiario-provedor-conservacao-recebedor-remuneracao.html. Acesso em: 17 jun. 2020.

EMBRAPA AMAPÁ. *Orientações sobre coleta de solo para análise*. Macapá: Embrapa Macapá, 2012. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/2365/orientacoes-sobre-coleta-de-solo-para-analise. Acesso em: 01 abr. 2020.

FAO defende igualdade entre homens e mulheres na agricultura. *G1*, Rio de Janeiro, 07 mar. 2011. Disponível em: http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/03/fao-defende-igualdade-entre-homens-e-mulheres-na-agricultura.html. Acesso em: 23 abr. 2020.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Jovens empresários empreendedores*: valores, crenças e relação com o trabalho. Rio de Janeiro: Firjan, 2016. Disponível em: https://www.firjan.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908A8F58D545C90158DEB35F2B1A68&inline=1. Acesso em: 19 mar. 2020.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Em pauta, a organização socioprodutiva da agricultura familiar para a comercialização*. Recife: FETAPE, 19 jul. 2016. Disponível em: https://www.fetape.org.br/noticias-detalhe/em-pauta-a-organiza-o-socioprodutiva-da-agricultura-familiar-para-a-comercializa-o/5420#.Xo4OishKjIV. Acesso em: 08 abr. 2020.

FERRAZ, Tobias. A Importância da Extensão Rural para Construir o Brasil do Futuro. *Canal Rural*. 2018. Disponível em: https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/a-importancia-da-extensao-rural-para-construir-o-brasil-do-futuro/. Acesso em: 19 fev. 2020.

FIDALGO, Elaine Cristina Cardoso *et al. Manual para pagamento por serviços ambientais hídricos*: seleção de áreas e monitoramento editoras técnicas. Brasília, DF: Embrapa, 2017.

FILHO, João Meirelles; MALUF, Ricardo. *Mobilização de recursos para o terceiro setor*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer: Instituto Peabiru, 2006.

FREIRE, Paulo. *Conscientização*: teoria e prática da libertação: uma introdução ao Pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Morais, 1980.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT. *Começa hoje a campanha deste ano do Tributo ao Futuro*. Salvador: Fundação Norberto Odebrecht, 2019. Disponível em: https://www.fundacaonorbertoodebrecht.com/comunicacao/noticias/2019/10/01/comeca-hoje-a-campanha-deste-ano-do-tributo-ao-futuro.html . Acesso em: 06 abr. 2020.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT. *Alunos da CFAF conquistam bolsa de pesquisa da UFRB*. Salvador: Fundação Norberto Odebrecht, 2018. Disponível em: https://www.fundacaonorbertoodebrecht.com/comunicacao/noticias/2018/11/06/alunos-da-cfaf-conquistam-bolsa-de-pesquisa-da-ufrb.html. Acesso em: 22 abr. 2020.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT. *Área de Atuação*. Salvador: Fundação Norberto Odebrecht, 2019. Disponível em https://www.fundacaonorbertoodebrecht.com/programa-social/regiao-de-atuacao/index.html. Acesso em: 08 abr. 2020.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT. *Conformidade*. Salvador: Fundação Norberto Odebrecht, 2020. Disponível em: https://www.fundacaonorbertoodebrecht.com/transparencia/governanca/index.html. Acesso em: 15 abr. 2020.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT. *Exemplos de desenvolvimento econômico e vontade de permanecer no campo*. Salvador: Fundação Norberto Odebrecht, 2019. Disponível em: https://www.fundacaonorbertoodebrecht.com/comunicacao/noticias/2019/10/25/exemplos-de-desenvolvimento-economico-e-vontade-de-permanecer-no-campo.html. Acesso em: 10 mar. 2020.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT. *Incentivo ao Protagonismo Juvenil*. Salvador: Fundação Norberto Odebrecht, 2018. Disponível em: https://www.fundacaonorbertoodebrecht.com/comunicacao/noticias/2018/07/20/incentivo-ao-protagonismo-juvenil.html. Acesso em: 08 maio 2020.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT. *Participação feminina na agricultura é estimulada no PDCIS.* Salvador: Fundação Norberto Odebrecht, 2019. Disponível em: https://www.fundacaonorbertoodebrecht.com/comunicacao/noticias/2019/07/09/participacao-feminina-na-agricultura-e-estimulada-no-pdcis.html. Acesso em: 23 abr. 2020.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT. *Política sobre Conformidade*. Salvador: Fundação Norberto Odebrecht, 2020. Disponível em: https://www.fundacaonorbertoodebrecht.com/conteudo/pub/001/cont/files/FNO_Pol%C3%ADtica%20sobre%20Conformidade_vf.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT. *Política sobre Governança*. Salvador: Fundação Norberto Odebrecht, 2020. Disponível em: https://www.fundacaonorbertoodebrecht.com/arquivos/politica-sobre-governanca-corporativa.html. Acesso em: 20 abr. 2020.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT. *Projetos Educativo-Produtivos: prática no campo*. Salvador: Fundação Norberto Odebrecht, 2019. Disponível em: https://www.fundacaonorbertoodebrecht.com/comunicacao/noticias/2019/07/04/projetos-educativo-produtivos-pratica-no-campo.html. Acesso em: 06 mar. 2020.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT. *Tributo ao Futuro*. Salvador: Fundação Norberto Odebrecht, 2020. Disponível em: https://www.fundacaonorbertoodebrecht.com/campanhas/tributo-ao-futuro/index.html. Acesso em: 06 mar. 2020

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (Brasil). *Sobre o PNAE*. O que é? Brasília, DF: FNDE, 2020. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/programas/pnae. Acesso em: 13 maio 2020.

GAMA, Mara. Adesão ao consumo consciente cresce entre brasileiros, diz pesquisa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 jul. 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/07/adesao-ao-consumo-consciente-cresce-entre-brasileiros-diz-pesquisa.shtml. Acesso em: 30 mar. 2020.

GRIGORI, Pedro. Afinal, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo? *Revista Galileu*, São Paulo, 25 jun. 2019. Disponível em: https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2019/06/afinal-o-brasil-e-o-maior-consumidor-de-agrotoxico-do-mundo.html. Acesso em; 26 mar. 2020.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. *Mapa das Organizações da Sociedade Civil traz diversas novidades e amplia acesso a dados do setor*. São Paulo: GIFE, 2018. Disponível em: https://gife.org.br/mapa-das-organizacoes-da-sociedade-civil-amplia-acesso-a-dados-sobre-o-setor/. Acesso em: 27 abr. 2020.

GUEDES, Fátima Becker; SEEHUSEN, Susan Edda (org.). *Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica*: lições aprendidas e desafios. Brasília, DF: MMA, 2011.

IBGE. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. *Conheça o Brasil*: População: População Rural e Urbana. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html. Acesso em: 20 fev. 2020.

IBIRAPITANGA. Lei Municipal n° 864, de 16 de outubro de 2014. Instituiu o Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, cria o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais e o Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais

IBGE. Coordenação de Agropecuária. *Censo Agro 2017*: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 20 fev. 2020.

IBGE. Coordenação de Agropecuária. *Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018b. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017. Acesso em: 14 fev. 2020.

IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*: síntese de indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2013_v33_br.pdf. Acesso em: 11 fev. 2020.

IBGE. Diretoria de Pesquisas. Gerência do Cadastro Central de Empresas. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil* – 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INICIATIVAS apostam no protagonismo juvenil para alavancar o desenvolvimento de comunidades. Ideia Sustentável. 2008. Disponível em: https://ideiasustentavel.com.br/iniciativas-apostam-no-protagonismo-juvenil-para-alavancar-o-desenvolvimento-de-comunidades/. Acesso em: 18 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA COORPORATIVA. *Código das melhores práticas de governança corporativa*. 3. ed. São Paulo: IBGC, 2004. Disponível em: https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=21137. Acesso em: mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. 4. ed. São Paulo: IBGC, 2009. Disponível em: https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/21141/Codigo_julho_2010_a4.pdf. Acesso em: mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *Código das melhores práticas de governança corporativa*. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015. Disponível em: https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=21138. Acesso em: 24 abr. 2020.

INSTITUTO CERBEL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. *Manual de orientação: Passo a passo para criação de uma organização social*. Bebedouro: ICDH, 2007. Disponível em: http://www.icdh.org.br/imagens/publicacoes/manual_para_criar_uma_ong.pdf. Acesso em: 08 abr. 2020.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS. Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais. Salvador: Inema, 2020. Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/programas/car-bahia-cefir/. Acesso em: 30 abr. 2020.

INSTITUTO PARA DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL. *Giving Report 2019 Brazil*. São Paulo: IDIS, 2019. Disponível em: https://www.idis.org.br/caf-brazil-report-2018/. Acesso em: 03 abr. 2020.

IPEA. *Mapa das Organizações da Sociedade Civil*: dados e Indicadores. Brasília, DF: IPEA, 2018. Disponível em: https://mapaosc.ipea.gov.br/dados-indicadores.html. Acesso em: 27 abr. 2020.

IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da Violência 2019*. Brasília, DF: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019. Acesso em: fev. 2020.

KRONEMBERGER, Denise Maria Penna; CLEVELARIO JUNIOR, Judicael. Aplicação do "Barômetro da Sustentabilidade" na Análise Comparativa do Desenvolvimento Brasileiro. *In*: BRUNO, Miguel. *População, espaço e sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2015. p. 117-150.

LABORATÓRIO DE ECOLOGIA E RESTAURAÇÃO FLORESTAL. *Pacto pela restauração da mata atlântica*: referencial dos conceitos e ações de restauração. São Paulo: LERF/ESALQ: Instituto BioAtlântica, 2009.

LIBÓRIO, Bárbara. Em meio a cortes e críticas, os números da produção acadêmica brasileira. *Época*, São Paulo, 11 maio 2019. Disponível em: https://epoca.globo.com/em-meio-cortes-criticas-os-numeros-da-producao-academica-brasileira-23658902. Acesso em: 22 abr. 2020.

LOVATO, Antonio Sagrado; GOUVÊA, Tathyana. *Educação de alma brasileira*. São Paulo: Vekante Educação e Cultura, 2017.

MAPBIOMAS. *Relatório Anual de Desmatamento 2019*. São Paulo: MapBiomas, 2020. Disponível em: http://alerta.mapbiomas.org. Acesso em: 15 jun. 2020.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Nead, 2010.

MEREGE, Luiz Carlos. Terceiro Setor: finalmente no PIB. *Revista Integração*, [*S. l.*], abr. 2007. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/acaosocial/article926d.html?id_article=388. Acesso em: 27 de abr. 2020.

MORENO, Ana Carolina. Emissão de gases de efeito estufa na atmosfera atingiu novo recorde histórico em 2018, diz estudo. *G1*, Rio de Janeiro, 13 ago. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/13/emissao-de-gases-de-efeito-estufa-na-atmosfera-atingiu-novo-recorde-historico-em-2018-diz-estudo.ghtml. Acesso em: 03 fev. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo*: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. [*S. l.*]: Nações Unidas, 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/. Acesso em: fev. 2020.

NOSSA CAUSA. *Captação de recursos através de leis de incentivo* – Direitos da Criança e do Adolescente. Curitiba, 2016. Disponível em: https://nossacausa.com/captacao-de-recursos-atraves-de-leis-de-incentivo-direitos-da-crianca-e-adolescente/. Acesso em: 06 abr. 2020.

NUNES, Sidemar Presotto. O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a ideia de

desenvolvimento rural. *Boletim Eletrônico DESER — Conjuntura agrícola*, n. 157, mar. 2007.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. *O Terceiro Setor em números*. São Paulo: 2017. Observatório do Terceiro Setor. Disponível em: https://observatorio3setor.org.br/noticias/o-terceiro-setor-em-numeros/. Acesso em: 27 abr. 2020.

ODEBRECHT, Emílio. As empresas precisam de líderes educadores. Entrevistador: Geraldo Bastos. A Tarde, Salvador, 17 jul. 2014. Economia, B4. Disponível em: https://www.odebrecht.com/pt-r/empresasprecisam-de-lideres-educadoresconfira- a-entrevista-de-emilio-odebrecht-ao-jornal-a-tarde. Acesso em: fev. 2020.

ODEBRECHT INFORMA. Sempre Jovem. São Paulo, n. 122, 2005.

ODEBRECHT, Norberto. *De que necessitamos*? Salvador: P&A Gráfica e Editora, 2007.

ODEBRECHT, Norberto. *Educação pelo Trabalho*: Tecnologia Empresarial Odebrecht. 2. ed. Salvador: Odebrecht, 2010.

ODEBRECHT, Norberto. *O essencial em pontos de referência*. Salvador: Odebrecht, 2011.

ODEBRECHT, Norberto. *Influenciar e ser influenciado*. Salvador: Fundação Norberto Odebrecht, 1993.

ODEBRECHT, Norberto. *Sobreviver, crescer e perpetuar*: Tecnologia Empresarial Odebrecht. 11. ed. rev. Salvador: Odebrecht, 2011. 3v..

OLIVEIRA, Luciana de; TOOGE, Rikardy. Número de agrotóxicos registrados em 2019 é o maior da série histórica; 94,5% são genéricos, diz governo. *G1*, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/12/28/numero-de-agrotoxicos-registrados-em-2019-e-o-maior-da-serie-historica-945percent-sao-genericos-diz-governo.ghtml. Acesso em 26 mar. 2020.

ORGANIZAÇÃO DE CONSERVAÇÃO DA TERRA. Capacitação para práticas agrícolas sustentáveis. Ibirapitanga: OCT, 2016. Disponível em: https://www.oct.org.br/imprensa/noticias/Capacitacao-para-praticas-agricolas-sustentaveis/60. Acesso em: 27 mar. 2020.

PAULA, Marco Aurélio Borges de; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de (coord.). *Compliance, gestão de riscos e combate à corrupção*: integridade para o desenvolvimento. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

POR QUE o produtor deve rotacionar ou diversificar culturas? *Portal Syngenta*, 13 abr. 2018. Disponível em: https://portalsyngenta.com.br/noticias-do-campo/por-que-o-produtor-deve-rotacionar-ou-diversificar-culturas. Acesso em: 13 mar. 2020.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. *Fossas Sépticas Econômicas e Quintais Agroecológicos*. São Paulo: Programa Cidades Sustentáveis, 2013. Disponível em: https://2013-2016-indicadores.cidadessustentaveis.org.br/br/MG/caratinga/boa-pratica/33/fossas-septicas-economicas-e-quintais-agroecologicos. Acesso em: 11 fev. 2020.

QEDU. *Lista completa de escolas, cidades e estados*. Disponível em: https://www.qedu.org.br/busca. [*S.l.*]: QEDU, 2020. Acesso em: 20 fev. 2020.

RAINFORES ALLIANCE. *Imaflora*. Piracicaba: Rainfores, 2020. Disponível em: https://www.imaflora.org/o-que-fazemos/certificacoes/rainforest-alliance. Acesso em: 30 mar. 2020.

REDE POVO DA MATA. *Quem somos*. Disponível em: http://povosdamata.org.br/sobre-rede/. Acesso em: 30 mar. 2020.

REDE POVOS DA MATA. Selo Orgânico. Disponível em: http://povosdamata.org.br/sobre-rede/selo-organico/. Acesso em: 30 mar. 2020.

RODRIGUES, Guilherme *et al*. Avaliação de Novas Tecnologias de Tratamento Descentralizado Desenvolvidas para o Saneamento Rural. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, 30., 2019. Natal. *Anais* [...]. Natal: ABES, 2019. Disponível em: https://www.tratamentodeagua.com.br/wp-content/uploads/2019/11/tecnologias-tratamento-descentralizado-saneamento-rural.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

SALES, João Eder. Cooperativismo: origens e evolução. *Revista Brasileira de Gestão e Engenharia*, São Gotardo, n. 1, p. 23-34, jan./jun. 2010. Disponível em: https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/viewFile/30/23. Acesso em: 10 mar. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo. *Agroecologia*. São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, 2020. Disponível em: http://www.cdrs.sp.gov.br/portal/produtos-e-servicos/publicacoes/acervo-tecnico/agroecologia-conceitos. Acesso em: 30 mar. 2020.

SEBRAE. Tudo o que você precisa saber para criar uma associação de sucesso. Brasília, DF: Sebrae, 2020. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigosCoperacao/roteiro-para-

criar-uma-associacao,54fe438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD. Acesso em: 29 abr. 2020.

SENAR. *Sistemas Agroflorestais (SAFs)*: conceitos e práticas para implantação no bioma amazônico. Brasília: SENAR, 2017.

SERRA, Letícia Silva *et al.* Revolução Verde: reflexões acerca da questão dos agrotóxicos. *Revista Científica do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB*, São Luís, v. 1, n. 4, jan./jul. 2016. Disponível em: http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/6461/material/revolu%C3%A7%C3%A3o_verde_e_agrot%C3%B3xicos_-_marcela_ruy_f%C3%A9lix.pdf. Acesso em: 26 mar. 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Entenda o que são OSCIPs e como elas funcionam.* Brasília, DF: SEBRAE, 2019. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/oscip-organizacao-da-sociedade-civil-de-interesse-publico,554a15bfd0b17410VgnVCM1000003b74010aRCRD. Acesso em: 28 fev. 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. O que é e como formar uma cooperativa? Brasília, DF: Sebrae, 2020. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigosCoperacao/como-criar-uma-cooperativa,f3d5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD. Acesso em: 11 mar. 2020.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. *Números do Cadastro Ambiental Rural.* Brasília: Serviço Florestal Brasileiro, 2020. Disponível em: http://www.florestal.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=77&catid=61&Itemid=264. Acesso em: 30 abr. 2020.

SILVA, Fabiano Rocha da; MACHADO FILHO, Gilberto Coutinho. Benefícios sociais, econômicos e ambientais dos sistemas agroflorestais (SAFs) em pequenas propriedades rurais. *Inclusão Social*, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 219-225, jul./dez. 2012. Disponível em: http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1704. Acesso em: 24 mar. 2020.

SILVA, Michele Maria da; PRADO, Rosimeire Camargo. Paulo Freire e educação do campo: práticas pedagógicas para uma educação emancipadora. *In*: CONGRESSO INTERINSTITUCIONAL BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E DO CAMPO. 2017. *Anais eletrônicos* [...]. Catalão: UFG, 2017. p. 164-171. Disponível em: http://congressos.sistemasph.com.br/index.php/cibepoc/cibepoc2017/paper/viewFile/104/44. Acesso em: 27fev. 2020.

SILVA, Vitória Régia da. Fora e dentro de casa, mulheres são vítimas de múltiplas violências no campo. *Gênero e Número*, 02 maio 2019. Disponível em: http://www.generonumero.media/fora-e-dentro-de-casa-mulheres-sao-vitimas-de-multiplas-violencias-no-campo/. Acesso em: 23 abr. 2020.

SISTEMA OCB. *História do Cooperativismo.* Brasília, DF: Sistema OCB, 2020. Disponível em: https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo. Acesso em: 10 mar. 2020.

SISTEMA OCB. *Números do Cooperativismo Brasileiro.* Brasília, DF: Sistema OCB, 2020. Disponível em: https://www.ocb.org.br/numeros. Acesso em: 10 mar. 2020.

SISTEMA OCB. *O Que é Cooperativismo?* Sistema OCB. Brasília, DF: Sistema OCB, 2020. Disponível em: https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo. Acesso em: 10 mar. 2020.

SOBRECARGA da Terra 2019: planeta atinge esgotamento de recursos naturais mais cedo em toda a série histórica. *G1*, Rio de Janeiro, 29 jul. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/07/29/sobrecarga-da-terra-2019-planeta-atinge-esgotamento-de-recursos-naturais-mais-cedo-em-toda-a-serie-historica.ghtml. Acesso em: 17 jun. 2020.

SOCIALPROFIT. *Quase metade dos brasileiros acha que ONGs fazem trabalho competente, mas só 26% acreditam que essas instituições são confiáveis*. São Paulo: SocialProfit, 2020. Disponível em: https://socialprofit.com.br/quase-metade-dos-brasileiros-acha-que-ongs-fazem-trabalho-competente-mas-so-26-acreditam-que-essas-instituicoes-sao-confiaveis/. Acesso em: 24 abr. 2020.

SPROUT SOCIAL. *BrandsGetReal*: Social media & the evolution of transparency. Chicago: Sprout Social, 2019. Disponível em: https://sproutsocial.com/insights/data/social-media-transparency/. Acesso em: 09 mar. 2020.

TANAN, Karla Christiane Ribeiro *et al.* A educação do campo no Baixo Sul da Bahia: uma análise da Casa Familiar Rural do município de Igrapiúna. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014. Espírito Santo. *Anais* [...]. Espírito Santo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2014.

TERCEIRO SETOR: a sociedade por ela própria. *Revista Brasileira de Administração*, Ano XII, n. 38. set. 2002. p. 30-36. Disponível em: https://nossacausa.com/historia-do-terceiro-setor-e-seu-papel-no-brasil/

TERRA, Tiago. Consumidores são mais fiéis à empresas com boa reputação ética. *Mundo do Marketing*, 31 jan. 2020. Disponível em: https://www.mundodomarketing.com.br/ultimas-noticias/38539/consumidores-sao-mais-fieis-a-empresas-com-boa-reputacao-etica.html. Acesso em: 13 abr. 2020.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte Furquim. *Mobilização social*: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

TOZZI, JOSÉ ALBERTO. Por que a captação de recursos é tão importante para o Terceiro Setor? *Administradores.com*, João Pessoa, 24 nov. 2017. Disponível em: https://administradores.com.br/noticias/por-que-a-captacao-de-recursos-e-tao-importante-para-o-terceiro-setor. Acesso em: 06 abr. 2020.

TREASY. *Tudo que você precisa saber sobre Due Diligence*: como ocorre o processo, quando executá-lo e um checklist especial. Joinville: Treasy, 2020. Disponível em: https://www.treasy.com.br/blog/due-diligence/. Acesso em: 13 abr. 2020.

UNICEF; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Diarrhoea*: why children are still dying and what can be done. New York, Geneva: UNICEF: WHO, 2009. Disponível em: https://www.who.int/maternal_child_adolescent/documents/9789241598415/en/. Acesso em: 11 fev. 2020.

VERGUEIRO, João Paulo. *O que é captação de recursos?*. São Paulo: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAPTADORES DE RECURSOS, 2016. Disponível em: https://captadores.org.br/captacao-de-recursos/. Acesso em: 27 abr. 2020.

VIEIRA, Itamar. Fossa de bananeiras. *Setelombas*, 02 ago. 2010. Disponível em: https://www.setelombas.com.br/2010/08/fossa-de-bananeiras/. Acesso em: 17 fev. 2020.

VIOLÊNCIA contra a mulher no Brasil registra um caso de agressão a cada 4 minutos. *Jornal de Brasília*, Brasília, DF, 26 mar. 2020. Disponível em: https://jornaldebrasilia.com.br/brasil/violencia-contra-a-mulher-no-brasil-registra-um-caso-de-agressao-a-cada-4-minutos/. Acesso em: 23 abr. 2020.

WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Risks 2015*. Geneva: World Economic Forum, 2015. Disponível em: http://reports.weforum.org/global-risks-2015/#-frame/20ad6. Acesso em: 17 jun. 2020.

WUNDER, Sven. Payments for environmental services: some nuts and bolts. *CIFOR Occasional Paper*, n°. 42, 2005.

Glossário

Ação Multiplicadora – Seminários, palestras, oficinas e minicursos ministrados por beneficiários de forma a compartilhar conhecimentos com a comunidade onde moram.

AMAS – Agricultores Multiplicadores de Agricultura Sustentável.

APP – Área de Preservação Permanente. Definida pela Lei n° 12.651/2012, é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, viabilizando a continuidade da fauna e flora, protegendo o solo e assegurando o bem-estar dos seres humanos.

Bactérias Anaeróbicas – Aquelas que não necessitam de oxigênio para seu metabolismo e crescimento.

Barômetro da Sustentabilidade – Desenvolvido por especialistas ligados ao The World Conservation Union (IUCN) e ao The International Development Research Centre (IDRC), é um modelo sistematizado a fim de mensurar a sustentabilidade. Pode ser aplicado em escala local ou global, combinando indicadores para comparar as condições socioeconômicas e ambientais de um território.

Biocalda – Composto líquido preparado a partir de insumos da propriedade ou de fácil acesso. É utilizada para fertilização dos cultivos, podendo ser aplicada diretamente nas folhas ou no solo, além de auxiliar no controle de pragas e doenças.

Bokashi – Adubo orgânico também no formato de compostagem, mas baseado em uma técnica milenar japonesa que mistura mais ingredientes orgânicos para acelerar a fermentação, utilizando microrganismos. Esse composto fornece macro e micronutrientes de forma natural, mantendo as plantas bem nutridas.

CAF – Charities Aid Foundation.

CAR – Cadastro Ambiental Rural.

CEFIR – Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais.

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Compostagem – Processo de decomposição biológica realizado por microrganismos que transformam a matéria orgânica – como esterco, folhas e restos de poda, da colheita ou de alimentos – em um material orgânico que, ao ser misturado ao solo, melhora sua textura e funciona como adubo.

Conama – Conselho Nacional no Meio Ambiente.

Cooperativismo – Alternativa socioeconômica diferenciada que propõe o esforço comum para o benefício de todos. A ideia central é reunir pessoas com interesses comuns para prestarem serviços entre si, sem fins lucrativos, de forma a alcançarem benefícios maiores para todo o grupo.

Crédito de Carbono – Conceito criado a partir do *Protocolo de Quioto* que visa a diminuição dos GEEs a partir de uma condição de não emissão de Carbono que equivale a um Crédito.

CSC – Centro de Serviços Compartilhados.

DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais.

DBF – Declaração de Benefícios Fiscais.

Dia de Campo – Treinamento teórico e prático com produtores rurais, apresentando técnicas que podem ser implementadas em suas lavouras.

Doenças veiculadas pela água (fecal-orais) – Doenças causadas por organismos patogênicos presentes nas águas contaminadas com esgotos. São doenças como as diarreias, gastroenterites, hepatite, febre tifoide, entre outras típicas de locais com falhas no saneamento básico. As águas contaminadas são os veículos de transmissão dessas doenças.

DRP – Diagnóstico Rápido Participativo.

Due Diligence – Diligência prévia. Consiste no estudo, análise e avaliação minuciosa das informações e documentos de uma empresa. Esse processo pode abarcar aspectos financeiros, contábeis, previdenciários, trabalhistas, imobiliários, tecnológicos e jurídicos de uma organização.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

EPI – Equipamento de Proteção Individual.

Evapotranspiração – Soma da evaporação da água pelo solo com a transpiração das plantas. Representa a soma do consumo de água por uma determinada cultura com a parte que evapora diretamente.

FMDCA – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Fossas Sépticas Ecológicas – Sistema fechado de tratamento de esgotos sanitários cujo efluente, depois de tratado, é infiltrado no solo, evitando assim a poluição do solo, das águas superficiais e do lençol freático.

GEEs – Gases de Efeito Estufa.

Geotecnologia – Representam o conjunto de tecnologias para coleta, processamento, análise e divulgação de informações com referência geográfica.

IBGE – Instituto Brasileiro de Economia e Estatística.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

Lençol freático – Superfície superior da zona de saturação marcada pela presença de água existente nos interstícios dos solos. O reservatório de água situado abaixo do lençol freático é também chamado de aquífero livre por estar submetido à pressão atmosférica local.

Letramento – Atividades específicas de reforço para alunos das Casas Familiares que sentem mais dificuldade em temas como leitura, interpretação, escrita e matemática, para que possam melhorar seu rendimento.

Livro caixa – Uma das principais ferramentas para gestão, é um caderno no qual o beneficiário do PDCIS passa a registrar todas as informações administrativas e financeiras de sua propriedade.

LOA – Lei Orçamentária Anual.

Manipueira – Líquido que sai da prensagem da mandioca, adotado no controle de pragas, como herbicida e adubo.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Mapa de Uso e Ocupação da Terra – Processo técnico de análise e interpretação específica, apresentando de forma espacial as áreas de uso. As análises são realizadas por profissionais das áreas de conhecimento das geotecnologias, avaliando as características de ocupação e uso que uma determinada região e/ou propriedade apresenta.

MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

OAC – Organismo de Avaliação da Conformidade.

OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica.

Organis – Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável.

OSC – Organização da Sociedade Civil.

P&O – Área de Pessoas & Organização dentro do Grupo Novonor.

Papel de Trabalho – Instrumento da Área de Conformidade que, a partir de um checklist, concentra a documentação e informações consolidadas durante o processo de auditoria.

PDCIS – Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade, programa social da Fundação Norberto Odebrecht.

Pegada de Carbono – Está diretamente relacionada a quem emite. É a quantidade GEEs que uma pessoa física, jurídica ou evento emite em suas atividades diárias.

PIB – Produto Interno Bruto.

PIP – Planejamento Integrado da Propriedade.

PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas.

Práticas Agroecológicas – Técnicas e manejos agrícolas de baixo impacto ambiental visando a melhoria de agroecossistemas.

Programa de Ação (PA) – principal ferramenta de apoio à gestão estratégica da empresa. Fundamental na construção conjunta de objetivos, metas e prioridades estabelecidas, o documento é utilizado pelas áreas para orientar e direcionar suas atividades ao longo do ano.

Projeto Educativo-Produtivo (PEP) – Instrumento pedagógico a partir do qual adolescentes recebem insumos e orientações técnicas dos educadores para iniciar seus cultivos, obter renda, avaliar resultados e reinvestir o lucro em novos ciclos produtivos.

PSE – Pagamento por Serviços Ecossistêmicos.

RDCA – Rede de Direitos da Criança e do Adolescente.

Reflorestamento – A atividade ou ação ambiental de plantar árvores e vegetações em zonas que foram desmatadas, seja por força da natureza (incêndios e tempestades) ou por influência humana (queimadas, construções de barragens, exploração mineral ou madeireira etc.).

Reserva Legal – Área da propriedade que determina quanto de vegetação nativa deve ser conservado no local, não incluindo a APP.

SAF – Sistema Agroflorestal. Tipo de cultivo de plantas e de manejo da terra que combina o plantio simultâneo de espécies florestais e agrícolas em uma área comum.

SEIA – Sistema Estadual de Informações Ambientais da Bahia.

Seminário Rural – Palestras realizadas pelos alunos do 1º ano de formação das Casas Familiares que impulsionam a troca de experiências e difusão de conhecimentos junto à comunidade.

Sequestro de Carbono – Processo de retirada de gás carbônico da atmosfera, geralmente associado ao crescimento das plantas que capturam o CO2 necessário ao crescimento. A captura líquida (o que a planta absorve de CO2 menos o que ela emite) ocorre durante seus primeiros 30 anos de vida.

SICAR – Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural.

SisOrg – Sistema Brasileiro de Conformidade Orgânica.

SEI – Sistema Eletrônico de Informações. Desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), é uma ferramenta que realiza a gestão de processos e documentos eletrônicos, promovendo a eficiência administrativa.

SIG – Sistemas de Informações Geográficas. Conjunto de *softwares* e *hardwares* que viabilizam produzir, armazenar, processar, analisar e representar dados sobe o espaço geográfico, gerando mapas temáticos, imagens de satélites, cartas topográficas, gráficos e tabelas.

SPG –Sistemas Participativos de Garantia.

Sucessão Ecológica – processo de evolução gradual de um sistema ecológico até atingir a maturidade da composição de espécies vegetais, mantendo-se estável após o equilíbrio com plantas ocupando diferentes estratos e alta biodiversidade. No processo de sucessão ecológica, as espécies se sucedem enquanto melhoram o ambiente, favorecendo o desenvolvimento das espécies seguintes.

TEO – Tecnologia Empresarial Odebrecht.

Unidade demonstrativa – Área produtiva onde são testadas novas culturas e formas de plantio, de manejo e tratos culturais, com o objetivo de fomentar o aprendizado para melhoria da produtividade e introduzir novas tecnologias na prática dos agricultores.

Urina de vaca – Utilizada na agricultura como fertilizante, estimulante de crescimento e para controle de pragas, devido a seu efeito repelente e ao aumento da resistência das plantas.

Créditos

Veja quem são os beneficiários do PDCIS que estamparam essa publicação e quais as respectivas instituições das quais fazem parte.

Capa
Kettylin dos Santos (CFR-I) ao lado de seus pais Nailton dos Santos e Genilda Almeida, e do irmão mais novo, Luiz Ricardo dos Santos.

Página 3
Crislane dos Santos (CFR-I) ao lado de seu tio, Gonçalo de Jesus.

Página 6
Joelson dos Santos (CFR-PTN) ao lado do pai, Josafá de Jesus dos Santos, na horta da escola.

Página 10
Ailton Bomfim (CFR-I) ao lado de seus pais, Sebastiana dos Santos e José Conceição do Bomfim.

Página 12 e 340
Naiquiele dos Santos Nascimento (CFR-I, segunda da dir. para esq.). Na foto, do seu lado direito, está a sua mãe, Patrícia dos Santos Nascimento, e à esquerda estão seu pai, Josafá dos Santos Nascimento, e seus irmãos, Joseane dos Santos Nascimento, Flávia dos Santos Nascimento, Lázaro dos Santos Nascimento e Jonatas dos Santos Nascimento.

Página 13
Da esq. para dir., Igor Vieira, Jemima Dias, Lucas Santana e Kelen Santos durante aula teórica na CFR-I.

Página 14
Norberto Odebrecht com jovens do Baixo Sul da Bahia.

Página 15
Norberto Odebrecht, idealizador da Fundação Norberto Odebrecht.

Página 18
Ariela de Jesus (CFR-PTN) na porta da casa onde mora com a família.

Página 19
José Marcos Santos (CFR-I) na casa onde vive com o pai, no município de Igrapiúna (BA).

Página 20
Futuro produto rural, Ariel Santos (CFR-I) vem traçando planos para viver dos frutos que cultiva ao lado da família.

Página 22
Ricardo de Jesus Gonçalves, filho de Izidório Gonçalves e Cristina Magalhães (OCT).

Página 24 e 316
De costas, alunos da CFR-PTN abraçados em meio a uma plantação de banana.

Página 25
Da esq. para dir.: Evely dos Santos, Siel Silva e Kettylin dos Santos, alunos da CFAF, CFR-PTN E CFR-I, respectivamente.

Página 28
Valcí e Valdir Santos, agricultores associados à Coopatan, ao lado do filho Athos, que vem sendo incentivado a permanecer na agricultura e dar continuidade aos negócios dos pais.

Página 34
Mateus Araújo (CFR-I) ao lado de sua mãe, Jailma Araújo, seu pai, Everaldo Araújo, e do irmão mais novo, Everton.

Página 35
Na janela, o jovem Wadison de Jesus (CFAF). Na porta da casa da família, sorri a pequena Kévilin Nicolly, irmã mais nova do jovem.

Página 36 e 37
Bruno Santos (CFR-PTN) descendo a ladeira a caminho da casa onde mora com a família.

Página 38
Obras que compõem a Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO).

Página 40 e 44
Livro Educação pelo Trabalho é uma das obras que compõe a TEO.

Página 46
Da esq. para dir.: Fernando Oliveira, Franciele Santos e Frederico Oliveira, jovens que se formaram pela CFR-I.

Página 47
Norberto Odebrecht em um canteiro de obras.

Página 49
O jovem agricultor Gustavo Nascimento (CFR-PTN) na unidade produtiva de banana de uma das escolas parceiras da Fundação.

Página 52 e 76
Mailana Nascimento (CFAF) ao lado dos seus pais, Silvano Nascimento e Valdinéia Souza.

Página 53
Luiz Carlos de Jesus (CFR-PTN) recebendo orientação de um educador.

Página 56
Naiquiele dos Santos Nascimento (CFR-I) sentada em um banco no jardim da propriedade onde mora com a família, no município de Igrapiúna (BA).

Página 58
Livros da TEO sendo arrumados em uma pilha.

Página 59
Ionei Silva, jovem empreendedor formado pela CFR-I.

Página 70
Seminário de Ética, Integridade e Transparência realizado pela CFAF para seus parceiros.

Página 73
Em uma estante repleta de livros da TEO, a coletânea Sobreviver, crescer e perpetuar é escolhida para leitura.

Página 75
Equipe da OCT realizando Seminário de Ética, Integridade e Transparência.

Página 79
Kettylin dos Santos (CFR-I) ao lado de sua mãe, Genilda Almeida, no pomar da propriedade da família.

Página 85, 328 e 329
Siel Silva (CFR-PTN) na propriedade onde mora com seus pais, em Presidente Tancredo Neves (BA).

Página 86
Juarez Roma dos Santos, agricultor cooperado da Coopatan, entregando bananas na instituição.

Página 104 e 310
Rita Cardoso, diretora da CFAF, ministrando aula prática sobre apicultura.

Página 105 e 353
Aluna da CFR-I, Crislane dos Santos está aprendendo empreender no campo.

Página 106
6ª edição do Fórum Brasil África, evento realizado em Salvador (BA) e que contou com a participação da Fundação Norberto Odebrecht.

Página 107
Siel Silva (CFR-PTN) ao lado de seus pais, Sergio Silva e Luiza Santos.

Página 109
Dhara dos Santos, Carlos Henrique dos Santos e Tatiane Prazeres (CFAF) em sala de aula, durante o período em que estão em alternância na escola.

Página 111
Evento com parceiro social firmado na sede da CFR-PTN.

Página 112
Alunos da CFR-PTN. Em destaque na foto, segundo da dir. para esq. está Ronildo Santos.

Página 115
Jaíne da Conceição (CFAF) sonha em ajudar sua família a se desenvolver.

Página 130
O casal Arival e Lourdes Mamédio (OCT) na área produtiva de sua propriedade, no Baixo Sul da Bahia.

Página 132
Naiquiele dos Santos Nascimento (CFR-I) estudando em casa durante seu período de alternância da escola.

Página 133
Wandylla Teles (CFR-PTN) ajuda a família vendendo as hortaliças que cultiva.

Página 136
Em sua propriedade, Siel Silva (CFR-PTN), cultiva produtos como hortaliças, pimenta e limão.

Página 139
Júlia Teles (CFR-PTN) ao lado da mãe, Maria Nildes dos Santos, na unidade demonstrativa de abacaxi da escola.

Página 153
Jovens agricultores participando de curso de Gestão de Propriedade Rural ministrado pela equipe da OCT.

Página 158 e 159
Valdenor Onofre (OCT), agricultor familiar que vem recebendo incentivos para o melhor planejamento de sua propriedade.

Página 160
Alunos da CFR-PTN realizando Seminário Rural em comunidade do Baixo Sul da Bahia.

Página 163
Estudantes de CFR-I em Seminário Rural para comunidades do Baixo Sul da Bahia.

Página 165
João Pedro Barreto (CFR-PTN) na unidade demonstrativa de abacaxi da escola.

Página 166 e 167
Bruno Santo, aluno da CFR-PTN, ao lado de seus pais, Maria do Carmo de Jesus e Antonio dos Santos.

Página 170
Alunos da CFAF em Dia de Campo com a comunidade.

Página 174 e 175
Ariela de Jesus e Magnison dos Santos, alunos da CFR-PTN, na área produtiva de abacaxi da escola.

Página 177
Edivan Sampaio, agricultor cooperado à Coopatan que defende a união de produtores rurais em prol do desenvolvimento de todos.

Página 178
Alunos da CFAF trabalhando em horta. Em primeiro plano está a jovem Jucely Conceição.

Página 181
Estudantes da CFR-I em Projeto Educativo-Produtivo de apicultura.

Página 189 e 318
Antônio Santos, agricultor associado à Coopatan.

Página 195
Valmir Ricci, agricultor associado à Coopatan.

Página 191 e 321
Juarez Roma dos Santos, produtor rural associado à Coopatan.

Página 206
Mateus Damasceno de Sousa (CFR-PTN) fazendo o controle financeiro de sua propriedade.

Página 209
Francisca Antônia de Araújo (OCT), agricultora da comunidade de Antônio Rocha, no Baixo Sul da Bahia, registra todas as informações financeiras de sua produção.

Página 214
Produtor rural Marivaldo Santos (OCT), que aprendeu a trabalhar em sintonia com o meio ambiente.

Página 215
Arival e Lourdes Mamédio, produtores rurais (OCT).

Página 216 e 291
Lourdes Mamédio (OCT), produtora rural que usa o excedente da produção para preparar os quitutes que vende na feira de sua comunidade.

Página 219
Arival Mamédio (OCT) observando seu Planejamento Integrado da Propriedade.

Página 226
Técnicos da OCT em oficina de montagem de uma adequação de quintal produtivo para jovens das Casas Familiares.

Página 228
Produtor rural Eliseu de Oliveira (OCT) junto à fossa séptica recém-instalada em sua propriedade.

Página 231
José Marcos Santos (dir. – CFR-I) ao lado do pai, o agricultor Josénilton Conceição.

Página 237
Rogério Ribeiro, coordenador da Conservação Ambiental na OCT, durante montagem de uma fossa séptica.

Página 240
Eliseu de Oliveira (OCT) na propriedade onde mora com a família, localizada em Ibirapitanga (BA).

Página 247
Valdenor Onofre (OCT) ao lado de sua esposa, Brazilina, na propriedade onde moram.

Página 253
Nilva de Jesus (OCT), produtora rural que sonha em ver água brotando em sua nascente.

Página 267
Jovan Nascimento (OCT), agricultor cuja nascente vem se tornando um cartão-postal do município de Piraí do Norte (BA).

Página 275
Arival Mamédio (OCT), agricultor que hoje é exemplo pela forma com que vem produzindo em respeito ao meio ambiente.

Página 276
Francisca Antônia de Araújo (OCT) é incentivada a adotar práticas agroecológicas em sua propriedade.

Página 279
O agricultor Marivaldo Santos (OCT) preparando composto com casca de cacau.

Página 282
Produtor Jermilson Souza, de Igrapiúna (BA), aprendendo a fazer a biocalda.

Página 288
Jaime Lourenço (OCT) em frente ao Sistema Agroflorestal (SAF) de sua propriedade.

Página 300
Valdeci de Jesus, Elisabete Sousa e Luís Carlos dos Santos (CFR-PTN) na horta da escola.

Página 301
Valdemar Santos e Mirely Gomes (CFR-PTN) usando aplicativo que permite acompanhar o desempenho das atividades na escola.

Página 302
Jovens estudantes da CFR-PTN em unidade demonstrativa de mamão.

Página 303
Elisabete Sousa (CFR-PTN), jovem que busca na agricultura formas de alcançar um futuro melhor.

Página 305
Formada pela CFAF, Geiza dos Santos sempre compartilhou com a família o que aprendia na escola.

Página 308 e 309
Estudantes da CFAF em momento de aula prática no campo.

Página 312
Equipe da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em visita à sede da CFAF.

Página 315
Alunos da CFAF em aula prática na escola.

Página 317
Agricultor e educador Vanilson da Conceição segurando um cacau aberto em unidade demonstrativa da CFR-I.

Página 326 e 327
Necildo Silva, produtor rural e ex-aluno da CFR-PTN.

Página 332
Alunos da CFAF realizando ação multiplicadora em escola da rede pública.

Página 333
Lindomar dos Santos (CFR-PTN) ao lado de sua mãe, Maria das Dores Santos.

Página 335
Jovens da CFR-PTN realizando ação multiplicadora para comunidades rurais.

Página 336
Ariela dos Santos de Jesus (segunda da dir. para esq.) é aluna da CFR-PTN. Na foto, ela está junto com a mãe, Rosilene de Jesus dos Santos, os irmãos, Arlan dos Santos de Jesus, Lourença de Jesus dos Santos e Adailton José Santos Teixeira, além da cunhada, Ingrid de Jesus da Silva, e dos sobrinhos, Marcos Silva de Jesus e Thaíssa Silva de Jesus.

Página 338
Niraildes de Jesus Santos e Henrique Andrade dos Santos na horta da CFR-I.

Página 339
Magnison dos Santos (CFR-PTN), jovem que realizou seis ações multiplicadoras em sua comunidade no ano de 2019.

Página 341
Valcí Santos, agricultora associada à Coopatan.

Página 342
Equipe técnica da OCT apoiando produtores rurais na regularização de suas propriedades.

Página 343
Anderson Silva dos Santos (CFR-PTN), jovem que aprendeu a mensurar melhor seus resultados na agricultura.

Página 345
Eliseu de Oliveira (OCT) ao lado da esposa, Valci, e dos dois filhos, Flanc William e Bruna.

Página 350
Ruthe Santos na área produtiva de cacau da CFR-I.

Página 351
Evely dos Santos (CFAF) encostada na parede da casa onde mora com os pais e o irmão, no município baiano de Nilo Peçanha.

Página 355
Mairí dos Santos (CFR-PTN), jovem que sonha em ser engenheira agrônoma e melhorar a qualidade de vida das pessoas de sua comunidade.

Página 357
Júlia Teles (CFR-PTN) se inspira nas mulheres em posição de liderança que vê ao seu redor.

Página 391
Da esq. para dir.: Wadison de Jesus (CFAF), Yuri Rafael de Jesus, Ednéia da Conceição, Kévelin Nicolly dos Santos e Keila Ribeiro.

Entrevistados

Confira, abaixo, a listagem dos entrevistados que colaboraram para a elaboração do material:

Adelcio Menezes, analista administrativo da Fundação Norberto Odebrecht.

Adriana Resende, responsável por Organização Dinâmica da Coopatan.

Aline Azevedo, analista administrativa da Fundação Norberto Odebrecht.

Antonio Carlos Souza, responsável direto pelo campo produtivo da CFR-PTN.

Beatriz Lepikson, responsável por Parcerias da Fundação Norberto Odebrecht.

Bruna Sobral, responsável por Planejamento Socioambiental da OCT.

Denise Plácido, analista administrativa da Fundação Norberto Odebrecht.

Eduardo Mamédio, coordenador de Conservação Produtiva da OCT.

Ernesto Gonzalez, responsável por Organização e Governança da Fundação Norberto Odebrecht.

Fabiana Barreto, assistente pedagógica da CFR-PTN.

Francisvaldo Roza, diretor executivo da CFR-I.

Juscelino Macedo, presidente do Conselho de Administração da Coopatan.

Lorena Telles, analista administrativa da Fundação Norberto Odebrecht.

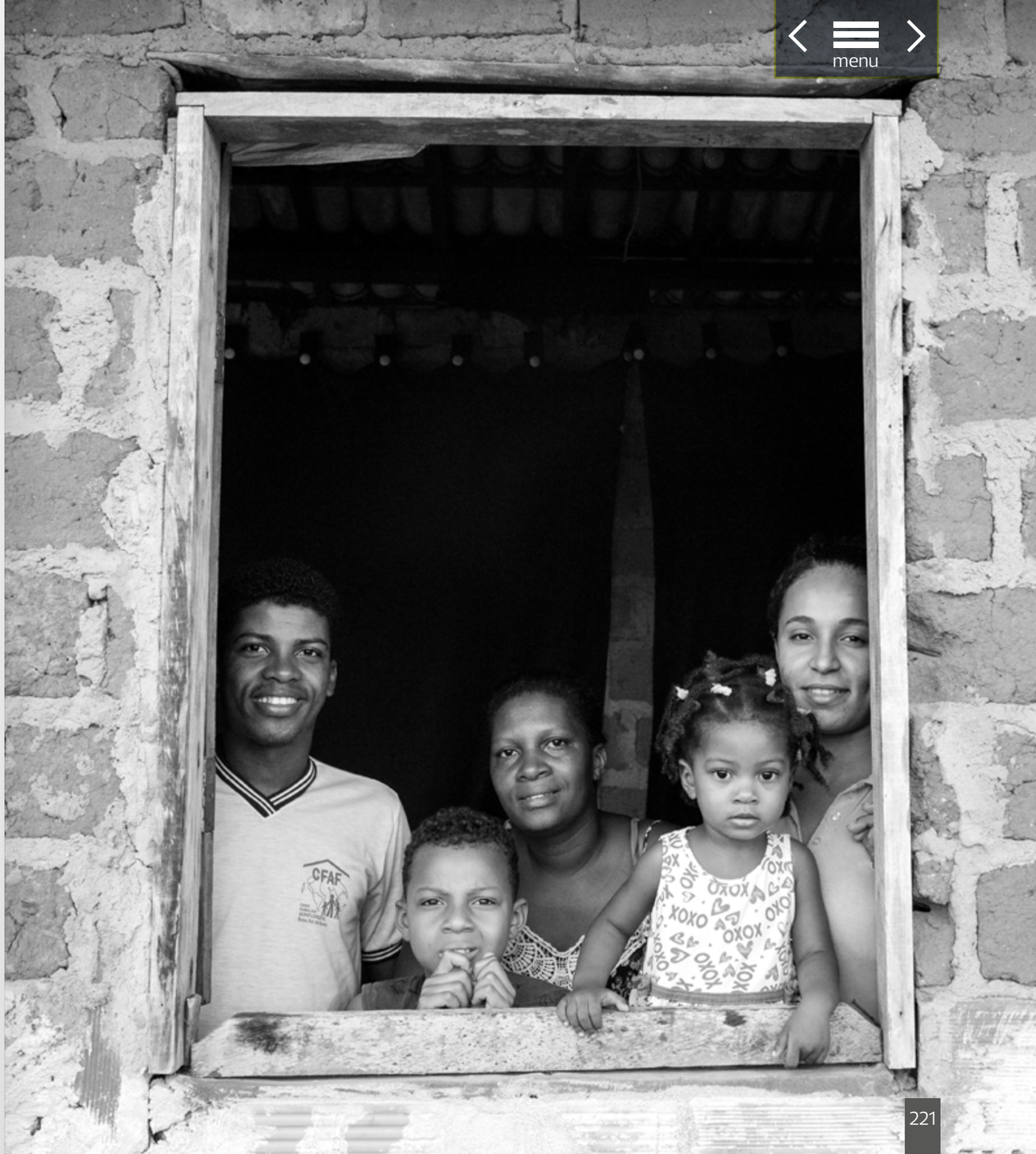
Quionei Araújo, diretor executivo da CFR-PTN.

Rita Cardoso, diretora executiva da CFAF.

Rogério Ribeiro, coordenador de Conservação Ambiental da OCT.

Tailã Mendes, assessora pedagógica da CFR-I.

Thales Lima, monitor e professor de matemática da CFR-PTN.



ISBN: 978-65-88794-00-5
CIL
9 786588 794005